UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SUAS INICIATIVAS

Clara Maria Guimarães Marinho Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. José Dari Krein.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por ***Clara Maria Guimarães Marinho Pereira*** *em* ***11/02/2011*** *e orientado pelo* ***Prof. Dr. José Dari Krein.***

CPG, 11/02/2011

Campinas, 2011

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

Pereira, Clara Maria Guimarães Marinho.
P414e Economia solidária: uma investigação sobre suas iniciativas/ Clara Maria Guimarães Marinho. -- Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: José Dari Krein.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia solidária. 2. Desemprego. 3. Pobreza. 4. Movimentos sociais. I. Krein, José Dari. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

11-028-BIE

Título em Inglês: Solidarity economy: an investigation of its organizations
Keywords: Solidarity economy ; Unemployment ; Poverty ; Social movements
Área de Concentração : Economia Social e do Trabalho
Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico
Banca examinadora: Prof. Dr. José Dari Krein
Prof. Dr. Marcio Pochmann
Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Data da defesa: 11-02-2011
Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluna: CLARA MARIA GUIMARÃES MARINHO PEREIRA

"Economia Solidária: uma investigação sobre suas iniciativas"

Defendida em 11 / 02 / 2011

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. JOSÉ DARI KREIN
Orientador – IE / UNICAMP

Prof. Dr. MARCIO POCHMANN
IE / UNICAMP

Prof. Dr. FRANCISCO JOSÉ DA COSTA ALVES
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação começou na praia, alcançou o oeste paulista, amadureceu e terminou no cerrado. No transcurso desses anos (quase quatro!), várias pessoas e instituições contribuíram para torná-la bacana, como a enxergo hoje. Aqui, então, revelo minha gratidão a elas.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Sei que não é fácil entender que a filha única, a filha mais velha, a única neta, a única sobrinha e "blá", decidiu construir seus projetos profissionais fora de casa... E da Bahia!!!

Em seguida, agradeço aos meus amigos "solidários" – e pra toda vida – do "Partido Cem Noção". Foi em um daqueles encontros de muita comida e conversa que rolou o incentivo pra estudar economia e destrinchar a tal da Economia Solidária. Valeu mesmo: com vocês, vivi a universidade "até o talo"!

Posso dizer também que contribuíram para esse trabalho nascer dois de meus eternos professores.

Nelson de Oliveira Santos, referência para dezenas de administradores e economistas baianos pela sua criatividade e honestidade intelectual, integridade moral e militância política. Talvez ele tenha sido o mais insistente quanto à necessidade de desvendar o sentido sócio-econômico da Economia Solidária mediante um rigoroso trabalho de pesquisa.

E Reginaldo Souza Santos, pelo seu papel decisivo na minha formação acadêmica, por meio dos anos de iniciação científica. Agradeço pelo respeito e diálogo com o pensamento divergente... E pelo impulso para mudar de ares.

Ainda entre aqueles da praia, presto reconhecimento às amigas de infância Analice e Amanda Cunha e Juliana Mota, que seguraram minha onda especialmente no primeiro ano de mestrado; e à Vanderson "Deco" Nascimento, pelo incentivo de sempre.

Quanto às pessoas que encontrei em Campinas, agradeço-as muito sinceramente por terem me propiciado uma experiência de vida marcante, para além das fronteiras acadêmicas. Aí destaco as turmas de pós-graduação do Instituto de Economia dos anos de 2007 e 2008; as amigas "super-do-peito" Victoria Echeverría, Letícia Bartholo, Daniela

Vaz, Gláucia Figueiredo e Manuela do Carmo; e os moradores e agregados da República do Apolo: Gabriel Junqueira, Bruno de Conti, Juan Ernesto Alonso, Pedro Rossi, Adrián Torello, Fernando Niemeyer, Fernando D'Angelo, Luciano Mattos, Vitarque Coelho, Pedro Alves, Lucas Teixeira, Marco Antônio da Rocha, Fabrício Leite, Gustavo Aggio, Tony Vezalli e a banda Saudosa (galinha) Clotilde.

Da turma do cerrado, devo destacar o carinho dos "campineiros" Cláudio Amitrano e Cristina Helena; a alegria de Joana Mostafa; e a compreensão de Guilherme Orair, especialmente nestes últimos meses em que tem ocorrido certa obra na Asa Norte do Plano Piloto de Brasília.

Quanto às pessoas e instituições que me apoiaram especificamente no processo de pesquisa, agradeço:

ao Instituto de Economia, por acolher minha problemática;

à Capes, pelo financiamento;

aos professores Marcio Pochmann e José Dari Krein, pela orientação;

ao professor Francisco Alves, pela discussão quando da defesa do texto;

à Secretaria Acadêmica do Instituto de Economia, pela disponibilidade em responder as minhas milhares de dúvidas e demandas desde 2007;

e a Roberto Marinho Alves da Silva, Fábio José Bechara Sanchez e Maurício Sardá de Faria, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Poucos elementos dos nossos diálogos couberam, estão expressos ou reflexionados aqui, mas por conta deles se aprofundou a minha preocupação em escrever um texto que fosse capaz de expressar a complexa e contraditória realidade que as iniciativas de Economia Solidária possuem).

Por fim, revelo toda minha gratidão a Rodrigo "Cabeludo" Orair, cuja presença em minha vida encerra toda a poesia presente na palavra *companheiro*.

RESUMO

A presente dissertação investiga os determinantes da (in)capacidade de geração de bem-estar sócio-econômico das iniciativas de Economia Solidária aos seus associados, de forma participativa e articulada ao enfrentamento de problemáticas públicas. Em busca de respostas, realizou-se uma resenha sobre as principais teses produzidas sobre o assunto. A primeira delas e mais popular, trata a Economia Solidária como veículo para o modo de produção socialista. A segunda considera a Economia Solidária como uma forma anticapitalista e plural de produção que, no entanto, não enseja uma nova forma totalizante de organização social. A despeito das diferenças, ambas as teses consideram que a Economia Solidária é uma forma de produção sensivelmente diversa da empresa tipicamente capitalista, cujos processos autogestionários propiciam seu êxito econômico e o engajamento social de seus trabalhadores. Por fim, encontra-se uma terceira tese, que antagoniza com as anteriores e vê a Economia Solidária como forma precária de ocupação e reconhecimento público do desassalariamento. Ponderando-se que o questionamento colocado exige o confronto dessas teses com a realidade, a pesquisa percorreu três caminhos. O primeiro deles consistiu em analisar as transformações mais gerais, no plano da economia e da sociedade, que propiciaram a emergência da Economia Solidária ainda nos anos 1980. Em seguida, realizou-se uma revisão da literatura empírica sobre suas iniciativas. Por fim, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre elas através de uma investigação empírica da principal fonte de informações a respeito, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Os resultados das análises quanti-qualitativas realizadas sugerem que as iniciativas solidárias encerram um quadro sócio-econômico bastante contraditório, que mistura diversos elementos das referidas teses.

Palavras-chave: Economia Solidária, Desemprego, Pobreza, Geração de Trabalho e Renda, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This thesis investigates the determinants of Solidarity Economy's Organizations' (in) ability to generate socioeconomic well-being to their members in an articulate and participatory way to cope with problems originated in the society. Seeking answers, a review of the main thesis on the subject was produced. The first and most popular thesis claim the Solidarity Economy as a vehicle for Socialist mode of production. The second one considers the Solidarity Economy as an anti-capitalist and plural form of production that does not, however, envisaged a new form of social organization. Despite the differences, both thesis considered that the Solidarity Economy is a way of producing significantly different from a typical capitalist firm which self-managed processes provide its economic success and social engagement of employees. Finally, a third thesis, which antagonizes the past thesis and sees the Solidarity Economy as precarious occupation and public recognition of "unwaged". Ponder the placed question requires the confrontation of these thesis with reality so the searching toured three paths. The first one consisted of examining more general transformations in terms of economy and society, which led to the emergence of the Solidarity Economy back in the 1980s. Then, a review of the empirical literature on its initiatives consisted of the second path. Finally, the third path tried to deepen the knowledge through empirical research of the primary source of information regarding the National System of Information on Solidarity Economy (NSISE). The results of the qualitative and quantitative analyses carried out suggest that solidarity initiatives finish a socioeconomic framework off rather contradictory, mixing different elements of referred thesis.

Keywords: Solidarity Economy, Unemployment, Poverty, Employment and Income Generation, Social Movements.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Estratégia Paulistana de Inclusão Social. 51

Quadro 2. Objetivos, segmentos participantes, estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 59

Quadro 3. Plataforma de Lutas do FBES. 62

Quadro 4. Variáveis utilizadas nas equações de rendimentos das iniciativas de Economia Solidária geradoras de excedente. 171

Quadro 5. Entidades fundadoras e integrantes da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2011. 193

Tabela 1. Principais estatísticas descritivas do excedente mensal estimado dos EES. 142

Tabela 2. Principais características da ocupação e das remunerações nos EES. 143

Tabela 3. Formas de organização dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 144

Tabela 4. Área de atuação dos EES por grandes regiões conforme décimos do excedente mensal estimado 145

Tabela 5. EES atuantes em segmentos selecionados da indústria de transformação conforme décimos do excedente mensal estimado. 146

Tabela 6. EES atuantes em segmentos selecionados da agropecuária (e seus serviços relacionados) conforme décimos do excedente mensal estimado. 147

Tabela 7. Motivos para a criação de EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 149

Tabela 8. Instituições que forneceram apoio aos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....150

Tabela 9. Tipo de apoio fornecido aos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 151

Tabela 10. Origem da matéria-prima dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 152

Tabela 11. Comercialização de produtos e/ou serviços dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 153

Tabela 12. Dificuldades de comercialização dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....155

Tabela 13. Fontes de crédito ou financiamento dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....156

Tabela 14. Principais características do crédito tomado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado, em milhares de reais.....157

Tabela 15. Principais dificuldades de acesso ao crédito dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 158

Tabela 16. Tipo de investimento realizado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....159

Tabela 17. Principais características do investimento realizado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado, em milhares de reais. 160

Tabela 18. Destinação do excedente dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 161

Tabela 19. Benefícios, garantias e direitos dos sócios que trabalham nos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....162

Tabela 20. Atividades coletivas realizadas nos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 163

Tabela 21. Instâncias de direção e coordenação dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.....164

Tabela 22. Formas de participação dos sócios nas decisões dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 165

Tabela 23. Periodicidade das assembléias dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 166

Tabela 24. Participação dos EES em redes e fóruns de articulação conforme décimos do excedente mensal estimado. 167

Tabela 25. Participação dos EES em movimentos sociais e populares conforme décimos do excedente mensal estimado. 168

Tabela 26. Participação ou desenvolvimento de ação social/comunitária pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado. 169

Tabela 27. Principais resultados das equações de rendimentos das iniciativas de Economia Solidária geradoras de excedente.....173

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. 1

1. O SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. 7

1.1 Breve contextualização: economia e sociedade no Brasil, dos anos 1980 aos primeiros anos do século XXI. 7

1.2 As origens da Economia Solidária no Brasil. 35

1.2.1 Os PACs da Cáritas. 36

1.2.2 Experiências autogestionárias de produção: fábricas recuperadas e organizações produtivas do MST. 38

1.2.3 Incubadoras universitárias. 41

1.2.4 Sindicalismo "solidário": a experiência da CUT. 44

1.2.5 Políticas públicas nas subunidades da Federação. 45

1.3 A Economia Solidária a partir do Iº FSM. 57

2. TRÊS TESES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. 67

2.1 A Economia Solidária como uma economia socialista. 68

2.2 A Economia Solidária como uma economia anti-capitalista e plural. 78

2.3 A Economia Solidária como forma precária de ocupação e reconhecimento público do desassalariamento. 90

2.4 Algumas considerações sobre as teses apresentadas. 99

3. AS INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA. 103

3.1 Principais características das iniciativas econômicas da Economia Solidária e seu lugar no processo de produção capitalista. 104

3.2 Aproximações e distanciamentos das teses em Economia Solidária quanto à realidade de suas iniciativas econômicas. 131

4. AS INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA. 135

4.1 Considerações metodológicas. 135

4.2 Características gerais. 141

4.3 Características econômicas. 149

4.4 Características solidárias. 161

4.5 Equações de rendimentos ou quais os determinantes da (in)capacidade econômica da Economia Solidária. 169

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 181

REFERÊNCIAS. 183

APÊNDICE. 193

INTRODUÇÃO.

A desarticulação da "acumulação desenvolvimentista" no início dos anos 1980 marcou a década com baixos índices de crescimento econômico e interrompeu o esboço de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Nos anos 1990, com a implantação de políticas de ajuste macroeconômico de corte liberal e com a reorganização dos processos produtivos e gerenciais das empresas, tendências iniciadas na década anterior aprofundaram-se, como a elevação da desocupação e da informalidade e a queda dos rendimentos médios do trabalho. Ademais, o Estado contribuiu com o aprofundamento da precarização, via flexibilização dos regramentos de contratação e remuneração do trabalho; e tornou-se pouco capaz de expandir a proteção social à população economicamente ativa, sobretudo quanto à previdência e assistência social constitucionalmente previstas, tornando ainda mais precária a reprodução da vida dos mais pobres.

Às transformações econômicas associaram-se duas respostas específicas para a economia popular: as iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, patrocinadas pela sociedade civil desde meados dos anos 1980; e uma nova geração de políticas sociais de auto-ocupação, baseadas no estímulo ao empreendedorismo e no provimento de microcrédito, a partir dos anos 1990. Diferentes, mas não essencialmente contrárias, essas respostas confluíram para a formação de milhares de organizações que desde este último período se reconheceram ou passaram a ser identificadas como pertencentes à Economia Solidária.

Conforme definição consensualmente criada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/SENAES) e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas no meio urbano e rural sob a forma de associações, cooperativas, fábricas recuperadas, bancos comunitários, clubes de trocas, redes e centrais, etc. –, os chamados empreendimentos

econômicos solidários (EES)[1,2]. Suas características essenciais são a cooperação – reunião de interesses e esforços, propriedade coletiva, partilha de resultados econômicos; a autogestão – práticas participativas na gestão estratégica e nos processos de trabalho; e a solidariedade – preocupação com a melhoria das condições de vida dos participantes, com o meio ambiente, com a comunidade e os movimentos emancipatórios (MTE/SENAES, 2006a, p. 11-2).

Como campo de organizações e práticas, porém, a Economia Solidária não se restringe aos EES: há ainda as entidades de apoio e fomento (EAFs)[3], que lhes assessoram ou viabilizam por meio de ações de incubação, capacitação e assistência técnica; as instâncias governamentais de apoio, tanto presentes nas subunidades da federação como no governo federal – em qual a SENAES é o órgão dedicado; e o próprio FBES, instância política que reúne os EES, as EAFs e os gestores públicos partícipes das intervenções governamentais (ibidem, p. 13-4).

Estas definições dialogam com uma extensa literatura produzida no seio do movimento pró-Economia Solidária nas duas últimas décadas, qual se divide em três perspectivas: a histórica, a empírica e a teórica[4]. A primeira ocupa-se de explicar as origens e os determinantes de emergência da Economia Solidária, vinculando-a à luta contra a pobreza e o desemprego, mais aos movimentos sociais nascidos ou fortalecidos com o processo de redemocratização do país.

---

[1] O termo advém do conceito de Luiz Inácio Gaiger de mesmo nome, em sucessivas elaborações desde 1996. Ele foi incorporado com algumas modificações à política federal de apoio às iniciativas do campo em 2004, por ocasião do mapeamento nacional da Economia Solidária no Brasil, que deu origem ao SIES. Para estabelecer a distância entre o conceito de Gaiger e da política pública da narrativa que aqui se constrói, se utilizará em seu transcurso os termos *organizações ou iniciativas de Economia Solidária, organizações ou iniciativas econômicas da Economia Solidária,* ou ainda, *organizações ou iniciativas solidárias*.

[2] Há diversos termos utilizados na literatura para tratar da Economia Solidária. No entanto, é preciso afirmar, eles circunscrevem as características econômicas e organizacionais brevemente anunciadas. São os termos: "Economia Popular", "Economia Popular (e) Solidária", "Sócio Economia Solidária". Optou-se aqui pelo uso de "Economia Solidária" por ser este o termo mais utilizado na literatura consultada e, finalmente, por ser aquele utilizado na política pública.

[3] Do mesmo modo que explicitado na nota de rodapé n°2, se utilizará o termo *organizações de apoio e fomento* para guardar distância da elaboração feita pelo FBES/SENAES.

[4] Para efeitos desta pesquisa, a palavra "teórica", bem como a palavra "tese" referem-se a *conjunto de princípios fundamentais que explicam uma determinada realidade*, e *exposição e defesa de uma proposição*, respectivamente. Considera-se, como se verá no terceiro capítulo, que caso fossem adotados conceitos mais rigorosos, diversos elementos de explicação e justificação da Economia Solidária não constariam aqui.

A segunda ocupa-se da descrição das características das iniciativas econômicas solidárias, seguida de reflexões sobre os seus limites e possibilidades, mais os estudos sobre as organizações de apoio e fomento e políticas públicas, ainda que marginalmente.

Sobre as iniciativas, tem-se que elas são bastante frágeis: operam em segmentos de baixa complexidade tecnológica, orientam suas ações para assumir pequenas brechas no mercado, atendem principalmente a consumidores locais e possuem pequena escala de produção. Algumas possuem parâmetros de produtividade e eficiência, mas a maioria possui dificuldades em ampliar ou mesmo reproduzir as condições materiais de produção, sendo dependentes de recursos externos. Por fim, aponta-se que elas assumem processos decisórios democráticos na gestão e nos processos de trabalho e a propriedade coletiva dos meios de produção (Gaiger, 1996; SEI, 2004).

Quanto às políticas públicas, a literatura revela que nas unidades subnacionais elas oscilam entre dois pólos. O primeiro se constitui numa ação pouco estruturada, assentada no estímulo a cooperativas e no provimento de qualificação para o trabalho. O segundo preconiza programas mais complexos, que envolvem intervenções assistenciais e/ou educativas articuladas à incubação das iniciativas em segmentos econômicos variados, articuladas ao provimento de micro-crédito. A representatividade orçamentária parece baixa, a julgar pela raríssima menção a investimentos relevantes em capital fixo nas iniciativas apoiadas; pela escassez de quadros executivos dedicados; e pela incipiência de leis específicas que disciplinem sua dotação e execução. De todo modo, são políticas que se constróem com a preocupação de envolver as organizações não-governamentais (ONGs) no seu planejamento e execução; e que têm sido permeáveis às demandas da população envolvida(MTE/SENAES, IPEA, ANPEC, 2005; França Filho et al., 2006).

Já quanto às organizações de apoio e fomento, a literatura produzida sobre elas costuma revelar, mais do que seu próprio modo de funcionamento, aquele das iniciativas solidárias; o aparato público que utilizam para executar suas ações em favor dessas últimas, bem como o ideário mais geral de sociedade civil a que se vinculam para justificá-las, etc. (CUT, 2000; Bertucci, A., Silva, 2003).

Não obstante os aspectos "vacilantes" presentes nesta literatura empírica, a feição democrática das experiências em que se referenciam é ponto de partida para as

referidas teorizações/teses caras ao movimento pró-Economia Solidária. São elas: (i) a Economia Solidária enseja o socialismo; (ii) a Economia Solidária é uma forma de produção anticapitalista e plural, mas não enseja o socialismo; (iii) a Economia Solidária é uma política inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento.

A primeira tese é encontrada nos trabalhos de Paul Singer, que hoje comanda a pasta da SENAES, realizados desde meados dos anos 1990. O autor identifica as transformações estruturais do capitalismo no fim do século XX como ponto de partida para uma forma superior de produção alicerçada no trabalho, na propriedade e gestão coletivas: a Economia Solidária. Herdeira do socialismo utópico, antagônica ao capitalismo e sem cometer os mesmos erros do socialismo real, aos poucos ela acumularia resultados econômicos e políticos que a tornariam o modo de produção dominante.

A segunda tese é identificada nos trabalhos de Luiz Inácio Gaiger, também realizados desde meados dos anos 1990. O autor identifica a Economia Solidária como portadora de uma viabilidade econômica singular: combinando recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários, ela proveria resultados econômicos relevantes para os seus associados articulados a lutas por avanços na democratização da economia e da sociedade, em geral. Como se vê, não é uma tese exatamente distante das formulações de Singer. Sua diferença fundamental é que, para o autor, a Economia Solidária é uma forma de produção que, ao menos no horizonte ora apreensível, não é capaz de colocar o capitalismo em questão.

A terceira tese associa-se aos trabalhos formulados por organizações e pesquisadores vinculados à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, realizados nos primeiros anos da década de 2000. Basicamente, o que se afirma é que a política pública do campo, ainda que em estágio de estruturação, anuncia-se como uma política de desenvolvimento de caráter republicano. De desenvolvimento, porque visa à geração associada de trabalho e renda, principalmente entre os mais pobres. Republicana porque o Estado reconhece e busca apoiar suas iniciativas, articulando-se às diversas organizações e segmentos da sociedade nela interessados.

Estas teses, no entanto, sofrem objeções. Há uma rarefeita literatura que contesta a Economia Solidária como novidade e alternativa social no campo teórico, quanto

às práticas econômicas e como política pública. Essencialmente ancorada no pensamento marxista, ela afirma, quanto ao primeiro aspecto, que os escritos pró-Economia Solidária são superficiais e auto-referenciados. Quanto ao segundo, que suas iniciativas representam um retrocesso das lutas da classe trabalhadora, pois estabelecem o lócus do conflito distributivo na concorrência econômica; e que elas são práticas econômicas subordinadas ao capital, especialmente manifestas sob as relações de subcontratação e subsistência. Por fim, a política pública feita sob seu nome é considerada perversa, pois sanciona os aspectos anteriores para frações dos estratos mais subalternos da sociedade brasileira. Na tese de doutoramento de Rosângela Nair Barbosa, estes argumentos estão mais bem concatenados e desenvolvidos, de forma que sua pesquisa é representativa do antagonismo que essa literatura estabelece em relação às teses anteriores.

Observando, então, que a literatura empírica em Economia Solidária parece disjuntar do conjunto das teses construídas no seio do seu movimento; que o mercado de trabalho brasileiro apresenta elevados níveis de desemprego e porta tendências de desestruturação; e que as políticas públicas de Economia Solidária vinculam-se a um ambiente mais geral de favorecimento da auto-ocupação destituída de direitos sociais, fez-se uma primeira pergunta: que tese reflete melhor a realidade das iniciativas econômicas solidárias?

Feita a pergunta, a pesquisa direcionou-se, especialmente, para a investigação das principais fontes de informações primárias sobre elas, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Como ponto de partida para a análise elegeu-se o seguinte questionamento: as iniciativas econômicas solidárias são (in)capazes de gerar bem-estar sócio-econômico aos seus associados de forma participativa e, ao mesmo tempo, de se articularem a problemáticas públicas? Em sequência, quais os determinantes dessa (in)capacidade?

Isso posto, objetiva-se aqui contribuir para o entendimento sobre o sentido da Economia Solidária como prática econômica através: (i) da localização de sua emergência no seio das transformações estruturais que ocorreram na sociabilidade capitalista brasileira; (ii) da identificação das principais características das iniciativas econômicas solidárias e sua respectiva localização no processo de produção capitalista.

Para o cumprimento destes objetivos, este trabalho foi construído em quatro capítulos. No primeiro, encontra-se uma síntese das principais mudanças estruturais ocorridas na economia e na sociedade no Brasil, contemplando a evolução do mercado de trabalho e da política social, dos anos 1980 até os primeiros da década de 2000, que propiciaram o surgimento da Economia Solidária. Aí, recorre-se às contribuições analíticas sobre estas temáticas feitas principalmente no âmbito do Instituto de Economia da Unicamp e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), assim escolhidas por conta da crítica cuidadosa que fizeram aos principais aspectos e resultados da adoção do modelo liberal no Brasil. Nele ainda constam as apresentações das organizações e políticas públicas pioneiras na estruturação da Economia Solidária no Brasil, bem como do movimento político do campo, cuja principal organização é o FBES.

No segundo capítulo, são discutidas as principais teses produzidas sobre a Economia Solidária, tal como brevemente anunciadas nesta introdução. No terceiro capítulo, as principais características das organizações econômicas solidárias são tratadas à luz das categorias marxianas de *trabalho* e *salário*, e de pesquisas de autores recentes que buscam atualizá-las, sobretudo vinculados à *teoria da subordinação*. No quarto capítulo, analisam-se os dados do SIES à luz dos capítulos anteriores e mediante a utilização de regressões lineares múltiplas. Finalmente, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

1. O SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.

O presente capítulo tem três objetivos. Em primeiro lugar, apresentar uma síntese das mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira que propiciaram a emergência da Economia Solidária como campo de práticas econômicas e políticas públicas. Será dada ênfase nos seus efeitos sobre o mercado de trabalho e a política social, especialmente aquelas de assistência social e trabalho. Em segundo lugar, expor as experiências associativas e políticas públicas consideradas pela literatura como pioneiras na estruturação do campo. Por fim, caracterizar os pontos identitários, as bandeiras de luta e a organização política do movimento de Economia Solidária a partir da sua instância principal, o FBES.

Para cumprimento dos propósitos, o capítulo divide-se, respectivamente, em três partes.

1.1 Breve contextualização: economia e sociedade no Brasil, dos anos 1980 aos primeiros anos do século XXI.

Quais seriam as razões para que, entre trabalhadores em risco de perder o emprego, desempregados e informais surgisse uma sucessão de organizações econômicas pautadas nos princípios de autogestão e solidariedade, orientadas para a democratização da economia e da sociedade, em geral? Entre os determinantes da emergência recente da Economia Solidária, seja como alternativa ao capitalismo ou como uma forma singular de produção econômica que existe simultânea a ele, encontram-se na literatura:

- no plano econômico, a redefinição do padrão de acumulação capitalista em curso desde os anos 1970 e as reformas neoliberais dos anos 1990, que se refletiram no desemprego estrutural, na exclusão social e, por outro lado, na "busca por alternativas de geração de trabalho e renda".
- No plano político, o fracasso da experiência soviética, que permitiu às esquerdas a experimentação de outros caminhos de mudança social, fortemente

pautados pelos valores e idéias dos novos movimentos sociais, cujo surgimento vincula-se às lutas contra a ditadura militar (Singer, 2002a, p. 111-3; Gaiger, 2004b, p. 8; Cruz, 2006, p. 2).

Tendo como referência essas assertivas, buscou-se entender o contexto de surgimento da Economia Solidária por meio de uma literatura que, ao mesmo tempo, as contemplasse e se detivesse nos aspectos específicos da economia e da sociedade brasileira. Disso resultou uma síntese das principais mudanças nestas esferas, que se apresenta a seguir.

***

Em princípios da década de 1980, o padrão de desenvolvimento industrial brasileiro colocado em marcha desde os anos 1930 já demonstrava sinais de esgotamento: desaceleração das taxas de crescimento e dos investimentos, aumento da inflação, crescimento da dívida interna e externa, elevação das taxas de juros, etc. Dentre os determinantes da situação, a "crise da dívida": nos anos 1970, o Brasil tomou empréstimos externos a taxas de juros muito baixas, porém variáveis (como tantos outros países da periferia capitalista), para financiar uma nova etapa da sua industrialização (o IIº Plano Nacional de Desenvolvimento, IIº PND). Após o segundo choque do petróleo e o aumento da taxa de juros americana, em 1979, aquelas taxas subiram bastante, fazendo multiplicar o montante devido. Em 1982, com a declaração da moratória mexicana, os recursos disponíveis no mercado internacional que permitiam a rolagem da dívida até então desapareceram, aprofundando a instabilidade econômica e conduzindo o país (e toda a América Latina) ao período crítico para a produção e o emprego qual se convencionou chamar de "década perdida" (Carneiro, 2002; Filgueiras, 2006).

De modo bastante simplificado, o referido esgotamento relaciona-se a transformações mais amplas do capitalismo mundial, que se desencadearam (i) pela crise estrutural do capital dos anos 1970 e (ii) pelo processo de retomada da hegemonia americana. Expressas na globalização financeira, na reestruturação produtiva e no neoliberalismo, estas transformações terminaram por restabelecer o poderio dos rentistas

entre os capitalistas; enquadrar politicamente a classe trabalhadora mediante a insegurança do desemprego e da desproteção social; e reafirmar o poder do dólar[5].

Isso posto, para o cumprimento dos referidos compromissos financeiros, a estratégia governamental se orientou para a obtenção de divisas a partir de superávits comerciais crescentes (1983-1989). Suas medidas e efeitos – a aquisição de dólares dos exportadores privados; a absorção da dívida externa do setor privado; o endividamento externo adicional perante organismos governamentais e multilaterais para renegociação da dívida; o aumento dos juros domésticos e a deterioração da carga tributária – levaram o Estado brasileiro a uma profunda crise fiscal-financeira. Em especial, as desvalorizações cambiais, utilizadas para promover os superávits, não só aumentaram o serviço da dívida como precipitaram políticas defensivas de preço que estimularam o crescimento da inflação. Sucessivos planos heterodoxos de estabilização monetária intentados ao longo da década, aliás, foram incapazes de contê-la – constrangidos, sobretudo, pela restrição externa. Combalido, o Estado foi perdendo a capacidade de se articular com o setor produtivo com vistas a recuperar o ritmo anterior de crescimento econômico ou mesmo para reduzir as oscilações no ritmo de atividade (Carneiro, op. cit.; Filgueiras, op.cit.).

A instabilidade da economia significou, para o mercado de trabalho, uma reversão da tendência ao aumento da formalização do trabalho assalariado verificada nas décadas anteriores. Não por acaso, houve concentração da geração de oportunidades ocupacionais em segmentos de baixa produtividade; estagnação salarial; e aumento da desigualdade na distribuição funcional e pessoal da renda (Baltar, 1996, 2006). Conforme análise de Cardoso Jr (2009), a partir de 1980, as heterogeneidades características do mercado de trabalho brasileiro se aprofundaram, a saber:

[5] Para uma interpretação brasileira dos fatos enumerados, ver: FIORI, José Luis (org.). *O poder americano*. Petrópolis, Vozes, 2004; FIORI, José Luis, MEDEIROS, Carlos (org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001; FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999; FIORI, José Luis, TAVARES, Maria da Conceição (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997; POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001; ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005; BEHRING, Elaine. *Política social no capitalismo tardio.* São Paulo: Cortez, 2009.

- grande participação do setor terciário (comércio ambulante, serviços pessoais e domésticos, etc) na composição setorial da força de trabalho;
- alto grau de informalização das relações de trabalho, isto é, uma difusão parcial do assalariamento formal (centrada nos setores dinâmicos da economia e nas empresas estatais);
- elevados níveis de desemprego aberto, de desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento;
- baixa qualidade das ocupações, expressas nas longas jornadas de trabalho, volatilidade das remunerações, ausência ou precariedade de progressão profissional e no acesso a bens e serviços socialmente fornecidos pelo Estado ou pelas empresas;
- rendimentos do trabalho sempre em níveis muito baixos, se medidos com base no poder de compra real;
- grande dispersão de rendimentos entre os salários de base e os salários de trabalho mais qualificado;
- mobilidade social intergeracional intensa, mas de curta distância e concentrada nos estratos inferiores da escala social; e
- segmentação e discriminação no mercado de trabalho, do ponto de vista do espaço (rural x urbano), do gênero (homem x mulher), da raça (branco x não-branco), da idade (jovem x idoso), do grau de instrução (qualificado x não-qualificado) etc. (Cardoso Jr, 2009, p. 129).

Adicionalmente, em 1980 o "setor de subsistência rural" tornou a alargar-se.

A política social em vigor, por seu turno, mostrou-se incapaz de contra-arrestar estes movimentos. Segundo Sônia Draibe (1993a, 1998), isso se deveu a aspectos de sua estrutura e dinâmica.

Quanto à estrutura da política social, Draibe a classificou como "modelo meritocrático-particularista[6]" por conta do seu sancionamento, sobretudo pela previdência

[6] Draibe atribui esse aspecto à política social brasileira a partir da tipologia clássica de Welfare State formulada por Titmus. Mesmo atribuindo-lhe limitações, a autora verifica correspondências entre sua formulação e a realidade. Conforme a autora, o tipo meritocrático-particularista de Welfare State pode ser

social e pelos sistemas de fundos sociais, das desigualdades ocupacionais e de renda adquiridas na estrutura social; da inexistência de mínimos sociais (in natura, renda, serviços ou bens); e da escassez de processos redistributivos e igualitários (presentes apenas na educação básica e no atendimento de urgência na saúde). A perversa heterogeneidade do mercado de trabalho e a reduzida cobertura do sistema contributivo, aliás, imprimiram densidade à assistência social, e grupos sociais específicos que em tese deveriam ter atendimento residual (crianças, gestantes, nutrizes e idosos), eram amplamente atendidos. Ademais, nas suas relações com grupos de interesse e com o sistema político, a política social brasileira adquiriu conotações corporativistas e clientelistas[7], com mais ênfase nessa última (Draibe, 1993a, p. 23-4).

As características dinâmicas impressas a esse modelo no período da ditadura militar (1964-1985) contribuíram para a "incapacidade" que aqui se deseja ressaltar. São elas:

- extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo;
- fragmentação institucional;
- processos decisórios autoritários, sem participação de sindicatos, partidos e movimentos sociais;
- natureza regressiva e pró-cíclica do financiamento do gasto social, baseado em fundos financeiros originados da folha salarial, em detrimento de recursos fiscais;

---

atribuído à política social do país porque "fundamenta-se na premissa de que cada um deve estar em condições de resolver suas próprias necessidades, em base a seu trabalho, a seu mérito, à performance profissional, à produtividade. A política social intervém apenas parcialmente, corrigindo as ações do mercado. O sistema de Welfare, por importante que seja, é tão somente complementar às estruturas econômicas" (Draibe, 1993a, p. 14).

[7] Essas características são atribuídas pela autora em observância ao trabalho de Ugo Ascoli. Draibe considera pertinente a argumentação do autor de que há componentes corporativistas e clientelistas não apreendidos na tipologia de Titmus. A tipologia resultante baseia-se na seguinte assertiva: "[...] há sistemas [...] que ainda que respeitando as principais diferenças sócio-econômicas criadas pelo mercado, tendem a subordinar os principais mecanismos públicos de distribuição dos recursos à lógica clientelista, que parece regular, em geral, o funcionamento do sistema político. Este tipo, no qual os partidos tendem a monopolizar parte importante do acesso aos recursos públicos, distinguem-se de um outro, no qual são principalmente as organizações de interesses corporativos que dispõem daquele 'quase-monopólio'". Respectivamente, tratam-se dos tipos "welfare meritocrático-particularista clientelista" e "welfare meritocrático-particularista clientelista" (Draibe, 1993a, p. 16-7).

- alto grau de privatização da provisão social, através da prestação de serviços (ex: saúde, educação) e produção de bens (ex: construção civil); e
- *mistargeting* dos programas sociais, isto é, a tendência em beneficiar menos os que mais necessitam (Draibe, 1993a, p. 26-31; 1998, p. 4-5).

Das interações entre estrutura e dinâmica, enfim, resultou uma política social restrita, com diversas ordens de superposição (objetivos, burocracias, clientelas) e sobrecarga de demanda. Burocratizada, instável, descontínua, sub-financiada, pouco transparente e ineficaz, especialmente quando relacionada a seu volume de gastos (cerca de 18% do Produto Interno Bruto, PIB). Bastante permeável a interesses privados e distanciada dos seus beneficiários; e sem mecanismos sociais de monitoramento e controle. Ora, com esse perfil, como ela poderia combater as (imensas) heterogeneidades da estrutura social brasileira em aprofundamento? Não por acaso, o conjunto destes aspectos precipitou que no campo sócio-político, a luta pela redemocratização viesse acompanhada do surgimento e mobilização de diversos movimentos sociais orientados para: a ampliação dos direitos e reforma da política social; melhoria do padrão de vida da população; e redução do desemprego, da miséria e das desigualdades[8] (Draibe, 1998; Cardoso Jr, op. cit.; Castro, J., Ribeiro, 2009).

Por conta disso, o primeiro governo civil pós-ditadura (chamado Nova República, 1985-1989) comprometeu-se a alterar o padrão de atuação do Estado na área. Constavam na sua agenda: (i) reestruturar o padrão de financiamento da política social; (ii) reorganizar o aparelho de prestação de serviços sociais para dotá-lo de capacidade de geração de resultados; e (iii) promover o debate com a sociedade, objetivando compatibilizar a geração de resultados com a democratização da gestão governamental. A agenda se reverberou na Constituição Federal de 1988 (CF 88), propiciando avanços como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS); o reconhecimento da responsabilidade pública da assistência social; e a introdução do conceito de seguridade social, abarcando

[8] Na segunda metade da década de 1970, depois de esmagada a resistência armada à ditadura militar, iniciou-se uma forte reorganização de forças populares no Brasil. Formando organizações de massa, elas buscaram "criar direitos", "fazer cumprir a lei" e "ocupar os aparelhos do Estado" (Sampaio Jr, 2005). Dentre as principais organizações criadas a partir de então se destacam o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

conjuntamente as áreas anteriores mais a previdência social[9]. Também houve a unificação nacional do salário mínimo, tornado piso dos benefícios monetários da seguridade; e o reforço da descentralização, da participação social e da responsabilidade de financiamento e gestão das unidades subnacionais. Isso ocorreu, sublinhe-se, a despeito das forças heterogêneas e contraditórias comprometidas com o processo de redemocratização; da articulação conservadora para a contenção dos avanços sociais; e da forte instabilidade macroeconômica (Faria, V., Castro, M., 1989, p. 8-9; Castro, J., Ribeiro, op.cit., p. 26-31).

Ainda no âmbito da CF 88, o reconhecimento público da assistência permitiu a fixação do direito à renda para idosos e deficientes em situação de extrema pobreza, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Quanto às políticas de trabalho, além da regulação das relações entre trabalhador e empregador, avançou-se para a constituição de um sistema integrado de políticas públicas – seguro-desemprego, abono salarial, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, estímulo à geração de empregos – financiado por um fundo próprio, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Há que se notar, entretanto, que o sistema então criado privilegiou sobremaneira o "setor formal", deixando de abarcar milhares de trabalhadores dedicados à "economia informal".

Foi neste cenário que nasceram os primeiros projetos associativos de geração de trabalho e renda que, como se verá adiante, hoje fazem parte da Economia Solidária. Interrompida a tendência de incorporação ao trabalho assalariado socialmente protegido em causa da crise econômica e na ausência de políticas públicas dedicadas aos "informais"– ora no estímulo à atividade econômica, ora quanto à proteção social – parte dos movimentos sociais surgidos e/ou engajados no processo de redemocratização passou a se dedicar a projetos econômicos que, sem deixar as lutas de lado, pudessem lhes garantir sustento.

Faz-se importante frisar também que a efervescência dos movimentos sociais e os avanços constitucionais inspirados nas políticas do Welfare State europeu se desenharam

[9] De acordo com o artigo (original) 194 da CF 88, são os objetivos da seguridade social: "universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados" (Presidência da República, 2010).

ao mesmo tempo em que, no cenário internacional, as agências multilaterais – com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI) – recomendavam à periferia capitalista o abandono do modelo de substituição de importações em favor da adoção de uma agenda liberal. Não por acaso, a interpretação sobre a "crise da dívida" dos países periféricos partia do entendimento que um país que tem déficit no balanço de pagamentos consome além das suas capacidades de produção; e que a prestação de assistência financeira por parte delas deveria se vincular à realização de medidas que o reduzissem. Entre elas constavam, especialmente, aquelas de enxugamento dos gastos e da estrutura do Estado.

No Brasil, o ajuste exportador e a respectiva redução da demanda interna não foram elementos suficientes para catalisar a implantação da referida agenda. Nos anos 1980, ainda se acreditava ser possível consolidar a democracia e, ao mesmo tempo, avançar na industrialização com distribuição de renda e minoração de desigualdades regionais e sociais. O insucesso das sucessivas tentativas heterodoxas de estabilização monetária e a derrota das forças progressistas em 1989, no entanto, abriram o espaço necessário para a sua materialização (Bacha, 1983; Mattoso, Pochmann, 1998; Sampaio Jr, op. cit.; Filgueiras, op. cit.).

Nesse sentido, assim que assumiu o poder, o presidente Fernando Collor (1990-1992) lançou, via medida provisória, um plano econômico de longo prazo que se propunha a combinar o combate à inflação com reformas estruturais na economia, no Estado e nas relações externas (Plano Collor I). Entre as medidas de maior destaque figuram mais uma reforma monetária; uma política de controle de liquidez; um ajuste fiscal; uma abertura comercial; e uma política de contenção salarial. A implantação delas, todavia, resultou na maior queda que o PIB já teve: - 4,35%.

Em 1991, a implantação de um segundo plano (Plano Collor II) – com congelamento de preços e salários, mudanças nas regras de indexação e de aplicação financeira, continuidade do ajuste fiscal e da abertura comercial, e a criação de planos para a indústria e mercado de capitais – não logrou reverter o descenso da economia brasileira (Belluzzo, Almeida, 2002). Denúncias de corrupção tornaram o exercício do governo ainda mais movediço e o processo de *impeachment*, logo a seguir, interrompeu a continuidade do

projeto liberal em implantação. O sentido das medidas ali presentes, todavia, seria retomado no plano de estabilização seguinte, o Plano Real, lançado no governo Itamar Franco (1992-1994). Antes de adentrar nele, observe-se o rebatimento dos governos Collor e Itamar nas políticas sociais.

De acordo com Draibe (1998), no rápido governo Collor pôde-se observar dois movimentos no âmbito da política social. O primeiro consistiu na intensa atividade legislativa do Congresso Nacional de complementação aos dispositivos da CF 88 (especialmente quanto à previdência social e saúde). O segundo diz respeito à "implementação de uma gestão estagnacionista e até destrutiva da política social" pelo Executivo Federal. Essa se expressou em três aspectos: forte redução do gasto social federal, em razão dos planos econômicos e das restrições fiscais decorrentes; desarticulação das redes de serviços sociais, principalmente no campo da assistência; e re-centralização da política social, acompanhada de reforço nas relações clientelistas e patrimonialistas com os municípios, de reforço dos programas assistenciais e de mecanismos arbitrários de concessão de benefícios, isto é, de assistencialização da política (Draibe, 1998, p. 20).

Fagnani (1999) acrescenta outros aportes para a compreensão do período. Segundo o autor, a estratégia de Collor para a política social foi marcada por dois aspectos. O primeiro, a concepção de uma agenda de reformas, a ser colocada em votação quando da revisão constitucional em 1993. Com o *impeachment* e a ausência de revisão constitucional, a agenda aguardaria o Plano Real para acontecer. O segundo, a mobilização do Executivo Federal em obstruir a legislação complementar de efetivação dos direitos constitucionais. Para tanto, foram realizadas as seguintes manobras: (i) veto integral a projetos de lei aprovados pelo Congresso; (ii) desconsideração dos prazos constitucionais estabelecidos para o encaminhamento dos projetos de legislação complementar de responsabilidade do Executivo; (iii) interpretação espúria dos dispositivos legais; (iv) descaracterização das propostas, pelo veto parcial a dispositivos essenciais (Fagnani, 1999, p. 156-7).

Sem recursos e sem apoio, portanto, a política social inscrita na CF 88 não encontrou no governo Collor espaços para cumprir seu desiderato. No governo Itamar Franco é que de fato, começou a montagem e a aplicação das leis do sistema de proteção

social[10] que se pretendia construir no Brasil, sob pressão da sociedade, inclusive. Nesse período, por exemplo, começou-se a aplicar a legislação complementar à CF 88 quanto à Previdência Social; foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); e houve reintrodução da temática da segurança alimentar em âmbito nacional a partir da "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida", importante movimento da sociedade civil surgido em 1993. Sobre ela, cabe um breve comentário.

A "Ação" surgiu em 1993, reivindicando o direito à alimentação como dimensão necessária da política social em construção: da indignação sobre a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza em 1992[11], o sociólogo nacionalmente conhecido Herbert de Souza – Betinho, convocou aqueles já reunidos em torno do "Movimento Pela Ética na Política" – que liderou o pedido de *impeachment* do presidente Collor – a se engajarem na "Ação".

Ela logo se concentrou na arrecadação de alimentos, angariando milhares de toneladas em todos os estados do país para as famílias mais pobres[12]. Rapidamente, as discussões surgidas em seu bojo resultaram: em propostas para uma política nacional de segurança alimentar participativa e descentralizada; na proposta de criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), instituído pelo governo Itamar em abril do mesmo ano; e na realização da Iª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em julho de 1994 (IPEA, 2009; Ação, 2010).

Quanto à política econômica, todavia, o governo Itamar aderiu às tendências recomendadas aos países periféricos pelas organizações multilaterais, buscando canalizar a liquidez do mercado financeiro internacional para viabilizar a estabilização monetária. Isso "exigiu" que se iniciassem reformas de caráter liberalizante capazes de tornar os ativos domésticos atraentes, isto é, capazes de assegurar elevados ganhos de capital e/ou embutir

[10] A utilização deste termo no presente trabalho faz referência à aparelhagem estatal para execução da política social nas áreas tradicionalmente apontadas pela literatura, como educação, saúde, previdência social, habitação, saneamento, transporte, etc.

[11] O número refere-se àquele divulgado pelo Mapa da Fome do IPEA, lançado no mesmo ano.

[12] Comitês de arrecadação foram montados com apoio da Cáritas Brasileira; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); da CUT; do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC); do Conselho Federal de Economia (COFECON); e da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES). A Cáritas, como se verá adiante, está por trás de milhares de iniciativas populares que são consideradas partícipes da Economia Solidária hoje.

prêmios de risco em suas taxas de retorno. Entre elas encontram-se a abertura comercial e financeira; a oferta de ações de empresas em processo de privatização, com mercados protegidos da concorrência internacional; e a oferta de títulos da dívida pública de curto prazo, remunerados a elevadíssimas taxas de juros.

Com as medidas em curso ou garantidas para um futuro próximo, pôde-se enfim lançar a nova moeda, o Real, em julho de 1994. Sua "confiabilidade" foi garantida através da fixação da taxa de câmbio segundo a igualdade R$ 1 = US$ 1, a chamada âncora cambial. Para desencorajar a especulação contra a paridade, além de incentivar o ingresso de recursos externos, o Governo Federal constituiu um elevado montante de reservas internacionais.

Reunidas, as medidas brevemente anunciadas conformaram a anuência nacional ao que se convencionou chamar de Consenso de Washington – um conjunto de recomendações das organizações multilaterais e dos países centrais para a reestruturação do Estado e da economia da periferia capitalista na perspectiva liberal. Muito embora seus resultados imediatos tenham sido positivos – queda da inflação, crescimento da produção e do consumo, redução da taxa de desemprego aberto, crescimento da ocupação e do rendimento médio real e redução da desigualdade dos rendimentos do trabalho –, já em 1996 a economia brasileira iniciou um movimento de flutuação econômica com repercussões bastante negativas para a produção e o emprego.

No âmbito da produção, o Plano Real provocou a invasão de produtos estrangeiros e daí, a substituição da produção local em alguns setores (ex: têxtil, vestuário, calçados, alimentos industriais e máquinas e equipamentos), a desarticulação de parte significativa das cadeias produtivas nacionais (como a metal-mecânica, a eletrônica e a química) e a redução dos investimentos em *tradeables*, ampliando a heterogeneidade da economia. Junto com a reestruturação produtiva e gerencial das empresas, esses aspectos determinaram a elevação da taxa de desemprego aberto a partir de 1996, a estagnação da ocupação a partir de 1997 e a queda dos rendimentos médios reais a partir de 1998. O aumento do desemprego só não foi maior porque houve (novo) aumento das atividades informais (pequenos serviços, trabalhadores sem contratos, atividades familiares sem remuneração, emprego doméstico, etc.). Essas tendências, grosso modo, permearam o

mercado de trabalho em todo o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), com pequenas variações provocadas pela retomada de investimentos em alguns setores após a desvalorização cambial de 1999 (Mattoso, Pochmann, op. cit.; Carneiro, op. cit.; IPEA, 2003; Belluzzo, Almeida, op. cit.).

A despeito desse quadro, o Plano Real acompanhou-se de uma estratégia para a política social que daí em diante, restringiu seu potencial de expansão e dotou-a de uma perspectiva liberalizante. Sobre o primeiro aspecto, cabe adentrar na sua política fiscal, em grande medida estruturada a partir do Fundo Social de Emergência (FSE)[13].

Eram duas suas idéias-força. Primeiro, com o fim da inflação, seriam extintos os ganhos fiscais oriundos da diferença entre receitas parcialmente indexadas e despesas fixadas em termos nominais. Segundo, as vinculações orçamentárias estabelecidas pela CF 88 foram consideradas como obstáculos ao equilíbrio fiscal e, portanto, prejudiciais à estabilização econômica. Por isso, em 1° de março de 1994 passou a vigorar, mediante emenda constitucional, a desvinculação de 20% dos recursos do orçamento da União. No FSE, dizia-se, eles seriam remanejados para a área social e/ou contidos. Do ponto de vista patrimonial, a situação fiscal da economia já era considerada "confortável": a dívida líquida do setor público havia atingido em 1994 menos de 30% do PIB[14] (Presidência da República, 1996a ; Carneiro, op. cit.).

No entanto, logo no início do governo FHC, ao invés de serem utilizados na execução da política social, os recursos do FSE financiaram ações que lhe eram alheias, como aquelas constantes do Ministério do Exército, das Polícias Rodoviária e Federal e do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Filgueiras, op. cit., 103)[15].

---

[13] As outras medidas do ajustamento fiscal foram, do lado da receita, (i) a (re)criação, (ii) o aumento e (iii) a diminuição dos prazos de apuração e recolhimento de impostos federais. São exemplos do fato, respectivamente, a criação do Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira (IPMF), o aumento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e as mudanças em torno do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do lado da despesa, encontra-se o corte das despesas correntes.

[14] A dívida interna já havia se reduzido, em 1991, para cerca de 15% do PIB, por ocasião do confisco de ativos financeiros do ano anterior. A dívida externa reduziu-se por conta das renegociações do Plano Brady e por conta do acúmulo de reservas internacionais (Carneiro, op. cit.).

[15] A subtração de recursos da área social ganhou mais racionalidade nos anos subseqüentes, quando passou a sustentar a manutenção do regime macroeconômico via formação do superávit primário. As mudanças posteriores no nome do FSE – Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) em 1996 e Desvinculação das Receitas da União (DRU) em 2000 –, aliás, expressam essa modificação.

Um exemplo mais específico pode explicitar melhor o que aqui se quer afirmar. Para isso, faça-se um breve exame das receitas correntes do FAT. A CF 88 explicita que os recursos arrecadados anualmente pelo Fundo devem custear os programas de seguro-desemprego e abono salarial. Adicionalmente, pelo menos 40% deles devem ser transferidos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, com critérios de remuneração que preservem o valor dos empréstimos e, portanto, do próprio Fundo. Regulamentações posteriores explicitam que a ele também cabe aplicar recursos em programas de crédito orientados para a geração de empregos e o fortalecimento de micro e pequenas empresas, cooperativas e trabalhadores autônomos. Dentre eles se destacam o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). E finalmente, que os recursos restantes da arrecadação anual e as receitas financeiras resultantes dos empréstimos devem custear os demais programas de apoio ao trabalhador, como a intermediação de mão-de-obra e a qualificação profissional.

O advento do FSE, porém, mais o cumprimento dos programas constitucionalmente previstos e a necessidade de preservar e remunerar o FAT, não permitiram que o planejado se materializasse inteiramente.

Após a retirada de 20% dos recursos do FAT para o FSE, 40% para o BNDES, e a reserva de recursos para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, sobrava pouco de sua arrecadação anual para cobrir os programas de intermediação e qualificação de mão-de-obra. Assim, o custeio desses últimos passou a ser feito principalmente com os resultados das suas aplicações financeiras; e a criação e a expansão de outros gastos correntes com políticas de trabalho, a ser financiada por dotações orçamentárias do Tesouro Nacional. O problema é que a política fiscal dos anos 1990 não propiciava, exatamente, que o Executivo Federal aportasse recursos na execução de políticas sociais não-obrigatórias segundo a CF 88. Cortes e contingenciamentos orçamentários, em verdade, é que se tornaram lugar comum (Cardoso Jr et al, 2006).

Assim sendo, a saída escolhida para o estímulo ao trabalho nos anos FHC valeu-se do máximo uso possível do FAT em aplicações (através da criação de sucessivos

programas de crédito), da máxima utilização possível dos resultados financeiros dessas aplicações (principalmente em qualificação profissional) e do mínimo uso possível de dotações orçamentárias do Tesouro. O governo FHC, portanto, terminou por restringir as possibilidades de expansão e criação de políticas de trabalho exatamente num período de deterioração das condições de vida dos trabalhadores (IPEA, 2003; Cardoso Jr et al., op. cit.).

Quanto ao caráter especificamente liberal presente na política social, faz-se importante rever os objetivos e o desenvolvimento da "Estratégia de Desenvolvimento Social", lançada em setembro de 1996. Com a economia desaquecida e observando que as experiências de estabilização monetária dos países vizinhos mostravam-se deletérias para o mundo do trabalho, o Governo Federal propôs ampliar os direitos sociais básicos, sobretudo quanto aos "grupos vulneráveis", mantendo inalterada a política macroeconômica. Eram os seus pontos principais:

- De um lado, priorizar os serviços sociais básicos de vocação universal – educação, saúde, previdência social, habitação e saneamento básico e assistência social –, por meio da eliminação dos desperdícios; do aumento da sua eficiência e qualidade; da promoção da sua descentralização; da universalização da cobertura ("sempre que necessário e legítimo"); e da reestruturação de benefícios e serviços para aumento do seu impacto distributivo. De outro lado, desenvolver políticas específicas para geração de novos empregos e aumento das oportunidades de geração de trabalho e renda.
- Implementar um conjunto de programas e medidas prioritárias, de rápidos resultados, como a reforma agrária, melhoria do ensino fundamental, e atenção a grupos sociais específicos que requerem ação imediata e inadiável (redução da mortalidade na infância, capacitação de jovens e renda mínima para idosos e deficientes).
- Desenvolver um novo mecanismo de coordenação de políticas focalizadas de combate à fome e à miséria, de situações sociais de emergência e de calamidade pública; e de mobilização, participação e parcerias com a sociedade civil,

coordenado pela Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária (Presidência da República, 1996b).

Constam desses objetivos três premissas de atuação da ação estatal no âmbito da política social que se materializaram como tendências de seu próprio desenvolvimento: a descentralização, a focalização e a privatização.

A descentralização (administrativa) da política social é entendida como uma forma de aumentar a eficiência e eficácia do gasto via aproximação das estruturas estatais das necessidades de suas clientelas. Sua adoção aumentaria as possibilidades de interação, no nível local, de recursos governamentais e não-governamentais no financiamento da provisão social. Com isso, a utilização de formas alternativas de produção de bens e serviços seria ampliada.

A focalização diz respeito à destinação de recursos da política social para públicos específicos, escolhidos seletivamente segundo sua necessidade e urgência. Entre as justificativas dessa orientação constam: a tese de que o Estado deve atuar residualmente e exclusivamente no âmbito da assistência social; as típicas distorções na destinação do gasto social (nem sempre os mais necessitados são os mais atingidos); e a crise fiscal do Estado. Enfim: o combate socialmente justo e eficaz à pobreza, num contexto de ajustamento fiscal, exige que o Estado concentre sua ação nos mais pobres dentre os pobres.

Por último, concebe-se a privatização como o deslocamento da provisão social para o setor privado lucrativo e não-lucrativo, considerado mais ágil e efetivo do que o Estado no atendimento às demandas sociais. O setor lucrativo torna-se responsável por prover bens e serviços sociais, em forma de mercadoria, aos setores de maior poder aquisitivo. Essa resposta, argumenta-se, alivia a crise fiscal, evita o uso irracional de recursos públicos e aumenta a progressividade do gasto público. O setor privado não-lucrativo passa a responsabilizar-se, por meio de parcerias com o próprio Estado, pelo atendimento às diversas demandas da sociedade civil mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda. Com a medida, afirma-se, a sociedade poderia conceber soluções criativas e solidárias para lidar com as questões que lhe interessam (Draibe, 1993b; Cohn, 1999; Montaño, 2001).

Em consonância com objetivos propostos no início do presente capítulo, daqui em diante se observará a evolução das políticas de assistência social e trabalho no âmbito da "Estratégia...", atentando para os limites que as concepções acima demonstraram quando aplicadas na realidade.

No que diz respeito à assistência social, não se pode comentá-la sem deter-se no Programa Comunidade Solidária. Criado em 1995 no mesmo ato de extinção do recém-nascido CONSEA, propunha-se a inovar a política pública no enfrentamento da fome e da miséria por meio da coordenação de ações "nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social". O Programa focalizava sua ação nos municípios mais pobres do país via oferta conjunta dos programas sociais federais – a chamada Agenda Básica. Simultaneamente, buscava articular diferentes níveis de governo, universidades, empresas, fundações e ONGs no atendimento de seus propósitos (IPEA, 2003).

Entre 1995-1998, a Agenda Básica logrou avanços. Houve aumento no número de crianças atendidas na alimentação e no transporte escolar, queda da desnutrição e mortalidade infantil em todos os municípios selecionados. Das articulações entre governos e sociedade, por sua vez, resultaram programas de capacitação para comunidades (Universidade Solidária) e jovens (Capacitação Solidária), de alfabetização de adolescentes (Alfabetização Solidária), e de estímulo ao artesanato (Artesanato Solidário) e ao voluntariado (Programa Voluntários/Amigos da Escola) dos quais participaram milhares de pessoas em todo o país[16]. Recursos públicos e privados foram empregados nesses programas; o Programa Capacitação Solidária, inclusive, foi 100% financiado por empresas (Presidência da República, 1998; Del Porto, op. cit.).

Quanto aos resultados, o Comunidade Solidária concorreu com as estruturas de implementação da LOAS, truncando a gestão e a implementação da política tal como prevista na CF 88. Quanto à sua concepção e execução, o Programa inaugurou uma forma

[16] As movimentações surgidas no seio do Programa também resultaram em uma rede virtual de intercâmbio entre as organizações do Terceiro Setor e marcos regulatórios específicos que lhe são caros, como a Lei do Voluntariado, de 1998; e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), de 1999 (Del Porto, 2006).

de articulação público-privada na gestão das políticas sociais – especialmente as de combate à pobreza – de fronteiras bastante difusas. Daí em diante, elas passaram

> a ser progressivamente influenciadas por uma abordagem que destacava o papel da filantropia e da solidariedade social, e a participação do setor privado, seja lucrativo ou não lucrativo, na provisão de serviços e na oferta de bens. Essa abordagem tinha como matriz um modelo de "sistema misto de proteção social", que conciliava iniciativas do Estado e do terceiro setor. Várias propostas, por vezes contraditórias, confundiam-se neste campo: redução da atuação do Estado aos mais pobres, fortalecimento de parcerias com a sociedade, políticas sociais altamente focalizadas, ampliação da oferta a serviços sociais e mesmo a universalização do acesso (IPEA, 2007, p. 85-6).

Esse "sistema misto" se relaciona à principal conseqüência da privatização da provisão social para o setor privado não-lucrativo, que a literatura vem convencionando chamar de "re-filantropização da questão social". Em que ela consiste? Ao invés da regulação pública das desigualdades pela via dos direitos sociais, o que vem se processando após o advento do neoliberalismo é a erosão destes; e, em conseqüência, o deslocamento do que se propunham a enfrentar para o âmbito privado. Nele, a questão social é enfrentada por práticas caritativas e voluntárias e, portanto, re-filantropizada. O deslocamento, por sua vez, é esmaecido por conta da emergência de um discurso ético e humanitário de indignação frente à miséria e à pobreza; e autonomista, como se a sociedade civil organizada, ao angariar apoios e adesões, fosse capaz de solucionar aquelas questões estruturais (Montaño, op. cit.; Yazbek, 2004).

Desde 1995, o "sistema misto" tem avançado a passos largos. Dentre as suas conseqüências, pode-se destacar: (i) a experimentação e o aperfeiçoamento de vários instrumentos de parceria entre entes governamentais dos três níveis federativos e não-governamentais, como os editais, termos de parceria, contratos, modelos de gestão, prestações de contas, fóruns, etc; (ii) o aumento de volume de recursos diretamente aplicado pelo Estado nos projetos das ONGs; e (iii) a elevação do intercâmbio de profissionais entre as esferas pública e privada dedicados à "transformação social", o que diluiu as distinções entre os modos de intervenção na realidade das mesmas (fato que se reflete até na semelhança do repertório verbal de ambas).

A evolução do Programa Comunidade Solidária a partir de 1999 mostra o aprofundamento deste "sistema misto" com a chegada de uma abordagem autonomista e privatista de desenvolvimento local. De outro lado, e em sentido complementar, houve notório avanço de uma intervenção ainda mais focalizada na pobreza, em detrimento dos princípios da CF 88. Isso se refletiu no reforço dos programas de transferência de renda "para os mais pobres entre os pobres". Enfim, tratam-se de desenvolvimentos da renovação conservadora da assistência social, cujas origens encontram-se nos contextos mais imediatos da crise econômica de 1998/9 e nos refinamentos da redefinição da atuação do Estado em curso desde o princípio da década.

Sobre a referida crise, cabe um retrospecto. O ajustamento fiscal anunciado pelo governo no princípio do Plano Real, a despeito de haver subtraído recursos da área social, transcorreu frouxamente até 1998. Entre 1994 e 1997, a combinação entre elevadas taxas de juros, mais a esterilização da absorção de recursos financeiros do exterior – que mantinham a sustentação da âncora cambial –, precipitaram a expansão da dívida interna.

Em 1998, com a reversão das condições internacionais de financiamento que permitiram o processo de estabilização, houve crescente pressão para a desvalorização do câmbio. A demora da equipe econômica em agir quanto a essa questão por conta da provável reeleição de FHC redundou: em perda contínua de reservas; no endividamento junto às instituições multilaterais para assegurar a saída dos capitais de curto prazo; e no aumento da dívida publica interna, dolarizada, oferecida como *hedge* ao setor privado por conta da desvalorização cambial. Enfim, ocasionou o aumento da dívida interna e externa. Em cinco anos, a dívida líquida do setor público aumentou de menos de 30% para cerca de 50% do PIB (Carneiro, op. cit.: 394-8).

A solução para enfrentar a crise foi, além de adotar o câmbio flutuante, "completar" a alteração do regime fiscal, já sinalizada no inicio do Plano Real. Constituem-se nos seus principais aspectos: o estabelecimento de metas de superávit primário, inflação e dívida pública/PIB; o aprofundamento dos cortes e contingenciamentos orçamentários; o aumento de impostos; e o enquadramento fiscal de estados e municípios segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Era seu objetivo último, enfim, comprometer o governo

federal com a sustentabilidade fiscal, ou com trajetória de sustentabilidade da dívida pública (Lopreato, 2006).

No conjunto, as medidas contribuíram para que a dinâmica econômica permanecesse truncada. O mercado de trabalho, por conseguinte, respondeu com a manutenção da taxa de desemprego aberto e da informalidade em patamares elevados e com contínua queda dos rendimentos reais. Porém, como dito, houve recuperação de alguns setores produtivos nacionais em ocasião da mudança do regime cambial (Filgueiras, op. cit.).

Os indicadores do mercado de trabalho poderiam sugerir a manutenção da Agenda Básica (1995-1999) do Programa Comunidade Solidária, mas a despeito de seus resultados positivos, ela foi interrompida em meados de 1999. Em seu lugar, foi concebido o Programa Comunidade Ativa (1999-2002), orientado pela estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). Grosso modo, a DLIS supõe que as localidades mais pobres, ao vocalizarem suas demandas sócio-econômicas no "espaço público", podem solucioná-las segundo uma parceria entre os atores interessados na transformação da sua realidade: governos, iniciativa privada e ONGs. A chegada ao desenvolvimento – ou superação da pobreza, por sua vez, supõe o desenvolvimento de algumas capacidades dessas localidades: (i) do seu capital humano, isto é, da habilidade de apreender, criar e recriar conhecimentos; (ii) do desenvolvimento do seu capital social, ou seja, da capacidade de identificar suas próprias potencialidades e desenvolvê-las e de construir parcerias e soluções para seus próprios problemas de forma participativa; e (iii) do desenvolvimento do seu capital empreendedor ou da capacidade de gerar riquezas (Del Porto, op. cit.). Segundo o próprio documento de referência do Programa, o DLIS é o

> processo de promoção do desenvolvimento através de parcerias entre Estado e sociedade, no qual ocorrem ações multissetoriais integradas, convergentes numa dada localidade, segundo uma metodologia que prevê, no mínimo: capacitação para a gestão; diagnóstico e planejamento participativos; articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade; monitoramento e avaliação; fomento ao empreendedorismo e criação de uma nova institucionalidade participativa (Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária, 1999, p. 1 apud Del Porto, op. cit., p. 94).

Na primeira fase de implantação do Comunidade Ativa, esse "processo de promoção do desenvolvimento" esbarrou exatamente na oferta precária e limitada de serviços sociais básicos. Como era de se esperar, as localidades-alvo da intervenção identificaram que seus maiores problemas não lhes eram intrínsecos, mas relacionavam-se à ausência de políticas públicas capazes de prover-lhes o mínimo de bem-estar. Porém, as "reivindicações tradicionais" das localidades – escolas, postos de saúde, estradas –, ao invés de serem incisivamente enfrentadas, foram consideradas "desviantes" em relação à DLIS e esmaecidas na fase de expansão do Programa. Isso posto, houve reforço dos cursos de capacitação em liderança, cidadania, empreendedorismo; realização de sistematizações de demandas na perspectiva "façamos nós mesmos" – para estimular as comunidades a realizarem suas próprias melhorias; e celebrados compromissos negociados entre localidades e parceiros do Programa para implementação de prioridades, sem necessária obrigatoriedade de implantação, entre outras medidas (Del Porto, op. cit.). Ao não prestar atendimento às necessidades mais básicas das populações-alvo, fosse por conta da sua concepção ou pela baixa integração com outros programas governamentais de combate à pobreza, o Programa propiciou o surgimento de populações "capacitadas" e "sedentas" para a mudança do seu destino em diferentes dimensões da sua existência, mas com poucas condições imediatas para fazê-lo.

Para além das limitações sobre seu funcionamento, identifica-se no Comunidade Ativa/DLIS o entendimento que a produção mercantil comunitária pode ser um veículo de superação da pobreza. A partir de saberes tradicionais específicos e/ou de capacitações para o desenvolvimento de habilidades profissionais socialmente rarefeitas e/ou latentes, seria possível garantir renda suficiente para atender as necessidades das comunidades. De fato, é possível encontrar nichos específicos de mercado capazes de prover rendas razoáveis a algumas iniciativas. Mas sendo principalmente formadas por pessoas com acesso errático ao mercado de trabalho e carentes de atenção quanto às políticas públicas; e muito possivelmente, portadoras de baixa densidade tecnológica, pode-se admitir que a maioria delas seja incapaz de enfrentar a concorrência capitalista de modo estruturado. O ponto nodal dessa percepção de mudança social reside especialmente em, num momento de desaceleração macroeconômica e de restrição e reorientação da política

social, associar ao mercado uma promessa que ele não poderia cumprir: prover autonomia econômica de unidades mercantis de baixa capitalização para aplacar um problema cujas raízes estão em seu próprio funcionamento.

Faz-se preciso notar, além disso, que a percepção constante do Programa não é necessariamente oposta às iniciativas de ONGs tomadas no mesmo período. Veja-se como exemplo a "Ação", protagonista das lutas pelo direito à alimentação apresentada em momento anterior.

Ainda em 1994, após estimular seus comitês a elaborarem projetos para a geração de trabalho e renda em suas respectivas comunidades no Rio de Janeiro, a "Ação" selecionou sete deles, fornecendo-lhes cerca de R$ 25 mil/cada para a implementação. Dessa iniciativa surgiu a Cooperativa de Manguinhos, que presta serviços à Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Apontada como um resultado bem sucedido, ela motivou a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) do Centro de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COOPE/UFRJ), cujo modelo, como se verá adiante, se replicou em todo o país. Daí em diante, a "Ação" aumentou seu engajamento com essa forma específica de combate à pobreza através do apoio ao cooperativismo, ao desenvolvimento local e ao crédito solidário. Autores caros ao campo da Economia Solidária qualificam essa medida como uma inovação bastante estratégica da sociedade civil pois, ao mesmo tempo em que prestava ajuda emergencial às populações carentes, a "Ação" não recaía nas "formas tradicionais do assistencialismo", propiciando um sentido emancipatório à mobilização (Singer, 2002b; Lechat, 2004; Ação, 2010).

À primeira vista, iniciativas como a da "Ação" encerram métodos de ação e visões de mundo que divergem daquelas materializadas pelo Estado. É fato, porém, que elas terminam por operar no mesmo lugar que as experiências empreendidas por este: o mercado. E como muitas se associam a processos de resgate cultural, de autoestima pessoal e comunitária, entre outros, esta condição em que são colocadas termina sendo esmaecida. De todo modo, discussões posteriores a respeito do modo de funcionamento de iniciativas deste tipo – tão caras à Economia Solidária –, apontarão sobre as mudanças que elas são

(in)capazes de gerar no seio da produção mercantil capitalista, especialmente quanto ao combate à pobreza e ao desemprego.

Finalmente, retornando à política de assistência, é preciso dizer que todos os programas supracitados foram (novamente) apartados das estruturas caras à LOAS. No âmbito dela, tentou-se implantar um substituto da Agenda Básica, o Programa Alvorada. Esse, entretanto, não logrou resultados semelhantes à experiência anterior (Del Porto, op. cit.).

Quanto aos programas focalizados de transferência de renda, sua criação associa-se à "compensação" das conseqüências sociais provocadas pelo contrato de endividamento celebrado junto às instituições multilaterais na crise de 1998/9. Nesse sentido, foram criados: o Bolsa-Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde; o Auxílio-Gás, do Ministério das Minas e Energia; o Bolsa-Escola, do Ministério da Educação; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Agente Jovem, da Secretaria Especial de Assistência Social. Como auxílio ao seu financiamento, instituiu-se via Emenda Constitucional o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, em 2001 (IPEA, 2003).

Os programas foram criados como auxílios emergenciais, e não como direitos. Se criados em consonância ao arcabouço da seguridade social, o salário mínimo seria a referência de valor para a concessão dos benefícios, o que iria de encontro ao ajuste fiscal preconizado. Quanto à natureza da política social, cabe mais uma observação: se de um lado esses programas apresentam o argumento incontestável de que a atenção aos mais pobres merece urgência e especificidades, do outro, eles parecem contribuir para a concepção de que a política social só é justa para aqueles que precisam "já" e "muito". Numa sociedade tão heterogênea como a brasileira, sobretudo quanto à distribuição da renda e da riqueza, essa é uma concepção bem perigosa, pois retira da politica social a tarefa de minoração das desigualdades em geral e desloca-a para a tarefa exclusiva de combate à pobreza e, portanto, de nivelamento por baixo das carências. Dito de outro modo, é uma concepção que sanciona que quem pode não precisa do Estado; quem é pobre tem guarida nos programas sociais; e quem não é pobre o bastante fica não se sabe onde.

Bem explicitado o desenvolvimento da "Estratégia" para a assistência social observando-se a focalização e a privatização (não-lucrativa), cabe um comentário sobre as

repercussões da descentralização da ação estatal. Aqui, contudo, ele será feito de um ponto de vista mais geral, ao contrário das dimensões anteriores.

A CF 88 tomou a descentralização como um dos seus princípios básicos, ao dotar o município de autonomia via seu reconhecimento como ente federado; e instituir os conselhos de políticas públicas – também descentralizadas – como instrumentos de controle social em todos os níveis de governo. De fato, isso propiciou que a partir dos anos 1990, surgissem diversas experiências locais de combate à pobreza permeáveis às necessidades mais imediatas da população, das quais algumas serão apresentadas na segunda seção desse capítulo. De outro lado, precipitou que houvesse sobrecarga da demanda local por provisão social. Mas como?

Com o advento da LRF, o gasto em pessoal de todos os estados e municípios passou a limitar-se a 60% da receita corrente líquida. E com a renegociação da dívida de quase todos os estados e dos principais municípios do país com a União, pelo menos 11,5% da mesma receita passou a ser comprometida com o pagamento de parcelas. Juntas, as medidas permitiram à União maior controle sobre o dispêndio de recursos desses entes e a enquadrá-los no ajustamento fiscal. Mas de outro lado, elas reduziram sua disponibilidade e flexibilidade orçamentária, bem como restringiram a contratação de servidores públicos – o que na política social é decisivo para a sua expansão quanti-qualitativa.

Num contexto de baixo dinamismo macroeconômico e desestruturação do mercado de trabalho; de cortes e contingenciamentos dos recursos federais não-obrigatórios destinados aos programas sociais; mais os problemas do pacto federativo, que é impreciso quanto às competências da política social por níveis de governo, os equipamentos sociais locais, não raro precários, foram bastante pressionados pela população a dar respostas às suas dificuldades reprodutivas (COHN, op. cit.). Comumente insuficientes, elas terminaram por evidenciar que a responsabilização pública pela questão social havia se transformado num grande jogo de empurra.

Retorne-se à "Estratégia" no âmbito das políticas do mundo do trabalho. Quanto a essa dimensão, foram propostos: a flexibilização das relações de trabalho; a instituição de programas de crédito a empresas; o reforço do Sistema Nacional de Emprego (SINE); a instituição de crédito a empreendedores populares, individuais ou coletivos

(PROGER e Crédito Produtivo Popular); a realização de reforma agrária e o incentivo à agricultura familiar, também através do crédito (PRONAF); e um programa massivo de qualificação profissional.

Apesar das intenções, os resultados dessas políticas são bem discutíveis. Para os propósitos desse trabalho, faz-se importante observar as políticas de reordenamento das condições de trabalho, de crédito e de qualificação profissional.

Quanto às primeiras, o governo FHC avaliou que a CF 88 aumentou os custos de demissão e de contratação dos trabalhadores formais. Flexibilizar as regras, portanto, traria ganhos na criação de novos postos de trabalho (Presidência da República, 1996b). As flexibilizações promovidas em seu governo, no entanto, só tornaram o mercado de trabalho mais hostil quanto à qualidade das ocupações geradas[17].

Os programas de crédito ao pequeno empreendedor rural e urbano – PROGER, PRONAF e Crédito Popular – apresentaram desempenho diverso. No PROGER, houve dificuldade de acesso aos empréstimos pelos pequenos tomadores e taxa insatisfatória de sobrevivência dos empreendimentos. No PRONAF, o propósito de "democratização do crédito" avançou bastante para todos os segmentos da agricultura familiar, mas não há avaliações abrangentes sobre o seu impacto no campo. O Crédito Popular beneficiou apenas 300 mil empreendimentos, entre 1996 e 2001. De todo modo, entre 1995-2002 foram realizadas mais de 4,9 milhões de operações de crédito e R$34,4 bilhões em valores emprestados no âmbito desses programas (IPEA, 2005).

Embora sejam valores expressivos, a efetividade dessas políticas pode ser bastante questionada, primeiro, pela incapacidade de prover crédito a parcela relevante do universo de pequenos empreendimentos urbanos e rurais. Em seguida, pela incapacidade de

[17] Foram as principais flexibilizações realizadas no governo FHC: (i) flexibilização das condições de contratação do trabalho - permissão de contratos por tempo determinado e parcial; ampliação das possibilidades de utilização do trabalho temporário, etc. (ii) Mudança do padrão de remuneração do trabalho: viabilização da participação em lucros e resultados da empresa sem incorporação dos ganhos aos salários-base, sobre quais incidem parte dos benefícios sociais; fim da política de reajuste salarial em favor da livre negociação entre as partes; fim do índice de reajuste oficial de correção do salário mínimo, etc. (iii) Flexibilização do tempo de trabalho: criação do banco de horas; autorização do trabalho aos domingos pelo comércio varejista em geral, sem necessidade de passar por negociação coletiva; fim do cômputo do tempo de transporte para chegar e sair do trabalho na jornada, etc. Acrescenta-se também a esse cenário o afrouxamento da fiscalização, por parte do poder público, quanto às condições e as relações de trabalho (Krein, 2006, p. 57-70).

geração de ocupações no ritmo necessário para conter as repercussões da desobrigação pública, da reestruturação produtiva e da inserção periférica na globalização. Por fim, por não apontar para qualquer vinculação aos direitos constitucionalmente previstos do trabalho e da seguridade social. Para além dessas observações, o que parece mais importante nesse conjunto de políticas é que elas naturalizam (i) a idéia de que o trabalhador é individualmente responsável pela sua reprodução, quando ela possui, ao contrário, um caráter social; (ii) que os direitos sociais vinculados ao trabalho pertencem, somente, à parcela de trabalhadores "que os merecem".

Quanto ao Programa Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), sua criação associa-se ao pressuposto de que a qualificação profissional é um elemento essencial para a empregabilidade. Pensado para capacitar 20% da PEA do país, foi realizado de forma descentralizada através de convênios com as Secretarias Estaduais de Trabalho e parcerias com municípios e organizações diversas – sindicatos, associações, ONGs, empresas, Sistema S, etc. Seus resultados ficaram aquém do planejado: somente de 3% da PEA foi efetivamente treinada até 1999 e o grau de vinculação com o seguro-desemprego e o PROGER foi muito baixo (Cardoso Jr, op. cit.).

Quanto ao desenho da política é possível questionar as prioridades de capacitação, os conteúdos programáticos, entre outros aspectos. Mais preocupante que isso, entretanto, é o fato de ter mobilizado organizações de trabalhadores em um esforço pouco efetivo em melhorar a qualidade e o número de ocupações no mercado de trabalho segundo o quadro sócio-econômico em vigência. Não se pode esquecer também que a política, mais uma vez, ocupou-se de incutir no trabalhador a responsabilidade individual pela sua ocupação.

Por fim, quanto às ações e reações dos movimentos sociais nos anos FHC, é possível identificar duas direções: o combate ao avanço neoliberal e o "melhorismo", com notável preeminência da segunda (Sampaio Jr, 2005).

Entre aqueles que tomaram a primeira direção, pode-se relacionar o MST, cuja luta se manteve em todo este período a despeito dos assassinatos, da violência e da criminalização a que seus membros foram submetidos.

> [...] os Sem Terras radicalizaram a pressão por mudanças *dentro da ordem*, vinculando a reforma agrária à reforma urbana, à redução da jornada de trabalho, à exigência de uma presença ativa do Estado na promoção do desenvolvimento e à defesa intransigente da soberania nacional. Não sem mérito, o MST acabou se transformando na principal referência política da esquerda brasileira (Sampaio Jr, op. cit., p. 74, grifo do autor).

O "melhorismo" pode ser compreendido como a reação defensiva dos trabalhadores ao aprofundamento das transformações societárias nos anos 1990. Ao invés de prosseguir nas lutas por conquistas de direitos, tal como ocorreu no processo de redemocratização, ampla parcela dos movimentos sociais passou a adaptar-se às vicissitudes neoliberais. Sem questioná-las, passaram a buscar não mais os direitos de trabalho e de vida de um ponto de vista de classe, mas o "possível" para solucionar ou compensar os problemas das pessoas em ocasião da falta de direitos. A mudança da CUT para o "sindicalismo de resultados", conforme Sampaio Jr., é representativa:

> A conversão da CUT aos cânones do "melhorismo" é um exemplo emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e subjetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. [...] Compactuando com um padrão de acumulação que é antagônico aos interesses estratégicos da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato, e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de negócios e benesses abertas ao sindicalismo (ibidem, p. 73).

A despeito de tecer uma análise menos pessimista sobre as repercussões do neoliberalismo nas ações da sociedade civil, Lechat também pôde notar a emergência de um posicionamento politicamente subordinado em seu seio, especialmente quanto à defesa "do social":

> com o fim da fase da Guerra Fria, seguindo uma política neoliberal, os Estados entraram numa fase de minimização expressa por um movimento de privatizações e de desregulamentação de direitos conquistados ao longo dos anos. Isto não os impediu de intervirem de modo persistente na vida social e política. A sua função de provedores do bem-estar da população está sendo progressivamente transferida para organismos privados. *Nesta fase, os movimentos sociais, ao invés de se colocarem em oposição com o Estado, dirigem-se a ele para assinar convênios de parceria. Boa parte dos movimentos sociais perde seu caráter de protagonista e as ONGS assumem o centro da cena. Elas passam, então, de assessoras a parceiras dos movimentos sociais.* Nesta ultima fase [da promulgação da Constituição até os anos FHC], surgiram as ONGS associadas especialmente aos conceitos de Terceiro Setor, de parceria e de voluntariado. *O próprio setor*

> *empresarial começa a envolver-se com o social.* Isto pode ir desde simples doações de gêneros ou dinheiro a entidades assistenciais até a elaboração de projetos específicos na área do meio ambiente ou destinados à população vizinha da empresa e envolvendo recursos financeiros e humanos consideráveis sob a forma de voluntariado. *Migra-se assim da tradicional dicotomia privado/público para limites difusos dum terreno onde entidades públicas e privadas realizam parcerias e articulam-se em vista de um objetivo comum. No entanto, há de se observar que a posição das ONGs em vista da realização de projetos nessas parcerias é assimétrica. Enquanto o Estado, as empresas ou órgãos têm o poder de dar, suspender ou retirar o dinheiro, as ONGs devem executar ou intermediar os projetos sociais, tendo que submeter-se aos ditames dos primeiros* (Lechat, 2004, p. 81, grifo nosso).

Essa ação defensiva e colaborativa de ONGs e movimentos sociais com o Estado parece encontrar justificação, alternativamente, em dois conjuntos de idéias que lhes são caras: a necessidade de avançar quanto às bandeiras do processo de redemocratização; e certa concepção "socialmente progressista" de modernização da política social. Já apresentadas as "bandeiras" em momento anterior do texto, cabe fazer o mesmo para esta última.

Conforme Draibe, as proposições de focalização, privatização e descentralização da política social não são exclusivas do neoliberalismo. O entendimento "socialmente progressista" desses mesmos aspectos aponta, primeiro, que o combate radical à pobreza passa pela focalização e seletividade das políticas, acompanhado do reforço dos programas de corte universal. Em segundo lugar, a privatização é apontada como capaz de prover mecanismos mais ágeis de atendimento às necessidades da população, via participação dos beneficiários, de associações voluntárias e redes de ONGs na provisão social. São exemplos desse encaminhamento das políticas sociais na América Latina as diversas experiências de ajuda mútua, práticas comunitárias e de vizinhança tais como os mutirões, a guarda de crianças, iniciativas no campo da alimentação e coleta e processamento de lixo. Quanto à descentralização (das estruturas de provisão, do gasto e do processo decisório), argumenta-se que ela democratiza a vida política e aproxima decisões, demandas e demandantes (Draibe, 1993a, p. 99-100; 1993b, p. 33).

A "positividade" destas idéias, no entanto, mais a força com que o desemprego e a desproteção social atingiram os movimentos sociais terminaram por aproximá-los da política social neoliberal executada no transcurso do governo FHC. Não por acaso, viu-se

que ONGs e sindicatos participaram das políticas públicas de assistência social e de trabalho e renda aqui discutidas. Não por acaso, o "melhorismo". Mas se esse posicionamento mostrou-se contrário aos interesses estratégicos da classe trabalhadora, isso não significa que não houve mobilização contrária ao que se passava. A confluência dos movimentos sociais brasileiros no Fórum Social Mundial (FSM) de 2001, por exemplo, é expressão da insatisfação que a reorientação do Estado e da economia provocou entre os trabalhadores organizados.

Por fim, o que importa reter até aqui é a perversidade com que os anos 1990 atingiram a classe trabalhadora. Em consonância com a problemática colocada pela presente dissertação, podem-se reiterar três aspectos desta condição.

Primeiro, a adoção de políticas neoliberais redundou numa economia desacelerada com elevado nível de desemprego e rendimentos estagnados. Isso aprofundou as heterogeneidades estruturais da economia e do mercado de trabalho e, por conseqüência, tornou ainda mais precária a reprodução da vida de uma expressiva parcela da população brasileira.

Segundo, este cenário precipitou o envolvimento dos movimentos sociais no enfrentamento da questão social, mediante iniciativas próprias e/ou políticas públicas. De fato, isso permitiu o aumento da participação popular na resolução de questões que lhe afetavam no aparelho do Estado. Mas de outro lado, favoreceu a re-filantropização da questão social e, portanto, o não-direito.

Terceiro, no bojo deste enfrentamento, os movimentos sociais engajaram-se em iniciativas de produção mercantil, as quais permitiram que muitos trabalhadores garantissem sua reprodução mediante iniciativas consideradas socialmente emancipatórias. Mas este engajamento não se opôs à realização de políticas públicas de auto-ocupação destituída de direitos. Nesse sentido, num momento de ofensiva do capital ao trabalho, tal confluência de ações fez com que os movimentos sociais contribuíssem com a legitimação da renovação conservadora de uma política social historicamente marcada pelo seu papel ativo na reprodução das desigualdades.

Foi neste quadro contraditório que as iniciativas de Economia Solidária se disseminaram por todo o país e ganharam densidade suficiente para organizarem-se sob a

forma de um fórum nacional. Na seção a seguir, serão apresentadas aquelas consideradas como mais relevantes na forja do campo, conforme a literatura consultada.

1.2 As origens da Economia Solidária no Brasil.

Conforme a literatura, as iniciativas pioneiras e fundamentais na construção da Economia Solidária no Brasil são as seguintes:

- as experiências de economia popular e informal dos centros urbanos. Nesse campo, destacam-se os pioneiros Projetos Alternativos Comunitários (PACs), de iniciativa da Cáritas/Igreja Católica, realizados a partir de meados dos anos 1980 em diversos estados do país; e o apoio que lhes tem sido prestado por universidades e ONGs, na forma de incubação e/ou assessoria.
- As experiências associativas do campo, quais incluem as lutas pela viabilização da agricultura familiar, as lutas pela reforma agrária e, mais recentemente, pela produção agroecológica. Entre os mobilizadores das ações mais citados encontram-se a Cáritas e o MST.
- A recuperação de fábricas, que ganhou evidência em meados dos anos 1990, com a abertura comercial da economia brasileira. Os articuladores mais mencionados para a viabilidade destas são: a CUT e a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).
- As políticas públicas de combate ao desemprego e à pobreza promovidas por gestões populares em diversos municípios e estados, a partir dos anos 1990, principalmente vinculadas ao PT.
- Ao efeito demonstrativo das experiências mais exitosas (Singer, 2002a; Icaza, 2004; Lechat, op.cit.; Cruz, op. cit.; Nunes, D., 2009).

Na seqüência, elas serão abordadas de forma mais detalhada, de modo a formar um panorama de origem da Economia Solidária no país.

1.2.1 Os PACs da Cáritas.

Fundada em 1956, a Cáritas Brasileira é um organismo sócio-pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e filiado à Cáritas Internacional. Segundo Bertucci e Silva, desde a sua fundação ela tem apoiado ações de caráter associativo e cooperativo de grupos comunitários, articuladas ou não a ações emergenciais. Seu engajamento na perspectiva da Economia Solidária associa-se à realização dos PACs a partir dos anos 1980.

> Os PACs têm sua história ligada à busca de *alternativas de sobrevivência* a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva da organização de grupos que, solidariamente perseguem sua autonomia e dignidade e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo[...]
> No Nordeste, os PACs surgem como alternativas diante da problemática vivenciada pela maioria da população rural, ocasionada pelos efeitos da grande seca que assolara a região no início dos anos 80. Nesse período ficou constatado, mais uma vez, que as políticas governamentais voltadas para os problemas da seca reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes. Como resultado do 1° Seminário "*O homem e a seca no Nordeste*", realizado em 1981 os PACs foram criados para valorizar e apoiar as iniciativas comunitárias de combate à seca, como uma alternativa concreta de sobrevivência, tendo em vista a situação de extrema pobreza das comunidades rurais. O apoio aos PACs colocava-se como uma opção e expressão do compromisso da Igreja Católica com o povo e como uma possibilidade real de que as pessoas do meio rural, organizadas e assessoradas, pudessem dispor de uma saída frente à condição de miséria (Bertucci, A., Silva, op. cit., p. 13-4, grifo dos autores).

Conforme os autores, apesar da sua "intenção organizativa e libertadora", "havia [nos PACs] um viés assistencial no sentido de atender a necessidades básicas de sobrevivência de pessoas marginalizadas dos sistemas convencionais e do mercado capitalista", de modo que, no princípio, os recursos destinados aos projetos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, exigindo-se apenas o atendimento de critérios organizativos. Nesse sentido, as iniciativas expandiram-se no campo e nas periferias urbanas com apoio de ONGs e da cooperação internacional[18] e de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

[18] Entende-se por cooperação internacional, em geral, o conjunto das organizações de origem eclesial e as ONGs dos países desenvolvidos que apóiam ONGs e movimentos populares dos países subdesenvolvidos.

Não demoraria muito tempo, conquanto, para que a intervenção da Igreja se orientasse para "ensinar a pescar". Nos anos 1990, a Cáritas consolidou um modelo mais gerencial de acompanhamento dos projetos produtivos, sem descartar o discurso combativo dos movimentos sociais. De um lado, implantou o planejamento organizacional e econômico; a assessoria, a avaliação e a troca de experiências entre as iniciativas; e a partilha solidária de recursos entre os grupos apoiados para garantir a sustentação de apoio a novos projetos. De outro, promoveu a associação das iniciativas às problemáticas de geração de emprego e renda e redução do êxodo rural; de redução de desigualdades sociais de diversas ordens; e de acesso às políticas públicas. Adicionalmente, promoveu o desenvolvimento do associativismo, da solidariedade e da organização comunitária (ibidem: 16-20).

Como principal condicionante desta modificação, aponta-se a reorientação das estratégias de financiamento da cooperação internacional. A redução de recursos coletados nos países europeus por aquelas organizações (por causa da crise econômica dos anos 1990 ou pelo aumento da concorrência por recursos entre as ONGs e entidades de ação internacional – como "Médicos sem fronteiras" e "Greenpeace"), impôs às ONGs dos países subdesenvolvidos a "eficácia das ações e dos impactos para a população pobre" como requisito essencial para a habilitação ao apoio. Disso decorreu um aumento relativo de recursos para os pequenos projetos produtivos e ao micro-crédito, modalidades de intervenção que embora tenham sido em alguma medida criticadas pela Cáritas, foram incorporadas ao seu modo de ação[19] (ibidem: 20-31).

Conforme Bertucci e Silva, entre 1995 e 2000 a Cáritas apoiou 1267 projetos em todos os estados do Nordeste, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul, envolvendo cerca de 57.000 pessoas e pouco mais de R$ 7 milhões em investimentos. Entre quatro tipos básicos de PACs – projetos produtivos, de infra-estrutura comunitária, formativos e sócio-comunitários –, os primeiros foram os mais apoiados (somando aproximadamente

[19] Essa saída "eficiente e eficaz" de combate à pobreza ocasionada pela escassez de financiamento dos seus projetos não é necessariamente adversa à agenda liberal para a política social dos anos 1990. Similarmente, essa é quase sempre justificada pela crise fiscal do Estado iniciada nas décadas anteriores. Cf. World Development Report: Porverty. Washington: Oxford University Press, 1990.

75% do total). As principais atividades econômicas apoiadas foram artesanato, agricultura, pecuária e serviços.

Adicionalmente, os autores mostram que a maioria dos PACs até então apoiados possuía notórias dificuldades de produção e comercialização, o que se refletia em melhorias apenas marginais na renda de seus participantes. De outro lado, apontam que houve amadurecimento sócio-político, organizativo e cultural das pessoas e comunidades envolvidas. Esses avanços foram considerados pela Cáritas como reação emancipatória à crise do mundo do trabalho e, a partir de meados dos anos 1990, associados à idéia e a um movimento mais geral de uma "Economia Popular Solidária". Ele estaria "abrindo possibilidades de expansão de um mercado não-capitalista, fundado na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores, orientando-se por valores como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia" (Cáritas Brasileira, 2000 apud Bertucci, A., Silva, op. cit., p. 70). Após o amadurecimento dessas idéias, a Cáritas consolidou a "Economia Popular Solidária" como linha do seu plano estratégico (Bertucci, A., Silva, op. cit., p. 91).

1.2.2 Experiências autogestionárias de produção: fábricas recuperadas e organizações produtivas do MST.

Na literatura em Economia Solidária, as fábricas recuperadas e as organizações do MST costumam ser identificadas como experiências pujantes de autogestão no Brasil. A despeito das diferenças organizativas e tecnológicas no interior desses grupos e entre eles mesmos, terminou-se por agrupá-los em uma mesma seção. A similitude revela-se, enfim, com o questionamento ao final da exposição.

Conforme Singer, a origem da Economia Solidária segundo a recuperação de empresas (após falência ou crise) remete à crise de 1981-83. Nesse período, formaram-se as cooperativas que assumiram a fábrica de fogões Wallig, em Porto Alegre-RS; a Cooperminas, que explora uma mina de carvão em Criciúma-SC; e as cooperativas que assumiram as fábricas da antiga Tecelagem Parahyba, em Recife-PE e São José dos

Campos-SP. O marco decisivo, no entanto, foi a crise da Makerly – fábrica de sapatos de Franca-SP, iniciada em 1991. Por sugestão do Sindicato dos Sapateiros, então assessorado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), os trabalhadores da fábrica se propuseram a adquirir o maquinário da empresa por US$ 600 mil (seiscentos mil dólares). "Após 91 dias de pressão e negociações", os trabalhadores conseguiram empréstimo no Banespa, então banco de propriedade do estado de São Paulo, em troca de 49% das ações. Embora considerada exitosa, a Makerly encerrou suas atividades em 1995, quando o Banespa suspendeu sua linha de crédito após intervenção do governo federal.

> A experiência da Makerly foi a base que permitiu desenvolver uma metodologia de transferência de empresas capitalistas a seus empregados. "Gente de todo país, sindicalistas, políticos, trabalhadores, imprensa, todos iam até Franca para conhecer a experiência que eles denominaram "fábrica do trabalhador" (ANTEAG, 2000: 56). Outras empresas, em geral grandes e antigas, entraram em crise e acabaram se tornando autogestionárias: Cobertores Parahyba, Facit, Hidrophoenix, etc. Em 1994, foi realizado em São Paulo o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, de que participaram representantes de seis empresas. Neste encontro decidiu-se criar a ANTEAG[...]. A ANTEAG surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias(Singer, 2002b, p. 88-9).

Segundo Lechat, a ANTEAG passou a se reconhecer como pertencente ao campo da Economia Solidária a partir de 1998, quando a expressão apareceu pela primeira vez em seus escritos, introduzida por Paul Singer (Lechat, op. cit., p. 29).

Estudos para o conhecimento da realidade das empresas que lhe são associadas têm sido feitos desde meados daquela década. Grosso modo, eles revelam que partindo da crise ou falência e do desenvolvimento tecnológico defasado, os trabalhadores dessas fábricas, a um só tempo, tentam: se unir para produzir e angariar apoios; reorganizar o processo produtivo e a gestão numa perspectiva democrática; e enfrentar o mercado em posição que é, em princípio, desvantajosa (Vieitez, Dal Ri, 2001; Tauile, Rodrigues, 2005).

Outro conjunto significativo de iniciativas autogestionárias que originaram a Economia Solidária são as cooperativas do MST. Em 1986, no Iº Encontro Nacional de Assentados, começaram as discussões sobre a sua organização econômica. Apesar da

resistência inicial, provocada pelo histórico de exploração das grandes cooperativas agroindustriais, a discussão evoluiu em favor do cooperativismo. Entre 1985 e 1988 multiplicaram-se as associações nos assentamentos, principalmente estimulados por empresas de assistência técnica e extensão rural (as EMATER); e foi organizado o "Manual de Cooperação Agrícola". Em 1989, houve uma tentativa de organização da produção nos assentamentos segundo a experiência das Ligas Camponesas[20]; e também foram criadas as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) – iniciativas em que a terra e o trabalho são plenamente socializados – no Rio Grande do Sul. Finalmente, entre 1991 e 1992 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados. Ele é formado, em cada assentamento, por cooperativas agropecuárias, cooperativas de comercialização regionais, grupos coletivos e associações; em nível estadual, pelas cooperativas centrais de reforma agrária; e em nível nacional, pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Limitada (CONCRAB). Ainda constam desse Sistema as cooperativas de crédito também vinculadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Singer, 2002b, p. 103-4; Ferreira, 2000).

Entre os resultados positivos dessa organização, Ferreira enumera: o acesso ao capital, ao conhecimento e a qualificação do processo agroindustrial, mediante integração de algumas cooperativas com a agroindústria; o aumento dos postos de trabalho e da renda; a democracia nos processos de trabalho; a autonomia econômica dos assentamentos em relação ao governo e às grandes cooperativas agroindustriais (Ferreira, op. cit., p. 86-90).

Não obstante a avaliação positiva atribuída às experiências autogestionárias do MST, a relação entre ele e as idéias e o movimento de Economia Solidária não ocorre sem tensões. Muito embora seus grupos coletivos de produção sejam citados como partícipes do campo, seja um movimento social reconhecido como propulsor de sua emergência, e que integre diversas atividades a ela relacionadas, inclusive do ponto de vista político, ele não a assumiu como bandeira (Lechat, op. cit.).

É possível, enfim, fazer uma pergunta fundamental sobre essas experiências. Com recursos organizativos mais sofisticados que os PACs, mas ainda abaixo do nível

[20] Organização de camponeses na luta pela reforma agrária iniciada por volta de 1930 no sertão pernambucano. Espalhou-se pelo país até 1964, quando foi duramente reprimida pela ditadura militar.

tecnológico médio das empresas capitalistas, elas ultrapassam a condição de subsistência; atingem frações do mercado que possibilitam certa aferição de rendimentos, mediante relações de subcontratação ou disputam, pura e simples, com outras empresas. Seriam, ainda assim, experiências econômicas e políticas anticapitalistas e/ou socialistas?

1.2.3 Incubadoras universitárias.

A participação das universidades na emergência da Economia Solidária está estreitamente vinculada ao processo de incubação de iniciativas, feita principalmente pela Rede Unitrabalho e pelas ITCPs.

A Rede Unitrabalho foi criada em 1996. Constitui-se numa rede de 92 instituições de ensino superior que busca "contribuir para o resgate da dívida social que têm com os trabalhadores". A Unitrabalho atua através de projetos de estudos, pesquisas, extensão universitária e capacitação ligados ao mundo do trabalho, inclusive a Economia Solidária. Sobre esse tema, partiu da Unitrabalho o primeiro esforço de pesquisa nacional qualitativa sobre o campo que se tem notícia, que resultou no livro "Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil", publicado em 2004 com organização de Luiz Inácio Gaiger (Rede Unitrabalho, 2009).

Como visto antes, o surgimento da primeira ITCP vincula-se ao desejo de replicação dos resultados considerados bem-sucedidos da Cooperativa de Manguinhos. Sua constituição foi apoiada pelas organizações vinculadas à "Ação": Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP).

> A idéia inicial era a construção de um centro de tecnologia, no qual a universidade pública tornaria disponíveis seu Know-how e seus recursos acumulados de modo a promover a (re) inserção de populações historicamente excluídas, tanto do ponto de vista econômico quanto no que diz respeito aos direitos elementares de cidadania. A opção pelo cooperativismo, como alternativa viável para atingir tais objetivos, se deu pelas suas próprias características: organização social e empreendimento econômico, ou seja, a cooperativa ao mesmo tempo é uma empresa e uma associação de trabalhadores, podendo, deste modo, contribuir nos aspectos econômicos do empreendimento, porém

> privilegiando as oportunidades da inserção cidadã, contrariando a lógica histórica da competitividade do capitalismo.
> Além da colocação no mercado, o que a ITCP se propunha era promover a organização popular, criando uma rede solidária que representasse uma resposta ao modelo excludente de economia e que gerasse alternativas de trabalho, renda e cidadania (Portal do Cooperativismo Popular, 2009).

Ainda durante o período de estruturação da ITCP COOPE/UFRJ, universidades e governos buscaram-na para montarem projetos similares. Daí foram fundadas ITCPs na Universidade Federal do Ceará (UFCE), em 1997 e na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1998. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), possibilitando o surgimento de outras quatro ITCPs nas seguintes universidades: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Em 1999, essas incubadoras criaram a Rede Universitária de ITCPs.

Apesar das universidades julgarem seus resultados como positivos, uma nova chamada do PRONINC só foi realizada em 2003, quando passou a ser coordenado pela SENAES. Pelo seu impulso recente dele, hoje 44 instituições de ensino superior de todo o país formam a Rede de ITCPs. A cessão de recursos, diga-se, também contemplou os núcleos da Unitrabalho (Guimarães, 2000; Singer, 2000; Projeto de Acompanhamento do Proninc, 2009).

Quanto aos impactos dos processos de incubação, as incubadoras vinculadas ao PRONINC os identificam em dois níveis:

> **Impactos em relação aos indivíduos**, envolvendo: elevação da a auto-estima; aumento da escolaridade e da consciência político-social; incremento da renda(ainda que muitas vezes em escala reduzida) e maior acesso a serviços e políticas públicas(em áreas como documentação, saúde, educação, habitação etc.).
> **Impactos em relação aos grupos**, incluindo, entre outros itens: agregação de novas tecnologias ao processo produtivo; elevação da capacidade gerencial e qualificação profissional; aumento das iniciativas para captação de apoios e recursos; e maior vinculação com as comunidades e movimentos sociais (Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, 2007, p. 76, grifos do original).

Ademais, apontam que seu surgimento permitiu revitalizar e consolidar a extensão universitária em diversas universidades do país; elevar o número de trabalhos científicos sobre as atividades econômicas e formas organizativas da Economia Solidária; e formar profissionais orientados para a incubação e/ou assessoria e para as políticas públicas (ibidem). A presença de outros elementos no funcionamento dessas experiências, no entanto, sugere que elas estão sujeitas a uma forte instabilidade institucional.

A maioria das incubadoras e núcleos não dispõe de rubrica própria nos orçamentos das universidades. Disso deriva que seus custos de manutenção dependem de recursos externos. Esses são principalmente obtidos através do PRONINC e de parcerias com instituições públicas e/ou agências de cooperação, quase sempre após a passagem por processos seletivos em que concorrem com um sem número de iniciativas com propósitos semelhantes. O próprio PRONINC, aliás, só se tornou um programa permanente do Governo Federal em fins de 2010.

> Esta situação gera um quadro de permanente instabilidade financeira e operacional, acarretando, entre outras conseqüências negativas, as dificuldades de execução de um planejamento de médio e longo e longo prazo, a alocação de uma parcela considerável do tempo de trabalho das equipes técnicas em ações de captação de recursos e a conseqüente redução do tempo disponível para as atividades-fim das incubadoras. E, ainda, o risco de descontinuidade ou suspensão temporária de ações de pesquisa e intervenção junto à população atendida, a alta rotatividade da equipe e a correspondente perda de investimentos em capacitação. E por último, a incapacidade de fazer face às demandas do público-alvo dada a limitação dos recursos financeiros e materiais (ibidem, p. 85).

Enfim, o que se vê é que, a despeito da avaliação positiva dos resultados, o apoio da universidade às iniciativas solidárias tem tido uma boa dose de precariedade. Ainda que a estabilidade financeira e organizativa das suas incubadoras possa se estabelecer num futuro próximo, uma questão permanece. As incubadoras orientam-se para potencializar o desempenho mercantil de unidades de baixa densidade tecnológica, quase sempre descritos como frágeis do ponto de vista econômico e organizativo. A não ser que conectados a cadeias de produção e consumo bem consolidadas, ou a garantias de compras pelo Estado, que possibilidade tem as iniciativas apoiadas pelas incubadoras de não serem tragadas pela concorrência?

1.2.4 Sindicalismo "solidário": a experiência da CUT.

No mundo sindical, as origens do engajamento na Economia Solidária vinculam-se ao Projeto Integrar, iniciado em 1996 pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM)/CUT no estado de São Paulo.

O propósito do Integrar foi de requalificar trabalhadores empregados em vias de perder o emprego e desempregados. A discussão sobre cooperativismo e autogestão, e mais tarde, a elaboração de projetos de cooperativas no interior de suas atividades terminaram por aproximá-lo da Economia Solidária e, então, de Paul Singer. Convidado a analisar aqueles projetos, Singer chegou à conclusão "que era necessário dar aos grupos preparação específica e apoio permanente e que a CUT deveria formar com urgência uma incubadora para viabilizar os projetos em questão". Em 1999, após debate sobre o assunto, foi constituída a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), com apoio do Grupo de Trabalho em Economia Solidária da Rede Unitrabalho, do DIEESE, da ANTEAG, do próprio Paul Singer e da Organização Intereclesiástica de Cooperação e Desenvolvimento (ICCO), ONG holandesa que forneceu financiamento para o início das atividades (Singer, 2000, p. 126, 131).

Como objetivo geral, a ADS ocupa-se em "gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento solidário". No ano 2000, a agência se preparava para realizar um plano composto pelos seguintes programas:

- Programa Nacional de Crédito Solidário – Entre os objetivos presentes constavam a integração das instituições de crédito solidário então existentes e ampliação do número de instituições via incubação.
- Programa de Educação – À época, planejava-se implantar cursos de pós-graduação em Economia Solidária e uma política de intercâmbio com universidades holandesas; e programas de formação estavam sendo articulados aos já realizados com recursos do FAT nas regiões Sul, Nordeste e Norte.
- Programa de Pesquisa – Realização de um estudo nacional sobre a Economia Solidária, em parceria com a Unitrabalho.

- Programa de Incubação e Formação de Redes de Economia Solidária.
- Acompanhamento, análise e formulação de propostas de políticas públicas para a Economia Solidária (Magalhães, Todeschini, 2003, p. 154-8).

Desse plano de ação, resultaram o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL), fundado em 2004; a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL BRASIL), também fundada no mesmo ano; a realização de diversos cursos, oficinas, encontros e seminários para a capacitação de trabalhadores; e o apoio à publicação do livro "Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil".

A aproximação da CUT à temática da Economia Solidária expressa sua preocupação de garantir renda para desempregados e informais e de avolumar as lutas no mundo do trabalho, sem restringi-las aos sindicatos. Questionamentos, no entanto, podem ser feitos a essa posição.

Não seria um paradoxo estimular exatamente estes trabalhadores já desfavorecidos, num contexto de ofensivas neoliberais, a se defrontarem no mercado com empresas capitalistas? Essa postura não seria um reforço das heterogeneidades do mercado de trabalho e/ou um espelho da renovação conservadora recente da política social? Se admitida resposta positiva a ambas as perguntas, o engajamento da CUT na Economia Solidária apresenta-se como reflexo do "melhorismo", tal como explorado na seção anterior. Com o advento do neoliberalismo, os movimentos sociais tentaram assegurar o máximo que lhes foi possível dentro da condição de rebaixamento do trabalho e da política social.

1.2.5 Políticas públicas nas subunidades da Federação.

É possível identificar três gerações de políticas públicas que contribuíram para o surgimento e a consolidação da Economia Solidária. As políticas de primeira geração não necessariamente identificavam-se com seu imaginário. Foram criadas para conter, no espaço local urbano, o aumento do desemprego e da pobreza nos anos 1990. A segunda

geração teve início por volta dos anos 2000. Já acompanhada do vocábulo Economia Solidária, promoveu a replicação de experiências governamentais e/ou civis exitosas, apoiadas ou inspiradas pelo arcabouço federal de políticas de trabalho e renda e/ou assistência social instituído ainda na década anterior. A terceira começou em 2003, com a instituição da política federal de Economia Solidária propriamente dita, a qual tem contribuído para consolidar e criar políticas subnacionais dedicadas ao campo. Embora se reconheça sua importância, ponderou-se que ela foge ao escopo deste trabalho.

Às políticas públicas de Economia Solidária de primeira geração pode-se relacionar, por exemplo, as iniciativas tomadas pelas prefeituras municipais da Grande São Paulo e da Grande Porto Alegre. Às políticas de segunda geração, por sua vez, pode-se relacionar o Programa de Economia Popular Solidária do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2002) e o Programa Oportunidade Solidária da Prefeitura de São Paulo (2001-2004). Na exposição que se segue, serão percorridos os principais aspectos dessas políticas.

Como visto, as ações do governo federal de combate ao desemprego ganharam maior densidade após a ascensão de FHC ao poder. No entanto, aquelas privilegiadas – qualificação profissional e concessão de créditos – mostraram-se pouco capazes de minorar o crescente problema. Coube aos governos locais então, desde o princípio da década, a construção de alternativas mais imediatas de ocupação. As primeiras intervenções nesse sentido parecem ter tomado duas direções: aquelas mais genéricas e emergenciais; e a articulação governamental com organizações populares visando seu fortalecimento econômico e político. Essas condições podem ser observadas em Mauá-SP e Porto Alegre-RS, respectivamente.

Em 1992, Mauá adotou uma política de frentes de trabalho e de intervenção urbana. Nas frentes de trabalho, desempregados foram alocados em atividades antes terceirizadas pela administração, como limpeza urbana e hospitalar, merenda escolar e obras civis urbanas. Eles também receberam cursos de capacitação genérica (ética e cidadania) e específica (artesanato, comércio e vendas). Quanto à intervenção urbana, a prefeitura criou um shopping popular no centro da cidade. Ao reunir ambulantes em um espaço adaptado às suas necessidades e próximo dos antigos pontos de venda, garantiu a manutenção de suas rendas e descongestionou o centro da cidade (Alves, Costa, 2005).

Em Porto Alegre, na gestão 1993-1996, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC) passou a destinar quadros para o acompanhamento e articulação com entidades e grupos comunitários dedicados a experiências de geração de trabalho e renda. Daí, apoiou e participou do Iº Encontrão de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda, realizado em agosto de 1996[21]; criou a Supervisão de Economia Solidária no interior da SMIC; e o primeiro banco de crédito popular do Brasil, a Instituição Comunitária de Crédito Portosol (Icaza, 2006).

O insucesso do primeiro tipo de intervenção, os avanços do segundo, ou simplesmente o aumento do desemprego e da pobreza podem ter contribuído para a emergência de um tipo de ação típico a qualquer política pública de Economia Solidária: o apoio à constituição de grupos produtivos. As atividades econômicas que têm sido mais apoiadas são: costura, coleta seletiva e reciclagem, alimentação, artesanato e agricultura urbana. Dependendo dos esforços governamentais e/ou dos movimentos populares e ONGs em questão, o apoio pode evoluir para a criação de estruturas voltadas à incubação de empreendimentos; a criação de espaços públicos de qualificação profissional e comercialização de produtos; e o incentivo à auto-organização política desses grupos, isto é, apoios para a consolidação de fóruns de discussão e deliberação. Também é possível encontrar esforços de articulação com políticas de assistência social, como no caso de São Bernardo do Campo-SP.

Em 1998, a prefeitura de São Bernardo passou a orientar suas ações de geração de trabalho e renda para os "Grupos Produtivos", formados a partir de capacitações para o empreendedorismo. Seus participantes englobavam grupos de pessoas ainda não "conscientes" ou "preparadas" para empreender; grupos que ainda não possuíam número suficiente de pessoas para criar uma cooperativa; e pessoas que necessitavam de bolsas assistenciais, pois sua cessão era a ela vinculada. Quanto ao conteúdo, a capacitação era provida de acordo com as demandas locais ou à experiência dos partícipes, como o exercício anterior de atividades na forma do trabalho autônomo.

[21] Esse encontro é considerado o "embrião" da organização da Economia Solidária no Rio Grande do Sul: lá se discutiu a conjuntura econômica do país, o significado das experiências em curso e foram formuladas propostas para organismos públicos e futuras administrações municipais (Lechat, op. cit.).

Entre as capacitações realizadas figuram (i) "mulheres para a padaria" – produção de pães, bolachas, salgados, bolos, tortas, etc; (ii) hortas comunitárias e produção de produtos naturais – hortigranjeiros sem agrotóxicos; e (iii) artesanato. Da primeira e segunda capacitação foram criados, respectivamente, duas associações e dois grupos informais de produção. A viabilidade econômica era assegurada pela venda dos seus produtos em espaços cedidos pela prefeitura.

Finalmente, o incentivo à participação dos grupos produtivos em encontros e fóruns de permitiam a troca de experiências e "um ânimo revigorado para apostar na Economia Solidária".

Em casos mais rarefeitos, a política pública de Economia Solidária pode apresentar-se vinculada a processos mais amplos de intervenção no espaço urbano. Um exemplo dessa forma de ação foi realizado em Santo André-SP.

O programa "Santo André mais igual" (gestão 1997-2000) buscou ao mesmo tempo urbanizar favelas e incorporar sua população em programas de geração de trabalho e renda. A população do lugar em que foi realizada a experiência piloto, Sacadura, reivindicou que as atividades econômicas já realizadas pelos seus moradores fossem estimuladas, sob pena deles serem expulsos após a intervenção. Isso posto, a reorganização do novo bairro incorporou a atividade de sustento da família ao desenho das moradias, os cursos de capacitação para o empreendedorismo de atividades populares e a construção de um "Centro de Negócios": uma área com um conjunto de lojas para abrigar vários negócios da população local e outros estabelecimentos para o atendimento de suas demandas. A despeito dos esforços, a valorização da área precipitou que uma parte dos potenciais beneficiários vendesse seus lotes e casas (Alves, Costa, op. cit., p. 23-5).

Como se pretendeu explicitar nesses exemplos, a primeira geração de políticas públicas de Economia Solidária aproximou-se muito mais de um conjunto restrito e pouco articulado de ações de combate ao desemprego e à pobreza urbana, do que de um programa de geração de postos de trabalho de qualidade de longo prazo. Suas características parecem ser a focalização, pois se construiu destinada aos excluídos do mercado estruturado de trabalho; a preconização por atividades econômicas de baixíssima densidade tecnológica, em razão da sua capacidade de absorção de mão-de-obra; a baixa representatividade

orçamentária, a julgar pela não-menção a investimentos relevantes em tecnologias organizacionais e capital fixo dos grupos apoiados; a ausência de horizonte de acesso à seguridade social pública; e o baixo impacto distributivo, em ocasião dos aspectos anteriores.

Por outro lado, características como a realização de cursos profissionalizantes e cursos "de cidadania", muitas vezes promovidos por ONGs; o convite à participação e o incentivo à auto-organização popular, entre outras questões, permitiram à primeira geração de políticas de Economia Solidária disseminar no seu público-alvo um conhecimento razoável sobre as lutas sociais, as políticas públicas e seus mecanismos de participação. Não seriam avanços notórios para o amadurecimento sócio-político da população? Essas políticas não poderiam propiciar tensões entre o próprio Estado que a incentiva e os trabalhadores a que se destina? Enfim, onde começa e termina o conservadorismo dessas políticas ou sua a inovação?

O caráter mais complexo das intervenções da segunda geração de políticas públicas de Economia Solidária pode lançar luz aos questionamentos. Como anunciado, iniciaram por volta do ano 2000 e seus grandes exemplos são o caso do governo do estado do Rio Grande do Sul (gestão 1999-2002) e o caso da cidade de São Paulo (gestão 2001-2004). Os relatos sugerem que o primeiro caso possuía uma abordagem econômica mais forte, enquanto segundo propôs-se a buscar um equilíbrio entre a necessidade geração de renda e as políticas de assistência social.

A política gaúcha de Economia Solidária afirmava conectar-se a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico. Grosso modo, além de impulsioná-la, o estado buscava modernizar a gestão e a produção de empresas; gerar empregos e prover qualificação profissional; e atrair e estimular investimentos em áreas diversas. No âmbito específico da Economia Solidária, eram seis os eixos de atuação:

- Formação e educação em autogestão – disseminação da autogestão e do Programa; conhecimento das necessidades e potencialidades dos empreendimentos.

- Capacitação do processo produtivo – assessoria técnica para acesso à tecnologia de produção e elaboração de projetos (viabilidade econômica, financiamento).
- Apoio à comercialização – apoio à participação em feiras e ações mercantis coletivas.
- Marco legal – formatação legal e jurídica para os empreendimentos.
- Incubação – geração de tecnologias e inovação; qualificação dos produtos.
- Financiamento – busca de linhas de crédito para os empreendimentos (Leboutte, 2003, p. 18-22).

A viabilização desses eixos deu-se através de parcerias com organizações de apoio já reconhecidas nacionalmente (primeiro, a ANTEAG e depois, a ITCP COOPE/UFRJ) e com universidades regionais do interior do estado. Também contou com apoio de sindicatos, igrejas e associações. Além disso, linhas de crédito foram disponibilizadas aos empreendimentos pela Agência de Fomento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

Após amplo reconhecimento no I° FSM em janeiro de 2001, o Programa institucionalizou-se por meio de um decreto executivo no mesmo ano, tornando-se referência para intentos posteriores em todos os níveis da federação. A experiência encerrou-se em 2002 com pelo menos 500 empreendimentos atendidos com cerca de 15 mil associados (ibidem, p. 20-51).

Segundo Ana Maria Icaza (2006), o impacto do Programa pode ser percebido em três aspectos. O primeiro é que a Economia Solidária foi incorporada como política pública no âmbito de um governo estadual pela primeira vez. Isso teria possibilitado experimentações interventivas e disputas pelo orçamento público no interior do governo e na sociedade. O segundo é que a Economia Solidária difundiu-se por várias regiões do estado e setores da sociedade: administrações municipais, instituições de ensino, sindicatos e instituições que se integraram ao campo. Isso se acompanhou de desenvolvimentos metodológicos, como a elaboração de um diagnóstico técnico-produtivo, gerenciamento da autogestão e crédito assistido. Por último, surgiram cooperativas na indústria de transformação, “nas quais se aplicou boa parte dos recursos e dos instrumentos de apoio

agenciados pelo governo". De outro lado, ela lista como insuficiências: resultados "sistematicamente aquém das metas propostas"; falta de investimentos e preparo técnico diante das demandas; descontinuidade das ações; e protagonismo do estado, em detrimento do papel das organizações de Economia Solidária (Icaza, 2006, p. 177-8).

A política de Economia Solidária executada em São Paulo materializou-se a partir de uma ampla estratégia que buscava combinar políticas de assistência social e de geração de trabalho e renda, a "Estratégia Paulistana de Inclusão Social". Disso resultaram programas de prestação de benefícios monetários, qualificação profissional e apoio ao desenvolvimento local operados simultaneamente nos bolsões de pobreza e violência da cidade, sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 1. Estratégia Paulistana de Inclusão Social.

<table>
<tr><td colspan="4">Eixo 1 - Programas redistributivos.</td></tr>
<tr><td>Renda Familiar Mínima</td><td colspan="3">Complementação de renda para famílias pobres com dependentes de 0 a 15 anos. Vinculada à educação, saúde, cultura e à organização social.</td></tr>
<tr><td rowspan="4">Bolsa-Trabalho</td><td rowspan="4">Para jovens desempregados entre 16 e 29 anos.</td><td>Bolsa Renda</td><td>Capacitação para ocupação ou envolvimento com atividades comunitárias</td></tr>
<tr><td>Bolsa Cursinho</td><td>Acesso seletivo a cursos de pré-vestibular gratuitos e disponibilização de bolsas em universidades privadas</td></tr>
<tr><td>Bolsa Estágio</td><td>Oferta de estágios nos setores público e privado para jovens concluintes do ensino médio ou superior.</td></tr>
<tr><td>Bolsa Emprego</td><td>Experiência de formação com contrato formal de trabalho.</td></tr>
<tr><td>Operação Trabalho</td><td colspan="2">Para desempregados de longa duração entre 21 e 39 anos.</td><td>Garantia temporária de renda combinada à educação para o trabalho assalariado, autônomo, criação de empreendimentos populares solidários, atividades comunitárias.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Começar de Novo</td><td rowspan="2">Para desempregados com mais de 40 anos.</td><td>Começar de Novo Renda</td><td rowspan="2">Garantia de formação no local de trabalho para recém-contratados com 40 anos e mais, e com ensino fundamental concluído.</td></tr>
<tr><td>Começar de Novo Emprego</td></tr>
</table>

Quadro 1. Continuação.

Eixo 2 - Programas emancipatórios: operavam de forma simultânea aos programas redistributivos.		
Para os beneficiários do Renda Familiar Mínima	Disseminação de conhecimentos básicos, como alfabetização, economia doméstica e orçamentária, saúde e higiene, etc; e de apoio para organização de empreendimentos populares e solidários que possam gerar ou melhorar a renda da família e reatar laços comunitários.	
Para os demais beneficiários	Módulo Básico: Formação Cidadã	Conhecimentos em ética, cidadania, cultura política e econômica. Duração de 2 meses.
	Módulos Específicos: Programa de Capacitação Ocupacional	Cursos para o mercado de trabalho e para atividades comunitárias. Módulos específicos: aprendizagem e incubação de empreendimentos populares solidários; capacitação para o trabalho assalariado, autônomo e de atividades comunitárias. Duração de 4 a 24 meses.
	Programa Oportunidade Solidária	Fomento à Economia Popular Solidária. Capacitação para a autogestão, cooperativismo, associativismo e empreendedorismo. Assessoria para elaboração de plano de viabilidade e implantação de empreendimentos. Fomento a tecnologias. Acesso a crédito. Apoio à constituição de redes solidárias.
	São Paulo Confia	Banco do povo da cidade de São Paulo. Cessão de microcrédito a taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento de pequenos negócios em início e desenvolvimento.
Eixo 3 - Programas de apoio ao desenvolvimento local: estruturados nos próprios distritos onde se encontravam os beneficiários dos programas redistributivos.		
Desenvolvimento Local	Apoio à reestruturação empresarial, com ênfase desenvolvimento de cadeias produtivas fortemente empregadoras e geradoras de negócios, no intuito de dinamizar os distritos e absorver os beneficiários dos programas sociais.	
São Paulo Inclui	Alocação de trabalho e intermediação de mão de obra e negócios. Tentativa de aproximação entre os locais de moradia e de possível exercício do trabalho.	

Fonte: Elaboração própria a partir de SCHWENGBER, PRAXEDES, PARRA, 2006: 126-9.

Como se vê, para o suporte específico às iniciativas solidárias constava o "Programa Oportunidade Solidária" e o Banco do Povo da Cidade de São Paulo, com a finalidade de prover linhas de crédito adequadas.

Para viabilizar-se, tal como no caso gaúcho, o "Oportunidade" estabeleceu parcerias com ONGs e universidades com experiência na temática, como a ANTEAG, a ITCP USP e a ITCP COOPE/UFRJ. Até o início de 2004, 300 empreendimentos estavam em incubação, dos quais 69% eram coletivos, 27% individuais ou familiares e 4% ainda estavam em fase de definição. Entre os segmentos econômicos, constavam: alimentação (28,4%), comércio (16,72%), artesanato (11,37%), vestuário ou confecção (10,70%),

serviços gerais (8,02%), coleta e reciclagem (7,35%), cultura e lazer (5,01%), informática (4,68%) e construção civil (2,67%). Ademais: a maior parte dos empreendimentos incubados estava articulada em rede; 125 projetos de pesquisa de estudantes universitários articulavam-se ao desenvolvimento de tecnologias sociais para eles; foi desenvolvido um software de intermediação pública de negócios populares; e elaborado um projeto de lei de fomento à Economia Solidária construído com as instituições parceiras (Schwengber, Praxedes, Parra, 2006, p. 144-5).

"O Oportunidade" atendeu 19.209 pessoas. Quanto aos resultados mais gerais da "Estratégia" até setembro de 2004 constam: o atendimento a 492 mil famílias pelo conjunto dos programas; a geração de 1,1 milhão de ocupações pelo "São Paulo Inclui"; o pagamento de R$ 708 milhões em benefícios monetários; e o empréstimo de R$17 milhões em micro-crédito (Pochmann, 2004).

Conforme avaliação de Bitelman (2008), a despeito do seu caráter inovador, o "Oportunidade" apresentou quatro limitações importantes. Em primeiro lugar, ele era demasiado focalizado: o fomento à Economia Solidária restringiu-se apenas aos beneficiários de bolsas assistenciais da "Estratégia", impedindo que outras pessoas e grupos com mais condições e possibilidades de formar organizações solidárias pudessem se beneficiar das suas ações. Em segundo lugar, não foi constituído qualquer arcabouço legal para perenizar o Programa. Em terceiro lugar, sua implementação, baseada na contratação de técnicos em cargos de confiança e em parcerias com organizações da sociedade, sem respectiva contratação de servidores públicos mediante concursos oficiais, impediu que sua "memória" permanecesse no aparelho administrativo do estado após o fim do governo. Finalmente, a infra-estrutura pública mostrou-se insuficiente para prover aprendizado técnico e acesso a tecnologias para os participantes do Programa, no sentido de potencializar a sustentabilidade das iniciativas em incubação (Bitelman, 2008, p. 103-5).

Tal como as políticas de primeira geração, as políticas públicas de Economia Solidária de segunda geração desenvolveram-se num contexto de fortes restrições macroeconômicas. No caso gaúcho, o desenvolvimento da política atravessou todo o FHC II (1999-2002); e no caso paulistano, a política atravessou a segunda metade deste governo mais a primeira metade do governo Lula I (2003-2007). Não é demasiado lembrar que, após

a crise cambial ocorrida no processo eleitoral de 2002, assim que ascendeu, o governo Lula sinalizou para os mercados que manteria a política macroeconômica do governo anterior. Por isso, a taxa básica de juros foi imediatamente elevada de para 25,5% ao ano em janeiro de 2003; e o superávit primário, elevado de 3,75 para 4,25% do PIB. Conforme Marques e Mendes (2009), para a efetivação dessa meta, o Executivo promoveu cortes no orçamento da União de R$ 14,1 bilhões, o que reduziu a disponibilidade dos ministérios da área social em 12,44% (Marques, Mendes, 2009, p. 569).

Essa "inalteração" parece ter colocado à política de Economia Solidária de segunda geração tanto elementos e repercussões de uma política social liberalizante, como bandeiras caras ao processo de redemocratização do país. Essa contradição que se quer expressar pode ser compreendida a partir dos aspectos abaixo relacionados.

Em primeiro lugar, estas experiências só foram possíveis porque a CF 88 toma a descentralização como um dos seus princípios, garantindo aos entes federados autonomia no exercício das suas prerrogativas. Isso posto, diante da gravidade da questão social, estados e prefeituras criaram suas próprias políticas de combate ao desemprego e à pobreza. De um ponto de vista mais imediato, as restrições macroeconômicas fizeram com que elas não dispusessem de investimentos relevantes da União; e que fossem bastante pressionadas a dar respostas rápidas à população. Aí, portanto, mesclam-se intentos de inovação na intervenção pública subnacional; com o enquadramento destas iniciativas ao modelo de Estado e de economia neoliberal.

Em segundo lugar, a focalização também foi elemento constante das políticas de Economia Solidária de segunda geração. No caso paulistano ela é imediatamente percebida na cessão de bolsas a desempregados e famílias em situação de vulnerabilidade social. Já no caso gaúcho ela surge de forma difusa, como política de apoio a iniciativas formadas por desempregados e potenciais desempregados, e a empreendimentos rurais e urbanos já estabelecidos, mas com baixos índices de produtividade. Entre os argumentos por trás dessas escolhas é possível listar a gravidade da "questão social", a necessária priorização de públicos historicamente negligenciados pelo Estado, a possibilidade de edificar um desenvolvimento econômico de caráter democrático e popular, entre outros

(Schwengber, Praxedes, Parra, op. cit., p. 125-6; Dutra, 2003, p. 11-2; Guimarães, 2003, p. 13-6).

Em terceiro lugar, a qualificação e o acesso ao crédito também foram apresentados, nestas políticas, como rota de saída da precariedade, à semelhança do que o governo federal priorizou nos anos FHC. A diferença residiu, no entanto, na ênfase para a sua realização de modo coletivo, visando resultados igualmente coletivos; e no discurso de que estes instrumentos poderiam servir a um horizonte social mais justo. De fato, essa orientação pode ter favorecido a gestão participativa nas organizações apoiadas, estimulado o "trabalhador coletivo", potencializado o intercâmbio entre iniciativas semelhantes, etc. Todavia, esse estímulo à coletividade remete à certa idéia de sociedade autônoma, "por si mesma", num momento histórico deveras perigoso. Como antes sugerido, sem atuação decisiva do Estado como empresário, como indutor do emprego e no campo da política social; e na ausência de reformas estruturais capazes de forjar uma estrutura social menos heterogênea, estabeleceu-se uma visão pública que credita a cessão de instrumentos mercantis aos mais pobres a possibilidade de minoração do desemprego e da pobreza. De forma bastante sintética, parece um individualismo transmutado em "nós podemos sem os outros", e que pouco diverge de formulações liberalizantes como o DLIS, visto anteriormente.

Em quarto e último lugar, as políticas de Economia Solidária de segunda geração estabeleceram mecanismos de participação da sociedade em sua elaboração e execução. Isso se colocou, sobretudo, nos processos de incubação; e na tentativa de estimular ou estabelecer fóruns de discussão e deliberação. Tal orientação tem sido incorporada como condição para a implementação de políticas públicas do campo, inclusive na esfera federal de governo.

Vê-se enfim, que ao mesmo tempo em que ensejou a constituição de um campo de intervenção estatal com forte apelo democrático e popular, a segunda geração de políticas públicas de Economia Solidária consolidou um conjunto de intervenções não necessariamente divergente da reorientação neoliberal da economia e do Estado.

***

Viu-se aqui um panorama de iniciativas de produção mercantil com raiz no combate ao desemprego e à pobreza criadas no decurso dos anos 1980 e 1990 que nasceram, passaram a se reconhecer ou foram reconhecidas como partícipes da Economia Solidária, bem como as políticas públicas criadas a partir dos anos 1990 para assessorá-las ou fomentá-las.

Quanto às primeiras, o percurso feito até aqui permite afirmar que apresentam elementos distintos de uma empresa típica: emergem de movimentos sociais, ONGs e universidades; são coletivas; e orientam-se para o combate de problemas sociais. À primeira vista, seus recursos econômicos e organizativos lhes colocam em uma posição economicamente subordinada, de forma que o atendimento dos seus propósitos parece um caminho difícil.

As políticas públicas de Economia Solidária tentaram incorporar os valores anunciados por estas iniciativas, contemplando a participação social especialmente na sua execução. Mas construídas em um momento histórico que aprisionou iniciativas destoantes da reorientação liberal da economia e do Estado, e da política social, em particular, pouco puderam fazer quanto à geração de postos de trabalho de qualidade. Aliás, portando elementos como a focalização, a descentralização e a privatização; sem apontar para qualquer horizonte factível de incorporação dos trabalhadores "solidários" à seguridade social pública; e sem construir mecanismos que pudessem favorecer alguma absorção relevante do orçamento público pela Economia Solidária, estas políticas introduziram os trabalhadores do campo no jogo político, mas pela via do não-direito. Nesse sentido, não desacordaram, em absoluto, com os propósitos e repercussões da renovação conservadora recente da política social.

A realidade sugere que diversos destes elementos não passaram desapercebidos pelos sujeitos da Economia Solidária. As iniciativas do campo passaram a compartilhar experiências, a realizar ações em conjunto e a criar sugestões mais complexas de intervenção na realidade. As próprias políticas públicas, como visto, favoreceram essa interação. Mas faltava aglutinar a Economia Solidária em um sujeito coletivo, que fosse

capaz de produzir os consensos para a vocalização de suas demandas e propostas, e de garantir o respeito à heterogeneidade de suas formas organizativas. A criação do FBES, em 2003, representa a coroação deste esforço, como se pode perceber em seus documentos públicos. É a partir dele que será caracterizada, a seguir, a organização política do movimento de Economia Solidária.

1.3 A Economia Solidária a partir do Iº FSM.

As origens do FBES remontam a necessidade de articular a participação brasileira da Economia Solidária no I° FSM. Para tanto, foi criado o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro). Como afirma a Secretaria Executiva do FBES,

> O GT Brasileiro constituiu-se por organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos de economia popular solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos às redes internacionais (Secretaria Executiva do FBES, 2006, p.75).

As organizações e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participaram do GT Brasileiro foram: ADS/CUT; ANTEAG; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABCRED); Cáritas Brasileira; CONCRAB/MST; Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Rede de ITCPs; e Rede Unitrabalho[22].

No I° FSM, além do lançamento da Rede Global de Socioeconomia Solidária, foi realizada uma oficina temática de Economia Solidária que reuniu cerca de 1500 pessoas. No II° FSM, em janeiro de 2002, realizou-se uma conferência, um seminário e diversas

[22] As principais informações das entidades e redes nacionais que compõem a Coordenação Nacional do FBES encontram-se no apêndice deste trabalho.

oficinas no eixo temático "Geração de Riqueza e Distribuição Social". Só o seminário, realizado em dois dias, reuniu cerca de duas mil pessoas. As organizações do GT Brasileiro também produziram um texto muito popularizado na internet que buscou apontar os empreendimentos e as políticas públicas de Economia Solidária como: caminhos para a radicalização da democracia, a constituição de um desenvolvimento mais justo e sustentável, e para a realização do trabalho de uma forma potencialmente libertadora. Estas atividades contribuíram para gerar a sintonia necessária para que, logo após a vitória eleitoral de Lula em 2002, o GT Brasileiro lhe dirigisse uma carta – "Economia Solidária como estratégia política de desenvolvimento" –, propondo as ações necessárias para consolidar uma política pública nacional de Economia Solidária e a criação de uma secretaria para executá-la (FSM, 2002; Leboutte, op. cit.; Secretaria Executiva do FBES, op. cit.; Bertucci, A., 2006).

Em dezembro do mesmo ano, ocorreu a Iª Plenária Nacional de Economia Solidária, com as iniciativas econômicas solidárias, organizações de apoio e gestores públicos de diferentes regiões do país. Lá se iniciou o debate sobre os pontos identitários do movimento, suas bandeiras de luta e sua organização política, mediante a criação de um fórum nacional. No III° FSM, em janeiro de 2003, Lula anunciou a criação da SENAES e o nome de seu presidente, o professor Paul Singer. No mesmo evento foi realizada a IIª Plenária Nacional de Economia Solidária, onde o movimento decidiu mobilizar as bases estaduais, até então com poucos fóruns, para prosseguir com o debate daqueles pontos. Mais adiante, em junho de 2003, realizou-se a IIIª Plenária Nacional de Economia Solidária, que com mais de 800 representantes e delegados de 18(ou 17?) plenárias estaduais, finalmente criou o FBES.

Sinteticamente, são os objetivos, segmentos participantes e estrutura do FBES:

Quadro 2. Objetivos, segmentos participantes, estrutura e funcionamento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Objetivos	Articular e mobilizar as bases de Economia Solidária do país em torno de uma carta de princípios e uma plataforma de lutas. Fazer interlocução junto ao governo, em especial a SENAES.	
Segmentos participantes	Empreendimentos econômicos solidários; entidades de assessoria e fomento; gestores públicos.	
Estrutura	Coordenação Nacional	Principal instância de decisão do FBES. É formada pelos representantes das 16 entidades e redes nacionais de fomento, a maioria oriunda do GT Brasileiro; e 3 representantes de cada fórum estadual de Economia Solidária, dos quais 2 são oriundos de empreendimentos e 1 é assessor ou gestor público da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
	Coordenação Executiva Nacional	Sua tarefa é promover a interlocução com instituições privadas e públicas, além da gestão política do cotidiano. É composta por 13 representantes: 7 são de empreendimentos das regiões do país(2 do Norte, 2 do Nordeste, 1 do Sul, 1 do Sudeste, 1 do Centro-Oeste); 5 são das entidades e redes nacionais; 1 é da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
	Secretaria Executiva	Dá suporte aos trabalhos do FBES; propicia a comunicação entre as instâncias e operacionaliza as reuniões e eventos. É apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional.
	Grupos de Trabalho (GTs)	São organizados conforme a demanda de ações específicas do FBES e para o avanço da Plataforma da ES. Entre os GTs já criados constam: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais, Produção, Comercialização, Consumo, Formação e Gênero.

Fonte: Secretaria Executiva do FBES(2006), FBES(2010).

Exposta sua forma de organização, cabe agora adentrar na análise dos seus documentos de fundação – a Carta de Princípios e a Plataforma de Lutas –, a qual permite que se identifiquem suas premissas de atuação.

No que diz respeito à Carta de Princípios, o texto divide-se em três partes: "Origem e cenário atual"; "Convergências – o que é a Economia Solidária"; e "A Economia Solidária não é". O objetivo da primeira é vincular as experiências associativas contemporâneas com "as lutas históricas dos trabalhadores" – isto é, o sindicalismo e o cooperativismo inglês do século XIX – em razão da sua identidade de propósitos: a defesa contra a exploração do trabalho assalariado. Adicionalmente, busca-se afirmar a Economia Solidária como alternativa "ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza". Sua justificativa encontra-se na impossibilidade do capitalismo atual de incorporar, via trabalho assalariado com direitos, os milhares de

trabalhadores que expulsou; e na incorporação recente desses mesmos trabalhadores pelos "resquícios atrasados" do capitalismo, isto é, as formas de produção "comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc". Com base nessas assertivas, afirma-se que a questão social contemporânea só pode ser enfrentada por um movimento que, a um só tempo, aglutina os excluídos, suas resistências e formas de produção; e coloca "o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica": a Economia Solidária (Secretaria Executiva do FBES, op. cit., p. 77-8).

Na segunda parte da Carta, "Convergências [...]", expressam-se os consensos em torno das práticas e do "projeto de Economia Solidária". Dentre os princípios gerais encontram-se:

- "O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade".
- "O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas".
- "Para a Economia Solidária, a eficiência não pode se limitar aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo de todo o ecossistema".
- "A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana".

E dentre os princípios específicos:

- A luta por um sistema de finanças solidárias ou o direito à autogestão das finanças. Em nível local/micro/territorial, ele deve ser fomentado por bancos cooperativos, bancos éticos, cooperativas de crédito, instituições de microcrédito solidário e empreendimentos mutuários, "todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros". Em

nível nacional/macro/estrutural, ele deve ser fomentado por meio da descentralização das moedas nacionais, estímulo ao comércio justo via moedas comunitárias, controle e regulação dos fluxos financeiros, imposição de limites aos lucros extraordinários e taxas de juros, controle cambial e emissão responsável de moeda nacional, no sentido de evitar a especulação.

- A luta pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias visto que: por meio do consumo solidário e do comércio justo é possível articular as atividades econômicas às necessidades sociais e repartir os benefícios do desenvolvimento produtivo de forma mais eqüitativa; é possível articular o progresso próprio e do conjunto, em qualidade de vida e trabalho, por meio de vantagens cooperativas e eficiência sistêmica. Ademais, entende-se que um processo decisório coletivo sobre investimentos propicia sua repercussão igualmente coletiva; e que a atividade econômica enraizada na territorialidade é capaz de manter fortes vínculos com outras cadeias produtivas igualmente locais.
- A luta pela construção de uma política de Economia Solidária num Estado democrático. Desse entendimento, afirma-se a Economia Solidária como "um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa", que exige respeito quanto à autonomia política dos empreendimentos em relação ao Estado; que exige que este defenda "os direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar"; "que preconiza um Estado democraticamente forte", "transparente e fidedigno", capaz de orquestrar a diversidade social e garantir a justiça(ibidem, p. 78-9).

Finalmente, na sua terceira parte – "A Economia Solidária não é" – a preocupação do texto é distanciar a Economia Solidária do imaginário de uma política compensatória e do Terceiro Setor. Esse último é entendido como um substituto do Estado em suas obrigações sociais e inibidor "da emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos". Com essas negativas, busca aproximar a Economia Solidária das lutas contra-hegemônicas (ibidem, p. 80-1)

Por fim, a Plataforma de Lutas da Economia Solidária põe-se como desenvolvimento mais aprofundado das convergências em relação ao "projeto de Economia Solidária". Segue abaixo a síntese dos seus pontos:

Quadro 3. Plataforma de Lutas do FBES.

Área	Descrição
Finanças Solidárias	Criação de um fundo nacional e de um sistema nacional de finanças solidárias para o apoio e fortalecimento da Economia Solidária. Fortalecimento de instituições civis e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados às realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário. Criação de linhas de crédito para comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social, portadores de necessidades especiais. Consolidação e ampliação de fundos rotativos. Articulação do crédito solidário às diversas políticas públicas, inclusive o Fome Zero – vinculação entre políticas compensatórias e estruturais. Fortalecimento e ampliação da rede nacional de trocas solidárias, com paridades e lastros baseados nas moedas sociais. Apoio ao começo das atividades dos empreendimentos solidários por meio de renda mínima. Asseguramento de parcela dos recursos bancários públicos e privados à Economia Solidária. Concessão de créditos para empresas pré-falimentares condicionada à participação dos trabalhadores no controle do passivo destas. Modificação das regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), reduzindo os valores consumidos pelas taxas bancárias.
Marco legal	Estabelecimento de um marco jurídico para a Economia Solidária que reconheça "suas diferenças frente ao setor estatal e ao setor privado mercantil" e facilite o apoio e o desenvolvimento das suas iniciativas; conceituação normativa das empresas de autogestão, cooperativas populares e organizações de economia familiar; reconhecimento e difusão das diversas formas de Economia Solidária – compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidário, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo, etc. Rediscussão da lei de licitações, para que se possibilite a participação dos empreendimentos solidários; elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo que respeite a especificidade dos empreendimentos solidários; regulamentação da lei de falências, para que favoreça a aquisição dos empreendimentos falidos pelos trabalhadores sem assunção dos passivos.
Educação	Incorporação da Economia Solidária ao sistema público de educação; financiamento de estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e estímulo à extensão universitária; financiamento público da formação e capacitação, inclusive com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); redirecionamento dos recursos do Sistema S para a produção de conhecimentos e tecnologias; criação de centros de referência públicos para provimento de formação, capacitação e assistência técnica; criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.
Comunicação	Criação de um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas. Sensibilização da sociedade para os valores da Economia Solidária.

Quadro 3. Continuação.

Redes de produção, comercialização e consumo	Desenvolvimento, fortalecimento e articulação das redes de produção e consumo; articular o Fome Zero às atividades econômicas da Economia Solidária; criação de um portal que apóie a estruturação de redes nacionais de intercâmbio de produtos e informações; aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação; criação de mecanismos de compras governamentais de produtos e serviços solidários em suas regiões; defesa da produção familiar; organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas; utilização de espaços públicos ociosos ou construção para armazenamento, comercialização e trocas de produtos.
Democratização do conhecimento e tecnologia	Orientar a pesquisa e a extensão universitária para a produção de tecnologias adequadas à Economia Solidária; orientar ministérios e organismos federais – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), BNDES(Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – a fomentarem seu desenvolvimento, qualificação e expansão. Financiar ONGs dedicadas à temática. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico para garantir a eficiência, viabilidade e sustentabilidade da Economia Solidária, segundo seus valores. Difundir e ampliar a troca de experiências.
Organização social da Economia Solidária	Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o FBES – elaborar políticas sobre os pontos anteriores; assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos que forem criados; sistematização, divulgação e aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de apoio; fortalecimento das bases; "organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária".

Fonte: Elaboração própria a partir de Secretaria Executiva do FBES, 2006: 81-7.

Em 2004, a Plataforma de Lutas do FBES passou a ser o principal norteador das ações da SENAES, de forma que o financiamento de suas atividades, dos encontros nacionais entre os seus segmentos participantes e das suas propostas de políticas públicas se articulou à execução do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e vem acontecendo no PPA 2008-2011.

O que parece se afirmar nos documentos acima sintetizados é a reivindicação de um "direito de produzir mercadorias", com dignidade, sem exclusões, com respeito ao meio ambiente e numa perspectiva democrática. Nesse sentido, a Plataforma de Lutas aponta muito mais para reformas institucionais a partir do quadro sócio-econômico anteriormente analisado do que para mudanças estruturais. O veículo de democratização da economia e da sociedade constante dela é a inserção mercantil qualificada. Garantida essa última, por sua

vez, se poderiam enfrentar as problemáticas reprodutivas da classe trabalhadora, e mais, permiti-lhe outras formas de sociabilidade.

Assim, luta-se para a criação de direitos ao trabalho associado em diversas áreas, mas não se estabelece a defesa de reformas capazes de atenuar as heterogeneidades estruturais da economia e, por conseguinte, das desigualdades sociais que precipitaram a própria emergência da Economia Solidária. É claro que na "Plataforma..." e na Carta de Princípios encontram-se e subentendem-se denúncias sobre estas questões, mas quanto ao que fazer com elas, os documentos não esclarecem.

Isso não quer dizer que o progressivo engajamento do movimento de Economia Solidária para a materialização das suas pautas não possa conduzi-lo a enfrentamentos mais amplos para melhorias reais nas condições de vida dos trabalhadores brasileiros e dos seus, em particular. É ele, aliás, que pode trazer mais clareza sobre os posicionamentos do movimento quanto àquelas questões.

Por fim, cabe notar que a despeito de afirmarem a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, os documentos não sugerem que o movimento esteja apontando para este horizonte, ao menos discursivamente. Vê-se que neles não há qualquer diálogo com a perspectiva socialista, sobretudo científica, tal como se entende desde meados do século XIX. Em seqüência, vê-se que o intento socialista soviético é ignorado, mesmo para extrair-lhe eventuais lições. Depois, não se encontram críticas a questões fundamentais da economia mercantil capitalista, como a concorrência e a anarquia da produção.

***

No presente capítulo, tentou-se localizar a emergência da Economia Solidária no processo recente de transformação do capitalismo brasileiro; caracterizar as iniciativas isoladas que a permitiram reconhecer-se e anunciar-se como "outra economia" e novo campo de políticas públicas; e por fim, analisar seu projeto político e seu posicionamento diante daquela transformação.

Reconhecendo, no entanto, que até aqui não se pode tecer maiores afirmações sobre a Economia Solidária, o capítulo seguinte debruça-se sobre as principais teses

produzidas a respeito. Seu propósito é evidenciar as principais características reflexionadas sobre as suas iniciativas econômicas e, à luz dos questionamentos colocados no princípio desta dissertação, avançar na discussão sobre sua natureza.

2. TRÊS TESES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

A multiplicação de iniciativas econômicas e de políticas públicas que se afirmam ou passaram a se reconhecer como partícipes da Economia Solidária nas duas últimas décadas acompanhou-se do surgimento de esforços para sua explicação e justificação, especialmente no âmbito da sociologia política e da antropologia econômica. Isso não redundou num consenso analítico e empírico capaz de produzir uma teoria da Economia Solidária, mas permitiu a emergência de quatro teses principais sobre ela: três favoráveis à sua afirmação como novidade e alternativa social e uma contrária.

Entre as teses favoráveis encontram-se: (i) a Economia Solidária enseja o socialismo; (ii) a Economia Solidária é uma forma de produção não-capitalista e plural que não aponta para a constituição de outro modo de produção; (iii) a Economia Solidária é uma política pública inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento. Já a tese contrária identifica a Economia Solidária como um conjunto de atividades econômicas precárias realizadas por trabalhadores historicamente excluídos das relações formais de trabalho; e a política pública federal de apoio a elas, como sancionamento perverso dessa realidade. As teses são apreendidas nos trabalhos de Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger produzidos na última década, nos documentos e estudos vinculados à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e no trabalho de doutoramento de Rosângela Nair Barbosa (2007), respectivamente.

Dado o questionamento colocado no princípio desta dissertação, o presente capítulo buscará apresentar e discutir os principais aspectos das duas primeiras teses favoráveis à Economia Solidária e mais aqueles da tese que lhe contesta, nos aspectos que se julgou pertinentes. Considera-se que com isso será possível, nos capítulos seguintes, verificar a pertinência de cada uma delas na explicação da realidade das organizações solidárias.

Sobre o recorte analítico aqui adotado, cabem algumas considerações. Em primeiro lugar, as obras favoráveis à Economia Solidária são inúmeras, mas a maioria

termina por nutrir-se das fontes aqui selecionadas. Para evitar redundâncias, optou-se por realizar o exame apenas destas.

Em segundo lugar, optou-se por excluir deste capítulo a análise das obras de Marcos Arruda, José Luis Coraggio, Luiz Razeto e Jean-Louis Laville, freqüentemente utilizadas como referências teóricas em trabalhos do campo.

Quanto ao primeiro autor, avaliou-se que suas obras intentam afirmar a positividade da Economia Solidária sem atentar-se para a explicação de sua materialidade. Quanto aos demais, avaliou-se que suas formulações consideradas como essenciais para a interpretação do campo são constantes da tese de Gaiger. São elas, respectivamente: reprodução ampliada da vida, comunidade de trabalho e economia plural.

Sobre as elaborações refratárias à Economia Solidária, avaliou-se que há críticas bastante pertinentes nos poucos trabalhos publicados. Mas eles concentram-se ou em aspectos teóricos específicos ou carecem de elementos empíricos. O trabalho de Barbosa é o mais completo com que esta pesquisa se defrontou, pois combina ambas as questões, mais rigor teórico.

O capítulo está dividido em três partes, na ordem das teses enunciadas, mais uma seção final, com um balanço da discussão realizada.

2.1 A Economia Solidária como uma economia socialista.

Antes de adentrar nos trabalhos de Singer sobre a Economia Solidária, é preciso alertar que eles não possuem caráter acadêmico, ainda que sejam tomados como referência teórica para diversos estudos com essa qualidade. Possuem, ao contrário, acentuado teor militante e normativo, afirmando a novidade e positividade do campo sem maiores diálogos com pesquisas teóricas ou empíricas a respeito.

Isso posto, tem-se em Singer a definição de que a Economia Solidária é uma resposta à pobreza, à exclusão social e ao desemprego que toma a forma de outra economia ou modo de produção que ensaia o socialismo. A formulação é mediada pelos seguintes argumentos: (i) há uma crise do trabalho no Brasil; (ii) a Economia Solidária origina-se do "cooperativismo revolucionário" do século XIX; (iii) o "modo de produção solidário" é

superior aos demais modos de produção que coexistem entre si; e (iv) como opção ao capitalismo, a Economia Solidária exige contínua reafirmação de valores democráticos.

Sobre a crise do trabalho no Brasil, o autor considera que ela teve início na crise da dívida externa. Seu agravamento, com as políticas neoliberais dos anos 1990, precipitou a criação de modalidades associativas autogestionárias pelos movimentos sociais destinadas a acolher os trabalhadores atingidos. Daí, "ressurgiu" a Economia Solidária.

Mas seu papel não se restringiu à garantia de reprodução deste público. Para Singer, a Economia Solidária se propõe a ser uma economia desalienante, "que oferece [...] um ambiente de trabalho muito melhor, mais igualitário em vez de hierárquico". Esse caráter remonta o "cooperativismo revolucionário", isto é, o owenismo e sua assunção pelo movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora da Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, surgido em ocasião do "espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção"(SINGER, 2000, 2002a, 2002b, 2008). Para compreensão da herança que esse período teria deixado à Economia Solidária, remonte-se a interpretação do autor a respeito.

Conforme Singer, o cooperativismo revolucionário disseminou-se rapidamente pela Grã-Bretanha. Sua sustentabilidade garantia-se mediante escambo (bazares de troca) ou via moeda própria com referência na hora de trabalho (bolsas eqüitativas de trabalho). Os resultados alcançados precipitaram que Owen, em 1833, propusesse aos sindicatos organizados no país que suplantassem os produtores privados e, de posse de todas as indústrias, reorganizassem-nas sob a forma de cooperativas. Aceita a proposta, o movimento foi rápida e violentamente reprimido pelos empregadores, que promoveram *lock-outs* e demissões. A despeito do insucesso da iniciativa, o autor procura reter que "o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo" e que essa experiência "tornou evidente a ligação da Economia Solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo" (Singer, 2002a, p. 29-35).

Para Singer, outra experiência relevante deste período foi a Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, "a mãe de todas as cooperativas". Fundada em 1844, ela começou como uma cooperativa de consumo de varejo, almejando constituir uma colônia comunista. Seus princípios tornaram-se os princípios universais do cooperativismo e

segundo o autor, também os princípios da Economia Solidária. Destacam-se, entre eles: a democracia do processo decisório, desvinculada dos investimentos individuais; a adesão voluntária à iniciativa; a divisão eqüitativa das sobras; e o empenho na educação cooperativa.

Por volta de 1854, todavia, o projeto da colônia foi abandonado. E em 1862, quando a maioria dos seus trabalhadores já era de não-sócios, começou-se a enquadrá-los à condição de empregados comuns.

Do fato, Singer conclui que a gestão compartilhada por capitalistas e trabalhadores é contraditória e instável; e que iniciativas assim construídas podem implicar perda de participação dos trabalhadores nos processos decisórios. Mas o que autor procura mesmo fixar são as repercussões positivas que esta iniciativa e todo o cooperativismo revolucionário teriam deixado à Economia Solidária, a saber:

- a difusão do cooperativismo de consumo, que teve bastante vitalidade na Europa Ocidental e Estados Unidos, sobretudo entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.
- A criação do cooperativismo de crédito em meados do século XIX na Alemanha, sua rápida difusão pela Europa Continental e América do Norte, e sua reinvenção contemporânea por meio do Grameen Bank de Bangladesh.
- A difusão das cooperativas de compras e vendas coletivas; dos recém-inventados clubes de troca, à semelhança dos bazares de troca e das bolsas eqüitativas de trabalho; e do cooperativismo de produção.

Este último, aliás, é para Singer o provedor do "protótipo da empresa solidária", "antítese da empresa capitalista" e veículo de constituição do modo de produção socialista e solidário que afirma como tese. Em sua opinião, isso se deve ao fato de que ele cumpre à risca com os princípios enunciados por Rochdale – ao contrário das cooperativas de consumo, crédito e de compra e vendas, que combinam igualdade e democracia no seu relacionamento externo com desigualdade e heterogestão em seu interior (ibidem, p. 11-23, 46-90).

Do ponto de vista teórico, ressalte-se, o autor associa o surgimento da Economia Solidária aos trabalhos de Owen, Fourier e Saint-Simon, embora não se detenha

neles em seus escritos. Segundo Singer, os socialistas utópicos formularam a Economia Solidária como a possibilidade de uma sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (ibidem, p. 115).

Apresentados os dois primeiros argumentos da tese de Singer, cabe fazer uma primeira ponderação. O autor intenta fixar certa "naturalidade" na constituição da Economia Solidária como modo de produção alternativo ao capitalismo: se à época do cooperativismo revolucionário a luta socialista emergia por conta da miséria provocada aos trabalhadores pelos capitalistas, hodiernamente isso se faz por contra da crise do trabalho. Ora, se a exploração tipicamente capitalista está constituída desde o século XIX, e se o cooperativismo revolucionário ofereceu a célula básica do socialismo solidário, por que não houve socialismo antes? Singer assim encontra a resposta para o vácuo entre a formulação do socialismo e sua materialização na sociedade ocidental:

> Na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando: menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. Mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais (com carteira de trabalho assinada) um padrão de vida de classe média.
> Este avanço se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania "social" que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção.
> Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela Economia Solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da "profissionalização" de suas gerências. [...] Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento (ibidem, p. 109-10).

Essa resposta só é possível porque Singer abstém-se, nos seus escritos sobre Economia Solidária, de realizar um tratamento rigoroso sobre as lutas anticapitalistas em marcha desde o século XIX. Assim, desvencilha o socialismo utópico das críticas do marxismo clássico; torna as cooperativas de produção portadoras naturais de uma sociedade

radicalmente democrática; simplifica o Welfare State e o socialismo real a um inverno na emancipação da classe trabalhadora; e torna o "ressurgimento" da Economia Solidária um reencontro espontâneo com os ideais socialistas. Como se verá adiante, junto com outro conjunto de imprecisões, estas idéias contribuem para a legitimação da Economia Solidária como alternativa social nos dias de hoje.

O terceiro argumento de Singer sobre a Economia Solidária diz respeito à sua existência conjunta com outros modos de produção e sua superioridade diante deles. Em suas palavras,

> O sistema sócio-econômico brasileiro se compõe, desde sempre, de diferentes modos de produção, que convivem e competem entre si. Um destes modos de produção é o capitalista, que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção e pelo assalariamento, ou seja, pela compra da capacidade de trabalho dos sem propriedade pelos empresários que possuem meios de produção. A divisão do mundo do trabalho entre empregadores e empregados e a finalidade do lucro máximo, que o distingue de outros modos de produção.
> Outro modo de produção é a produção simples ou a pequena produção de mercadorias, que se compõe de empreendimentos familiares e individuais independentes e que competem entre si e com empreendimentos capitalistas e de outros modos de produção. A pequena produção de mercadorias obtém uma receita, pela venda de sua produção, em que não se distinguem a remuneração do trabalho e do capital empregados. Por isso, ela não visa o lucro, que remunera os donos do capital e guarda proporcionalidade com o valor do capital empregado na produção. Boa parte dos empreendimentos é formada por microempresas, operadas exclusivamente por seu proprietário.
> Um modo de produção distinto é a produção sem fins de lucro por assalariados de estabelecimentos públicos ou privados, tais como escolas, hospitais, organizações policiais ou de segurança, meios de comunicação como TV e rádio 'educativos' etc. São estabelecimentos dos vários níveis de governo ou de entidades religiosas, filantrópicas etc.
> Outro modo distinto de produção é formado por trabalhadores associados, que possuem em comum o capital que utilizam. Este modo de produção é a *Economia Solidária* e é formado sobretudo por cooperativas que deveriam ser *autogestionárias*. Mas, nem sempre são. Algumas, por exemplo, são administradas por profissionais assalariados, que 'mandam' nos trabalhadores que os empregam. Em tese, estes gestores podem ser destituídos e substituídos por decisão dos cooperadores, mas na prática isso raramente ocorre porque eles monopolizam toda a competência administrativa acumulada ao longo da vida do empreendimento. Empresas solidárias são geridas pelos próprios trabalhadores, cada um participando nas decisões com um voto.
> O que estes modos de produção têm em comum é que todos geram trabalho e renda para os seus participantes. O que os diferencia é a divisão do trabalho e a repartição da renda que adotam. O capitalismo tende a concentrar a propriedade do capital em empresas gigantescas e a renda na cúpula gerencial destas empresas e nos proprietários que aplicam seus valores no mercado financeiro. A pequena

> produção de mercadorias sem fim de lucro e a Economia Solidária tendem, por razões óbvias, a desconcentrar renda (Singer, 2003, p. 13, grifos do autor).

Estabelecidas as diferenças entre a propriedade e as relações de produção nos diferentes modos de produção, Singer reitera o caráter deletério do capitalismo e o potencial de emancipação da Economia Solidária mediante a oposição entre desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.

Para o autor, além das características constantes da citação acima, o desenvolvimento capitalista caracteriza-se pelo: caráter progressista das suas forças produtivas; sua contribuição à melhora do nível de vida não só dos capitalistas, mas de grande parte da classe trabalhadora; e sua seletividade. Sobre as forças produtivas, o autor argumenta que o seu desenvolvimento, qual decorre da competição entre os capitais privados pelo domínio dos mercados, acaba por possibilitar o "persistente avanço do conhecimento científico". Sobre o segundo ponto, ele pode ser ilustrado pela conquista de direitos políticos dos trabalhadores, pela melhora das condições de saúde, pelo barateamento da maioria dos bens e serviços e pela contínua inovação destes, apesar do "consumismo". Por fim, sua seletividade é evidenciada social e geograficamente, de forma "desigual e combinada": "Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria. Além disso, o desenvolvimento se dá em certos países e não em outros. Os moradores das áreas que se desenvolvem são beneficiados, os que moram nas demais são prejudicados" (Singer, 2004b, p. 10-1).

Colocado o diagnóstico, a Economia Solidária aproveitaria aquilo que é positivo do desenvolvimento capitalista e corrigiria seus instrumentos de desigualdade através de "um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção", feito "sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos", com vistas a "promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados dela mesma". Ademais, esse desenvolvimento seria permanentemente submetido ao crivo "dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão" (ibidem, p. 7).

Realizar o desenvolvimento solidário, por seu turno, precipita que além de uma organização da produção fundada na propriedade social dos meios que a viabilizam, o conhecimento não deva ser de propriedade privada, mas livre, como demonstra a experiência do Linux frente à Microsoft. Porém, adverte Singer: a proposta de uma organização social da produção assente na propriedade social não significa sua estatização, mas a sua repartição.

> O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra sua vontade.
> Isso significa que a atividade econômica deverá ser realizada por empresas, constituídas ou por uma só pessoa, por membros de uma família ou por diversas pessoas que se associam para desenvolver atividades produtivas. As pessoas devem ser livres para constituir empresas e dissolvê-las, entrar para alguma e deixá-la quando for de seu desejo ou do desejo da maioria dos outros sócios. Em princípio, dentro da empresa, não importa o seu tamanho, *todos que dela fazem parte devem ter os mesmos direitos de participar das decisões que afetam a empresa e, portanto, a cada um deles.*
> Dessa forma, a Economia Solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A Economia Solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e contratos que celebram. Mas a sociedade como um todo tem por dever tomar medidas para evitar que o jogo das forças de mercado crie ganhadores e perdedores, cuja situação seja reiterada ao longo do tempo. Mesmo que as condições de partida sejam iguais para todos os participantes, o jogo do mercado inevitavelmente produz ganhadores, que enriquecem, e perdedores, que empobrecem. Se a desigualdade assim criada não for desfeita, a divisão da sociedade em classes e o próprio capitalismo acabariam sendo restaurados (ibidem, p. 12, grifo do autor).

Observa-se até aqui que o conceito "modo de produção" como equivalente à totalidade da organização social passa ao largo das formulações de Singer. Longe de centrar-se no sentido original do conceito proposto por Marx, o autor utiliza-o como sinônimo de segmentos econômicos, como uma tipologia de formas capitalistas e não-capitalistas de produção ou algo semelhante, deslocando-o para uma posição menor na determinação sobre a (re)produção social. Com essa operação, Singer consegue afirmar que a autogestão é o elemento sensível de expansão das iniciativas econômicas solidárias; e que o capital permite a existência delas e dos "demais modos de produção" sem maiores problemas.

Em seguida, vê-se que baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e nos processos democráticos das iniciativas de Economia Solidária, Singer indica o surgimento de novas relações sociais de produção. Pode-se ponderar, no entanto, que o autor toma posição com base em suas convicções de militante, e não através de um tratamento sistemático de experiências de Economia Solidária ou de uma discussão teórica no âmbito da economia ou da sociologia política.

No decurso das argumentações de Singer, nota-se também que ele capta movimentos importantes do capitalismo apresentados por Marx, como a oposição fundamental entre a burguesia e a classe trabalhadora; a concorrência; a formação do exército de reserva, etc. Porém, outra vez, o autor se refere a estas idéias sem as suas premissas e mediações, de maneira que nos seus textos elas não possuem o sentido próprio de sua concepção.

Finalmente, o autor constrói o conceito de desenvolvimento solidário de modo igualmente impreciso. Ele combina os intentos de superação do capitalismo com uma luta de classes mais pacífica do que conflituosa, fato que se reflete na sugestão de incorporação dos benefícios materiais do capitalismo sem qualquer modificação estrutural na correlação de forças políticas da sociedade brasileira ou mundial.

Ao lado dos argumentos de crise do trabalho; de continuidade do cooperativismo revolucionário e/ou do ressurgimento da Economia Solidária; e da ausência de tratamento sistemático às lutas anticapitalistas – cujas repercussões foram apresentadas há pouco nesse texto – estas "novas imprecisões" criam guarida para idéias que auxiliam na legitimação da Economia Solidária tal como ela se apresenta hoje. São elas:

- o horizonte da Economia Solidária é o socialismo, mas com mercado.
- As formas não-tipicamente capitalistas de produção, apesar das suas fragilidades (mercantis, organizativas, quiçá valorativas), são modos de produção capazes de gerar trabalho e renda num contexto de retração do emprego. Ademais, reforçam o sentido de cidadania, por meio dos seus processos democráticos.
- As eventuais desigualdades provocadas pelo mercado nos empreendimentos de Economia Solidária precisam ser socialmente corrigidas.

Essas idéias "exigem" os predicados de assistência gerencial e financeira às iniciativas solidárias e, por extensão, da assistência social e laboral aos seus participantes. Dito de outro modo, as formulações de Singer até aqui percorridas justificam a necessidade de intervir "agora" na Economia Solidária para propiciar o seu desenvolvimento, a partir do Estado, das ONGs ou de setores da sociedade civil interessados. Os excertos abaixo relacionados corroboram esta sugestão:

> O que significa confronto político? Confronto político com o capitalismo é proibir o capitalismo? É expropriar a burguesia e dizer "aqui ninguém mais pode ser assalariado". É essa a idéia? Se for essa eu sou contra. Se não é essa não tem como confrontar o capitalismo a não ser no plano econômico. Sou favorável que no socialismo os capitalistas possam continuar existindo e ser capitalistas. Se alguém quiser ser assalariado, é um direito dele. Isso que se fez no socialismo real de perseguir com a polícia quem quisesse criar uma empresa capitalista foi um dos muitos absurdos realizados. Não é assim que se acaba com o capitalismo e sim permitindo todo mundo que não queira não precise ser assalariado. Você abre oportunidade a todos que queiram ser autônomos, coletiva ou individualmente. Essa é a forma de acabar com o capitalismo. Se ainda assim muita gente quiser ser empregada, é um direito dela (Singer, 2001, p. 57).

> A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição de renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo (Singer, 2002a, p. 10-1).

> Os fóruns sociais mundiais, os movimentos contra a globalização neoliberal, os ambientalistas, os pelos direitos humanos e os pela Economia Solidária constituem um rosário de novas forças que lutam por uma "outra economia" e "uma outra sociedade". Diferentemente da velha esquerda, que almejava a destruição do capitalismo mediante a ação do Estado na vanguarda do proletariado, a nova esquerda almeja a destruição do capitalismo mediante a construção de uma Economia Solidária e preservacionista e de revoluções culturais diversas, das quais a feminina parece ser a mais adiantada (Singer, 2004b, p. 21).

Por fim, cabe debruçar-se sobre o que se afirmou como quarto argumento da tese de Singer: a Economia Solidária exige contínua reafirmação dos valores democráticos, sob pena de ocorrer a degeneração de empreendimentos.

Conforme o autor, a prática da autogestão numa empresa solidária exige do trabalhador que ele se ocupe não só com as tarefas inerentes ao seu cargo, mas com os problemas mais gerais daquela. Se, de um lado, essa prática propicia um melhor ambiente de trabalho e ganhos de eficiência, do outro, pode ser desgastante "quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc." Por isso, sustenta o autor, ela exige uma reeducação contrária aos valores capitalistas e contínua reafirmação dos valores democráticos. Não acontecendo, a empresa solidária pode degenerar-se (Singer, 2002a, 2005).

> Há um truísmo que diz que as cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas. Como generalização é falso, mas tem um fundo de verdade. Cooperativas que vão mal têm alto índice de participação dos sócios, todos interessados em consertar o que está errado. Tudo o que a direção faz é minuciosamente examinado, criticado e, se não há as melhoras esperadas, a direção é substituída. Cooperativas que vão bem podem vir a apresentar o quadro oposto: a lei do menor esforço concentra poder de decisão de fato nos gestores e a empresa escorrega sem perceber para uma prática de heterogestão. Mas muitas cooperativas que têm êxito econômico praticam a autogestão, pois seus sócios fazem questão dela pelos motivos certos: porque gostam de participar e se realizam na luta por um outro modo de produção.
>
> O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na Economia Solidária[...](Singer, 2002a, p. 20-1).

Singer identifica e sugere a autogestão como uma forma de educação contrária ao capitalismo, mas a restringe a uma questão de escolha. Ora, neste modo de produção, a viabilidade das unidades econômicas depende de uma massa de meios de produção e técnicas que têm o objetivo de "tornar o trabalho o mais produtivo possível para o capitalista e, com essa finalidade, impor ao operário o rendimento máximo através da combinação dos meios de produção e das exigências objetivas de sua produção" (Gorz, 2001, p. 81). Ademais, elas despojam-no de qualquer controle sobre o produto e o processo

de trabalho (Marglin, 2001). Com a inscrição desses elementos na própria tecnologia, a autogestão problematiza-se: como ser a Economia Solidária capaz de produzir excedentes e, ao mesmo tempo, não permitir a alienação e a hierarquização no processo de trabalho?

O que se quer ponderar é que a sugestão de Singer, ao tentar afirmar a necessidade de um projeto político-pedagógico para a produção solidária, termina por esmaecer o caráter antagônico e contraditório da relação capital-trabalho que a atinge.

***

Como se viu até aqui, a tese socialista de Singer converte-se, quando analisada, na afirmação da Economia Solidária como uma transformação democrática e consciente da economia e da sociedade, em favor dos pobres e despida de enfrentamentos estruturais ao capital. Suas sucessivas imprecisões contribuem, enfim, para afirmar a necessidade de uma intervenção pública em favor das suas iniciativas e dos sujeitos partícipes do seu surgimento e desenvolvimento, através do Estado e com apoio de organizações da sociedade.

2.2 A Economia Solidária como uma economia anti-capitalista e plural.

Em primeiro lugar, cabe anunciar que ao contrário dos textos de Singer, aqueles produzidos por Gaiger possuem caráter acadêmico. As formulações apresentadas a seguir são mediadas por diversas pesquisas teóricas e empíricas, sendo essas principalmente realizadas em iniciativas de Economia Solidária do estado do Rio Grande do Sul.

Conforme o trabalho de Gaiger realizado em parceria com Laville (2009), a Economia Solidária constitui-se por um conjunto de atividades econômicas diversas organizadas segundo princípios de "cooperação, autonomia e gestão democrática". Elas apresentam, em comum, "a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material", "em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado". Esta solidariedade, por sua vez, manifesta-se no interior das iniciativas, onde os membros "estabelecem entre si um vínculo

de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação"; e estende-se para além delas, "aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços de atenção prestados a pessoas em desamparo" (Laville, Gaiger, 2009, p. 162).

Tais condições autorizam Gaiger a afirmar que a Economia Solidária é uma economia anti-capitalista e plural. No âmbito da solidariedade interna das iniciativas, a tese é compreendida através dos conceitos de "empreendimento econômico solidário", "eficiência", "racionalidade produtiva" e "comunidade de trabalho". Já no âmbito da solidariedade externa, cabe percorrer o conceito de "solidariedade democrática", seguida da argumentação sobre a pluralidade de lógicas econômicas presentes nas iniciativas e da possibilidade de garanti-las democraticamente. Em seguida, cabe deter-se no argumento que a Economia Solidária vincula-se a um projeto de mundialização alternativa. Finalmente, encontra-se na exposição de cada uma das formas de solidariedade a assertiva que é do trabalho associado que elas nascem e se alimentam. Comece-se pelo primeiro conceito.

> O conceito de *empreendimento econômico solidário* compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores da produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. Mediante a socialização dos meios de produção e a autogestão, expressam uma inflexão da economia popular, de base doméstica e familiar, ou ainda, em alguns dos seus segmentos, uma reconversão da experiência operária do trabalho. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem.
>
> As práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere, à noção de eficiência, uma conotação bem mais ampla, incluindo a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se tanto da racionalidade capitalista, como da solidariedade comunitária, por ser esta desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho social e econômico que não seja circunscrito e marginal. Além disso, dado o papel decisivo de um conjunto crescente de organizações e agentes mediadores, os empreendimentos solidários tendem a buscar ou criar mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, econômico e político.

> Com suas vinculações e extensões, constituem a célula básica da Economia Solidária (Gaiger, 2009a, p. 181, grifo do autor).

Como se vê, o conceito de Gaiger unifica a heterogeneidade econômica e organizativa da Economia Solidária mediante a afirmação dos seus aspectos coletivos, com ênfase na centralidade do trabalho. Sobre essa última, o autor afirma que ela se deve a três razões.

Em primeiro lugar, ele considera que os empreendimentos nascem para garantir uma atividade produtiva àqueles que o integram, o que torna o trabalho "a razão de ser dessas iniciativas". Em segundo lugar, "o trabalho é o principal ou virtualmente o único recurso propulsor" das atividades dos empreendimentos, "devido essencialmente à fraca e geralmente insuficiência de capital e demais fatores produtivos". Por fim, o trabalho associado "converte a participação eqüitativa e ampla na tomada de decisões em algo *natural*" (Gaiger, 2006b, p. 519-20; 2009b: 173, grifo do autor).

Esta centralidade é, no entanto, contraditória. Como os empreendimentos se situam, regra geral, em setores de ofícios pouco especializados "que incorporam baixos níveis de conhecimento e maior emprego de força física" ou cuja mecanização seria contraproducente, "o fator trabalho vê-se reduzido à capacidade física somada dos trabalhadores". Cabe ao trabalho, assim, gerar a eficiência econômica dos empreendimentos. Para Gaiger, essa eficiência consiste – tal como sugerida no conceito de empreendimento econômico solidário – na capacidade de satisfação de necessidades e objetivos materiais, socioculturais e ético-morais dos indivíduos e da coletividade, imediatamente ou no longo prazo

> por meio da oferta de bens e serviços com qualidade referida ao seu valor de uso, mediante estratégias produtivas e procedimentos de controle que assegurem a perenidade de tais processos e a oferta permanente daqueles benefícios[qualidade de vida do grupo diretamente implicado e garantia de melhorias e de segurança humana para a sociedade].
> Sob essa ótica, a eficiência pode ser incluída no conjunto de meios que, além da reprodução simples dos indivíduos e da preservação de sua vida biológica e social em níveis moralmente aceitáveis, promovam a *reprodução ampliada da vida*. Esse desenvolvimento apresenta-se durável e sustentável no tocante à qualidade de vida que o contempla, além dos aspectos materiais, o nível consciente dos desejos, o acesso igualitário a um sistema de justiça e o abrigo contra a repressão política, as violências física e psíquica e outras formas de sofrimento. Considerar

> esse conceito como algo primordial significa reverterem-se as hierarquias, deslocando os equilíbrios macroeconômicos de sua posição determinante e alinhando os equilíbrios psicossociais, os equilíbrios sociais que facilitam a convivência pacífica e, por fim, os equilíbrios naturais (CORAGGIO, 1999, p. 136-141) (Gaiger, 2009b, p. 170, grifo do autor).

No que diz respeito às suas repercussões mais gerais, o autor afirma que as "eficientes" práticas democráticas dos empreendimentos de Economia Solidária inibem a reintrodução da divisão do trabalho e colocam-na em discussão, desmistificando sua naturalidade e propiciando a otimização do processo produtivo. Ademais, inibem a adoção de práticas desiguais e elevam o grau de comprometimento mútuo dos indivíduos. De forma mais específica, o autor enumera outros ganhos, entre os quais:

- "redução dos custos com estruturas de controle e supervisão e com estímulos pecuniários à produtividade".
- Formação "de um vínculo direto entre a performance do empreendimento e benefícios individuais auferidos [que] ao lado da partilha dos valores e objetivos da organização, tende a reforçar o zelo e a atitude de colaboração dos trabalhadores".
- Participação da base social da empresa em decisões gerais e estratégicas, qual "facilita o consenso, empresta legitimidade às decisões e gera maior nível de adesão às estratégias adotadas".
- Incorporação coletiva de saberes profissionais especializados.
- Favorecimento da polivalência e flexibilidade no trabalho "conforme as flutuações da demanda e outras necessidades circunstanciais".
- Eliminação do desperdício e dos tempos ociosos.
- Redução do absenteísmo e da negligência.

Para Gaiger, ganhos gerais e específicos da eficiência solidária se reforçam mutuamente. No campo concreto, estão sujeitos a variações e fragilidades nos empreendimentos (Gaiger, 2004c, p. 389-90; 2006b, p. 526-33; 2009b, p. 171-2).

Ainda quanto às repercussões do trabalho associado, cabe verificar seus ganhos extra-econômicos, tal como indicado, mais uma vez, na formulação de empreendimento econômico solidário:

> Em diversos depoimentos, é enaltecida a experiência de ser sócio-trabalhador, em pé de igualdade com os demais, ao mesmo tempo que sócio-proprietário, gestor do negócio, com direito a voz e voto, para definir os rumos do empreendimento. Da mesma forma, é valorizada a vivência do trabalho como algo edificante, como oportunidade de enriquecimento pessoal. O lado gratificante do trabalho neutralizaria consideravelmente sua face penosa, dotando a atividade produtiva de um sentido moral e simbólico elevado: participar de um empreendimento associativo e cooperativo significa colocar em prática os princípios de equidade, justiça e democracia; significa contribuir com a sociedade por meio de bens e serviços honestos e idôneos; significa demonstrar a importância do trabalhador e colaborar para o seu reconhecimento social (Gaiger, 2006b, p. 522).

É subjacente a esse entendimento, assim como aos conceitos antes apresentados, a idéia de que os empreendimentos econômicos solidários são portadores de uma "nova racionalidade produtiva". Originada dos processos coletivos e assentada na "comunidade de trabalho", ela se autonomizaria relativamente e, passando a presidir a organização dos meios de produção, do processo de trabalho e da gestão, soldaria interesses pessoais com interesses e necessidades coletivas. Nas palavras do autor, essa racionalidade

> não significa um retrocesso a formas arcaicas de produção econômica, a menos que se entenda o esvaziamento de vínculos sociais como uma premissa inexorável da evolução humana. Embora seus formatos jurídicos e os graus de inovação nos conteúdos de suas relações sociais de produção sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, já ao modificarem o princípio e a finalidade de extração do trabalho excedente. Estando o controle do empreendimento e o poder de decisão em mãos da sociedade de trabalhadores, a gestão do empreendimento a ela pertence, cabendo-lhe organizar o processo produtivo, operar as estratégias econômicas e dispor sobre a destinação dos excedentes.
>
> Embora incompleta e sujeita a abalos, a convergência entre interesses individuais e coletivos permite que o empreendimento se conduza simultaneamente por altruísmo recíproco e pelos interesses pessoais de cada trabalhador, individuais e ao mesmo tempo referidos ao grupo, ou à *comunidade de trabalho* que então se estabelece. A expressão significa que os indivíduos, a partir da vivência e por conta dos objetivos que os unem no trabalho, tecem laços que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, à medida que alimentam uma identidade e um projeto comuns, ancorados na história e no espaço por eles partilhados. As pessoas se reconhecem como integrantes de um coletivo de que são os principais elementos constituintes e para cujo destino concorrem suas decisões e ações, entre elas a forma como acionam a sua capacidade de trabalho (ibidem, p. 534-5, grifo do autor).

Os conceitos até aqui percorridos não só buscam marcar o caráter positivo da solidariedade que emerge do trabalho associado na Economia Solidária, como contém elementos que permitem ao autor afirmá-la como uma forma social de produção

(economia) atípica, anti-capitalista e, portanto, portadora de novas relações sociais de produção. Em Gaiger (2003), o autor expõe sua tese e, ao mesmo tempo, refuta que a Economia Solidária indica uma nova forma totalizante de organização social.

Baseando-se em Marx, ele afirma que a todo modo de produção corresponde uma forma social de produção específica e formas sociais de produção atípicas. Nessas, as atividades desenvolvidas reproduzem a si mesmas, e não a sociedade inteira. Ao mesmo tempo, "adquirem feições introjetadas desde a estrutura social mais ampla". No capitalismo, as relações assalariadas relacionam-se à primeira forma e a economia camponesa, à um tipo da segunda.

Para o autor, a Economia Solidária é uma forma de produção atípica do modo de produção capitalista porque "as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada" e porque, como dantes afirmado "a cooperação mostra-se capaz de converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos". Os argumentos que amparam as assertivas reiteram elementos já colocados nesta exposição. Vejam-se, de todo modo.

Quanto à primeira afirmação, ela se sustentaria porque nos empreendimentos

> a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada a sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001). Em suma, há uma unidade entre a posse e o uso dos meios de produção (Gaiger, 2003, p. 191-2).

Já a segunda é justificada com os efeitos positivos da eficiência solidária. À medida que eles se acentuam, em sua opinião,

> provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho,

> agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se insuficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital (ibidem, p. 193, grifo do autor).

Mas, como anunciado, às novas relações sociais de produção não corresponde um novo modo de produção, pois a Economia Solidária não "elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento":

> Argumentos correntes em defesa da profundidade da mudança contida na Economia Solidária, considerando a melhora significativa nas condições de vida advinda do trabalho numa empresa autogestionária, o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores e, por outro lado, a necessidade para esses de aprendizado de um novo modelo econômico (SINGER, 2000, p. 18), em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como a posta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém(ibidem, p. 194).

Considerando o exposto até aqui, vê-se que Gaiger efetua uma problematização mais rica e rigorosa da Economia Solidária que aquela feita por Singer. Ainda assim, pode-se afirmar que o autor chega a conclusões semelhantes à deste último.

Em primeiro lugar, diante da baixa densidade tecnológica das iniciativas de Economia Solidária, Gaiger considera a cooperação como seu principal vetor de eficiência econômica. Singer afirma a autogestão, referindo-se à mesma realidade.

Muito embora a cooperação entre trabalhadores possa gerar expressivos efeitos sobre sua motivação e produtividade, como já se indicou aqui, o elemento fundamental de viabilização e expansão das unidades econômicas no modo de produção capitalista é a propriedade de capital, em forma, quantidade e qualidade tal que as permitam conquistar mercados.

Com esta ponderação se quer dizer que a afirmação de Gaiger não deixa de captar a subordinação econômica a que as iniciativas de Economia Solidária estão sujeitas,

mas, de outro lado, esmaece o modo como ela as atinge. Não por acaso, em seus textos, o sobretrabalho feito pela Economia Solidária para alcançar os mesmos níveis de produtividade do mercado tem seu caráter perverso diminuído; e o valor de uso toma o lugar do valor de troca como referência para o intercâmbio de mercadorias.

Em segundo lugar, Gaiger afirma que a reconciliação do trabalho com os meios de produção, a desalienação dos trabalhadores quanto ao produto do seu trabalho mais o fato dos trabalhadores não serem elementos descartáveis das iniciativas solidárias apontam para o surgimento de novas relações sociais de produção.

De fato, viu-se no primeiro capítulo que as experiências de Economia Solidária prezam pelo caráter coletivo dos meios de produção, processos de trabalho e gestão, elementos esses sucessivamente reiterados pelo autor.

Até aqui a dissertação não apresenta elementos teóricos e empíricos capazes de confirmar ou refutar que estes elementos tenham processado aquela transformação. Desde já, porém, pode-se dizer que tal como Singer, Gaiger relativiza o caráter político das forças produtivas capitalistas, pouco problematizando a capacidade destas em manter e/ou reconfigurar as relações capitalistas de produção no interior das iniciativas solidárias. E mais: Gaiger afirma a modificação do princípio e da finalidade de extração do trabalho excedente nas iniciativas de Economia Solidária a partir delas mesmas, reduzindo a importância do capital como relação social totalizante e suas transformações estruturais recentes. Ora, como afirmar a particularidade da Economia Solidária sem distingui-las das ocupações de baixa produtividade subordinadas à reestruturação produtiva das grandes empresas ou das iniciativas governamentais e multilaterais de gestão da desocupação?

Acredita-se que a revisão da literatura sobre o funcionamento das iniciativas de Economia Solidária a ser realizada no próximo capítulo, à luz das transformações societárias analisadas no primeiro, permitirá tecer considerações mais precisas sobre as questões aqui levantadas, especialmente quanto ao caráter singular e inovador que aquela ensejaria no âmbito da produção material.

Sobre a solidariedade que se projeta para além dos empreendimentos de Economia Solidária, Gaiger afirma que ela se deve ao freqüente envolvimento destes em lutas e mobilizações sociais. Com a disseminação de princípios como tolerância, confiança

e cooperação neles presentes, se teria a formação de vínculos societários diferentes dos ditados pelo cálculo utilitário. Assim, "a Economia Solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático".

Essa por, sua vez, seria uma solidariedade que pressupõe "sociedades cujo sistema de regulação e arbitragem tenha incorporados direitos individuais e democráticos, garantidos por sua estrutura institucional e conferidos a todos os seus indivíduos e coletividades integrantes". Decorreria "da atuação de indivíduos, usualmente mediante sua associação livre e voluntária, objetivando produzir benefícios sociais que correspondam à materialização ou à extensão daqueles direitos, vistos como uma aspiração legítima; e que buscaria "acordos gerais sobre os compromissos e prioridades da sociedade[...], no sentido de reivindicar e instituir regras universais que gerem os efeitos visados, comprometendo a institucionalidade pública com sua implantação, normatização e continuidade".

> A solidariedade democrática pode originar-se das formas anteriores de solidariedade, mas delas se distingue: supõe indivíduos reconhecidos como sujeitos dotados de livre-arbítrio e comporta iniciativas de múltiplas organizações, conscientes da insuficiência das formas precedentes de solidariedade social, assentes na comunidade, no Estado e na ação privada. Ela justifica sua designação ao apoiar-se nos preceitos e garantias do regime democrático, mas igualmente por visar à sua ampliação, desdobrando a democracia política em mecanismos de participação e estendendo-a para a esfera econômica, como reivindica a Economia Solidária[...]
> [A Economia Solidária] metaboliza vínculos e sociabilidades primárias, imersos nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindos de sua posição comum no interior das relações de produção. Assumindo essas identidades e demandas, o 'movimento social' da Economia Solidária as alça à vida democrática, através de pressões dirigidas às esferas de decisão. As iniciativas econômicas que lhe são peculiares, determinadas igualmente por ordenamentos extra-econômicos, inserem-se, pois, no conjunto mais amplo das relações sociais por meio do debate público, no sentido de moralizar a economia, subordinando-a a valores e a normas politicamente sancionadas (Gaiger, 2008, p. 15-6).

Os valores de "justiça e igualdade" emanados dos empreendimentos econômicos solidários à esfera pública, no entanto, não significam qualquer espécie de generalização do altruísmo "capaz de banir aos poucos qualquer sinal de utilitarismo". O campo de práticas da Economia Solitária pode desestimular a recorrência de interesses utilitários, mas o que há dentro dela mesma e nas relações sociais em geral é, para Gaiger, a

hibridização de princípios de vida, isto é, do solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse próprio em doses variadas.

Depois de considerar a natureza híbrida das relações sociais, o autor aponta para a necessidade de reconhecer a multiplicidade de princípios econômicos. Para isso, recorre à noção de economia plural de Polanyi.

Conforme sua leitura sobre este autor, pode-se identificar três lógicas nas economias reais: a não-monetária, fundada no princípio da domesticidade e da reciprocidade; a não mercantil, fundada no princípio da redistribuição; e a mercantil, à qual corresponde o princípio da oferta e da demanda. No capitalismo, elas são percebidas, respectivamente, na economia familiar e no voluntariado não-remunerado; no Estado; e através do mercado mundial.

Reconhecer a presença desses princípios como invariante histórica permite considerar que a Economia Solidária avança mediante a conjugação de três lógicas que se referenciam em três tipos de recursos: aqueles que provêm dos vínculos de reciprocidade entre os membros, a qual se exerce por ações livres de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado; e os recursos do mercado, obtidos através das trocas.

Mediante os espaços políticos permeados e criados pelo avanço da solidariedade democrática que a Economia Solidária engendra, afirma Gaiger, entrevê-se a adoção de um sistema de regulação que garanta a coexistência das lógicas econômicas que a atravessam em condições mínimas de equilíbrio. O alcance dessa condição, "impulsionaria as formas de economia vitimadas pela extensão da economia mercantil a serem novamente exercitadas, estimulando novos arranjos econômicos e políticos" (Laville, Gaiger, op. cit.; Gaiger, 2008).

Finalmente, as características da Economia Solidária permitiriam seu alinhamento ao "fenômeno mais amplo da economia alternativa [...], que se apresenta como um movimento de crítica global ao sistema econômico capitalista":

> No contexto de uma nova consciência mundial quanto aos efeitos deletérios do capitalismo e ao fracasso das soluções de corte neoliberal, em brindar progresso material e liberdade aos povos, a Economia Solidária é projetada em cena como peça de resistência e como ensaio de outro projeto de sociedade, de uma

> globalização alternativa calcada na democratização da economia e da cidadania (Gaiger, 2004d, p. 799).

Prova dessa filiação seriam as sucessivas confluências que o tema provoca nas edições do FSM. Outra economia, outra globalização, porém, implica para Gaiger considerar que "nada será insistentemente reivindicado no plano dos grandes atores [...] que não esteja realisticamente experimentado e incorporado no plano micro, nas práticas de trabalho, de produção econômica e de participação cidadã". Por isso, para o autor, faz-se necessário enfrentar alguns desafios "impostos por barreiras do pensamento e da prática política". São eles:

- Promover ações conjuntas e duradouras entre as organizações de apoio de Economia Solidária. Isso pressupõe relativizar e integrar os prismas interpretativos e os estilos de trabalho promovidos por elas, quais evoluíram desarticuladamente.
- Construir um espaço público não-estatal, que valorize a diversidade das iniciativas, as trocas entre e a cooperação elas, "no mesmo sentido retomado por Jean-Louis Laville, Hannah Arendt e Jürgen Habermas[...]: 'um espaço de interações engendrado pelos cidadãos, quando se engajam numa ação de intercompreensão[...] [o qual] não postula ser homogêneo mas, ao contrário, admite as diferenças e o debate(LAVILLE, 2002:1)".
- Cruzar fronteiras, por meio de políticas públicas regulatórias que possam ir além dos grupos organizados e alcancem os beneficiários potenciais, e, no campo das idéias, por meio do combate ao economicismo e o pensamento unilateral, pois os empreendimentos solidários conjugam seu papel econômico aos problemas sociais com que se defrontam, "enraízam-se na comunidade, promovem a participação, dinamizam redes de interação e fomentam a democracia política".
- Promover o protagonismo cívico, isto é, favorecer o ator popular, "preservar a sociedade civil como terreno primordial de luta pela introdução de novos valores e novas práticas", em detrimento do protagonismo dos intelectuais e do Estado e seus aparatos (Gaiger, 2004b).

Quando Gaiger aponta que a Economia Solidária é difusora de uma solidariedade de estilo democrático que evoca novos direitos de cidadania; quando indica que a Economia Solidária enfrenta problemáticas públicas; e quando afirma que a Economia Solidária é uma economia plural, o autor contribui – assim como Singer – para legitimar uma intervenção pública em favor da Economia Solidária. Nas suas formulações, pode-se depreender que mediante ação do Estado ou das organizações civis interessadas no avanço da Economia Solidária, e com base em novas regulações, sua singularidade seria protegida e desenvolvida, contribuindo para a democratização da economia e da sociedade. Mas o caráter da Economia Solidária permitiria consolidar este horizonte mais justo, especialmente quanto às normas produzidas em âmbito estatal?

Talvez. Duas questões importantes se colocam aí. Primeiro, as transformações dos anos 1980 e 1990 propiciaram a desmobilização dos movimentos sociais quanto a enfrentamentos mais amplos na esfera dos direitos, o já apontado "melhorismo". Em que medida o movimento de Economia Solidária escapou disso, a ponto de engajar-se em enfrentamentos que conduzam à materialização da sua agenda? Segundo, a história recente demonstra que a despeito das heterogeneidades do mercado de trabalho e do sancionamento destas pela política social, houve reorientação da economia e do Estado na perspectiva liberal. Que permeabilidade têm tido o Estado e a sociedade, então, para acolher as demandas da Economia Solidária? O que se quer sugerir aqui com estas perguntas é que sim, Gaiger capta elementos das lutas e mobilizações sociais que se traduziram na Economia Solidária, e muito possivelmente, diversas das suas especificidades. Suas formulações, no entanto, carecem de considerações mais amplas sobre os acontecimentos políticos e econômicos das últimas décadas.

Quanto à utilização da noção de economia plural de Polanyi, Gaiger termina por afirmar que os empreendimentos angariam recursos de fontes diversas para potencializar o exercício de sua atividade econômica. Não custa lembrar, em benefício dos seus sócios e, por extensão, das organizações e lutas sociais a que se vinculam.

Ao mesmo tempo em que intenta marcar a singularidade da Economia Solidária, todavia, a noção de economia plural – assim como a expressão "outra economia" – pode contribuir para esmaecer as assimetrias promovidas pelo mercado e pelo Estado

quanto à apropriação e distribuição do excedente social; e para desconsiderar a Economia como parte da totalidade social.

Por fim, cabe assinalar que os desafios práticos que Gaiger anuncia como caros à Economia Solidária encontram estreita correspondência com a Plataforma de Lutas do FBES, funcionando mesmo como indicações sobre o que se deve ser feito para que a Economia Solidária, de fato, se consolide como alternativa social.

***

Os textos de Gaiger elaboram de forma mais contraditória o exercício da atividade econômica pelas iniciativas de Economia Solidária do que aqueles de Singer. A despeito das diferenças, há que se notar que o destino político das suas elaborações é o mesmo deste autor: afirmando a Economia Solidária como novidade social orientada para a resolução de problemas públicos e sensivelmente diversa da unidade econômica tipicamente capitalista, Gaiger contribui para sua legitimação como ação pública destinada a promover a justiça social.

2.3 A Economia Solidária como forma precária de ocupação e reconhecimento público do desassalariamento.

São poucos os trabalhos acadêmicos críticos à Economia Solidária com que esta pesquisa se defrontou (Zarpelon, 2003; Germer, 2006; Barbosa, 2007; Menezes, 2007; Novaes, 2007; Castro, 2009). De forma diferente daqueles que compõem as teses antes vistas, eles foram construídos mediante diálogo com outros autores, não se referenciando apenas em si mesmos ou em bibliografias de idéias estritamente assemelhadas. Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar que eles adotam o marxismo como principal recurso às análises sobre o campo.

A maior parte concentra-se especificamente na obra de Singer para tecer seus argumentos; ou debruça-se em estudos de caso específicos para chegar a considerações de caráter mais geral. Em Germer (op. cit.), por exemplo, encontra-se a desconstrução de dois

argumentos principais da origem da Economia Solidária em Singer: "a concepção da história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história do desenvolvimento da Economia Solidária"; e "a concepção da cooperativa de produção como uma história do desenvolvimento da Economia Solidária". Em Zarpelon (op. cit.), por sua vez, há uma crítica negativa ao "sindicalismo solidário" da CUT.

A despeito da riqueza dos argumentos de cada um dos textos em particular, estabeleceu-se a ponderação que contribuiria melhor para os propósitos desta dissertação aquele que pudesse ir além dos aspectos acima e, sobretudo, que estabelecesse um rico diálogo com a literatura empírica em Economia Solidária. Chegou-se, assim, à escolha do texto de Barbosa (2007), apresentado logo a seguir.

***

Para Barbosa, não é possível compreender o significado da Economia Solidária dissociando-a da totalidade social. Em busca dele, a autora realiza, em sua tese de doutoramento, uma revisão sobre as tendências do capitalismo desde os anos 1970 e os seus efeitos. Depois, uma análise sobre a sociabilidade do trabalho nas iniciativas de Economia Solidária. E por fim, uma crítica à política pública de apoio ao campo, tal como vem sendo realizada pela SENAES desde 2003. Tomando-se essa seqüência, vejam-se os argumentos construídos pela autora e as conclusões a que chega.

Conforme Barbosa, as tendências de queda na taxa de lucros e de desgaste das bases de dominação político-ideológica das classes subalternas precipitaram que em meados dos anos 1970, o capital se reorganizasse globalmente para revertê-las. O ajuste estratégico adotado mediou-se pelo neoliberalismo; pela reforma do Estado; pela desregulamentação de direitos sociais; e pela reestruturação produtiva, os quais provocaram repercussões deletérias à classe trabalhadora. Entre elas, tem-se:

- o empobrecimento e a refundação da sujeição política, qual tornou "incerta a capacidade de resistência à taxa de exploração no trabalho e à queda de serviços sociais de reprodução".

- O desemprego e a precarização dos postos de trabalho, qual tem implicado na contratação do trabalho destituído de direitos e deveres legais e sociais no âmbito das empresas capitalistas.
- A emergência de práticas de subsistência, sem vínculo direto com a acumulação capitalista.

As práticas de Economia Solidária pertenceriam ao universo desses dois últimos conjuntos de repercussões. Admitindo, portanto, que as relações de trabalho que nela se desenvolvem são subordinadas, a autora afirma que sua alçada à condição de política pública representa uma forma de gestão de tais relações (Barbosa, 2007, p. 30-54).

Já consideradas as condições mais gerais que permitiram o aparecimento do campo, cabe adentrar naquelas mais específicas apontadas pela autora: as políticas de geração de renda e a cultura do auto-emprego.

Segundo Barbosa, as políticas de geração de renda adotadas no Brasil desde os anos 1990 – como o PROGER, o PRONAF, o Crédito Produtivo Popular, etc – apresentaram baixo desempenho quanto à geração de pequenos negócios por desempregados e informais. Mas ao contrário do que a situação indica, não se trata de um fracasso:

> […] Por meio desses dispositivos, vem se processando um *consenso ideológico* que favorece a ressignificação do trabalho como não-direito. As próprias entidades sindicais passaram a consumir suas agendas para operacionalização de práticas de intermediação de mão-de-obra, qualificação e incentivo a cooperativas. Governos regionais de diferentes matizes ideológicos consagraram essas práticas. O Judiciário abriu jurisprudência para as práticas de informalização ou manteve-se distante de fiscalizações mais apuradas. Formou-se, assim, uma *elite* ocupada em dar respostas operativas à ocupação, mesmo que o principal resultado fosse imaterial, no sentido do consenso pela quase *naturalização* da informalização das relações de trabalho. O Estado passou a ser o indutor dessa ressignificação do trabalho e sua ação tornou-se decisiva nas mudanças das relações de trabalho (ibidem, p. 64, grifo da autora).

Quanto à cultura do auto-emprego – ou legitimação do trabalho informal como modo de pensar e enfrentar a crise –, Barbosa considera que duas idéias lhe permitem sustentar-se: o empreendedorismo e a sociedade por conta-própria.

A abordagem contemporânea do empreendedorismo anuncia, em sua opinião, que a sustentabilidade das empresas e do desenvolvimento depende dos empreendedores – indivíduos de idéias e ações inovadoras capazes de assumir riscos e desbravar horizontes rentáveis que atuam, especialmente, nas velozes e flexíveis pequenas empresas. Ainda que aceita socialmente, esta compreensão esmaece que o pequeno negócio é uma alternativa de ocupação imposta pela agenda burguesa a trabalhadores desempregados; e que, ao invés de autônomo, ele subordina-se às estratégias de acumulação das grandes empresas (ibidem, p. 68-74).

Quanto à sociedade por conta-própria, para Barbosa, dois grandes focos de disputa a perfazem: a matriz neoliberal e as proposições e as práticas pertinentes aos novos movimentos sociais. O primeiro "acentua a sociedade civil como parceira das políticas de ajuste político-financeiro das agências multilaterais e de desestatização por força da sua associação ao próprio mercado e responsabilização com os encargos que antes eram do Estado". O segundo admite que os movimentos sociais trazem em seu bojo a dinamização do protagonismo da sociedade civil nos destinos da vida social.

Na sociedade civil da matriz neoliberal,

> a dinâmica social caracteriza-se pela competição privada sem grandes regulações públicas e interferências do Estado. Sociedade civil e mercado se igualam ou se associam no diagrama da estrutura social, deixando o Estado como componente à parte. Uma variante liberal menos radical menciona, também a sociedade civil como arena não estatal, porém pública porque voltada para o interesse geral. A idéia de associação ao mercado se faz presente exatamente porque os valores processados nas práticas sociais se orientam pela competição entre indivíduos e pela maximização de vantagens para fazer prevalecer os próprios interesses individuais. Nesse quadro valorativo, os institutos políticos coletivos são de reduzida ou nula referência, prevalecendo a versão voluntarista e assistencialista quando se trata de referência à coisa pública. O Estado é minimizado às funções da lei e segurança ou ainda a ações compensatórias sobre situações de miséria e pobreza extremas. No limite, é um Estado liberal e representativo, no sentido clássico do liberalismo (ibidem, p. 75).

A crítica negativa elaborada à ascensão do neoliberalismo resultou, entretanto, no entendimento do associativismo da sociedade civil como tábua de salvação para os "desterros, morosidades e injustiças postos pela burocracia pública e pelo mercado".

> Daí evoluiu-se para a idéia de uma sociedade civil atuante em causas cívicas e na execução e gerenciamento de políticas e programas em colaboração com governos, mas com o objetivo de se contrapor ao próprio Estado. De uma dimensão mais participativa chegou-se à versão gerencial que, apesar de se associar aos governos (e depender deles), reitera a distinção Estado-sociedade civil, tomando-a como reinado genuíno do interesse público. Antes que um paradoxo, trata-se de reiteração da lógica neoliberal que quer desconstruir a idéia do Estado social abordado distintamente na cultura social-democrata do passado e no socialismo ideado e experienciado até anos recentes. Na cultura do novo liberalismo, a sociedade civil substitui o Estado na responsabilização com a questão social, fazendo-a por meio de ações tópicas, fragmentadas e despolitizadas de agentes não-governamentais. A partir desse arcabouço doutrinário, constituíram-se aparatos institucionais como o chamado "terceiro setor" – que emerge nessa dicotomia, sem ser nem Estado nem mercado (Montaño, 2002) (ibidem, p. 79).

Retenha-se brevemente esta observação. Sobre o segundo foco de disputa da sociedade por conta-própria, Barbosa argumenta que a valorização da sociedade civil no Brasil – e na América Latina – vincula-se à luta pela redemocratização após o longo período de ditadura militar. Em seu decurso, considera que houve revisão das práticas políticas do socialismo real e a releitura do conceito de sociedade civil na teoria gramsciana. Daí, sendo a sociedade civil uma arena de conflitos e consensos entre sujeitos sociais, e portanto, lugar de disputa por hegemonia, a esquerda passou ao entendimento que as mudanças sociais fundamentais não se realizariam a partir do "assalto ao Estado", mas por práticas democráticas moleculares que pudessem se espalhar e produzi-las.

Ao mesmo tempo em que esse entendimento se processava, a fragmentação de interesses dos movimentos sociais provocados pela complexidade e heterogeneidade das sociedades latino-americanas exigia que estes criassem formas de transcender as particularizações e de valorizar a convivência social.

Para a autora, estes fatores, juntos, permitiram o surgimento de novos sujeitos políticos (como mulheres, negros, homossexuais, desempregados, etc.), aparatos institucionais, agendas e ações políticas que desestabilizaram o Estado autoritário e propiciaram a renovação do Estado em regime civil, incluindo a participação na CF 88. Por outro lado, esta renovação não foi capaz de romper com aquela dicotomia estabelecida entre sociedade civil e Estado e mercado, tal como expressa nas duas últimas citações. Assim, ela não se constitui como adversa à concepção de sociedade civil de matriz neoliberal:

> A política se confunde com a ética e a idéia de uma sociedade civil homogênea reitera um universo bastante abstrato, dotado de "bons valores", mas distante das possibilidades efetivas de enfrentamento dos conflitos sociais, da luta de classes ou dos desmandos do mercado que atravessam concretamente a sociedade civil e conformam a totalidade social. Ainda que com isso se renovem a idéia de direitos sociais no Brasil e o processo de publicização das demandas sociais de variados sujeitos sociais, seja em termos de agenda, seja de organização institucional e política, valorizando a autonomia e a democracia nas práticas políticas contra o autoritarismo, a tutela e o clientelismo da tradição da formação social brasileira, o debate e a ação política desvirtuam a idéia de luta pelo poder inerente ao conceito de hegemonia gramsciano. Assim, a sociedade civil deixa de ser Estado, o que no caso em questão, despolitiza o enfrentamento da problemática histórica e contemporânea do trabalho, reiterando a cultura da segmentação, da fragmentação e do não enfrentamento de alternativas viáveis de ocupação capazes de subverter a desigualdade social histórica (ibidem, p. 86).

Tomando como referência esse quadro mais geral de transformações na economia e nos ideários, a autora se debruça sobre uma sucessão de pesquisas qualitativas dedicadas às iniciativas de Economia Solidária. A análise da sociabilidade do trabalho do campo, neste momento da tese, permite a Barbosa estabelecer ponderações que, adiante, qualificam a política pública do campo como sancionamento do trabalho precário. São suas principais ponderações:

- a institucionalidade dada às formas de economia social contemporaneamente, à qual se costuma associar a Economia Solidária, visa responder à flexibilização produtiva e à destinação de ocupação e renda para os excluídos do mercado formal de trabalho.
- Com base em Marx, pode-se afirmar que as diversas manifestações da Economia Solidária estabelecem sua vinculação com o capital mediante relações de subcontratação e subsistência. Nas primeiras, aquelas são contratadas pelas empresas capitalistas para a produção de bens e prestação de serviços, realizando trabalho produtivo (que produz mais-valia) ou improdutivo (aquele trabalho que é trocado por dinheiro sem produção de mais-valia, mas que frequentemente permite sua realização). Nas relações de subsistência, o que se tem é a troca de mercadorias por dinheiro no mercado para garantia de objetos e serviços – vinculados produtiva ou improdutivamente ao capital –

necessários à sobrevivência do trabalhador. Elas permitem também a manutenção da rede de reserva necessária para conservar baixo o custo do trabalho; e impõem que o tempo de trabalho dedicado às mercadorias para troca ultrapasse, necessariamente, as necessidades de consumo familiar ("como o aumento da produção de hortaliças para troca, por exemplo").

- Há validade tática em se pensar a coletivização de experiências de trabalhadores informais como tentativa de ampliar o poder de barganha destes no mercado, mas isso não elimina o conflito de classes. Isso ocorre porque não é a propriedade coletiva a definidora da relação que a Economia Solidária estabelece com o capital, mas a relação do tempo social de trabalho que este exige dela.
- O contexto sociopolítico e a ação de agentes externos são extremamente decisivos para a constituição e reprodutividade das experiências de Economia Solidária, embora o discurso elaborado sob seu nome enfatize elementos como autonomia, independência e espontaneidade.
- Nos segmentos com maior complexidade tecnológica, a socialização anterior dos associados no trabalho tipicamente capitalista resulta em dificuldades em organizar a atividade econômica. Entre empreendimentos de tipo mais artesanal, a dificuldade reside na fragilidade da racionalidade laborativa, o que implica em despadronização de produtos e serviços e dificuldades na manutenção de um padrão de qualidade.
- Entre as fábricas recuperadas, costuma-se alcançar resultados econômicos positivos. Isso é mais frequente entre aquelas que mantêm relações de subcontratação. Se de um lado essa situação garante ocupação, do outro limita a autonomia econômica das mesmas.
- Diante da fragilização das condições de subsistência com a precarização do trabalho, a Economia Solidária indica um campo de socialização capaz de favorecer a agregação e humanizar a vida coletiva, dando sentido à inserção social dos indivíduos. Mas, regra geral, com uma viabilidade econômica vacilante, a insegurança social faz-se presente.

Estabelecidas estas ponderações, Barbosa chega à conclusão que o triunfo das iniciativas de Economia Solidária é impossível, e que isso precisa ser reconhecido. Longe de apontar para o socialismo, a Economia Solidária "responde adequadamente às contemporâneas necessidades do processo mais geral de dominação que lhe serve". Ela se apresenta como tentativa de inserção dos trabalhadores no contexto da precarização do trabalho, o que é necessário para a reprodutividade imediata daqueles. A argumentação sobre as suas virtudes, no entanto, ao desconsiderar as condições mais concretas de sua emergência e desenvolvimento, contribui para o consenso do novo ordenamento do capital e para a passivização da luta dos trabalhadores (ibidem, p. 192).

Quanto à assunção pública da Economia Solidária, Barbosa tem uma avaliação muito menos positiva que a entrevisão dos autores antes vistos. Ela se detém, especificamente, na análise da política pública de apoio ao campo executada na esfera nacional de governo para tecer suas considerações.

Com ela, afirma Barbosa que "pela primeira vez o governo assume uma outra via para o trabalho que não o emprego assalariado". Isso seria um marco porque a estratégia pública para a desocupação envolvia políticas voltadas para a condição contrária. Isso indica, para a autora, uma atitude propositiva diante da realidade do trabalho e a sua própria reconceituação. A compreensão desses aspectos exige, antes, considerar a natureza das políticas públicas de proteção social e de trabalho contemporâneas, quais são formuladas num quadro mais geral de fortalecimento do capital e de respectiva debilitação do trabalho.

Conforme a autora, estas políticas trazem consigo a perda de sentido do trabalho protegido e a noção de que a sociabilidade laborativa não se baseia, necessariamente, no assalariamento. E mais: as idéias de que o Estado não promove mais o emprego; que o mercado é responsável por parte considerável da regulação do trabalho; e que a sociedade civil fica como salvaguarda e executora de ações pragmáticas de políticas públicas.

> Trata-se da negação de um sistema único para o trabalho. Assume-se a naturalização da fragmentação e a heterogeneidade do trabalho. Reconhecem-se as variadas atividades informalizadas com que os trabalhadores vão preenchendo a vida como subsistência, e no caso, associadamente a vinculação dessas atividades em coletivos de produção. Ou seja, reconceitua-se a perspectiva de

> trabalho, firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não só em empresas ou autonomamente. Mais que isso, aponta-se esta como opção para qualificar o trabalho informal em termos de produtividade, aumento de renda e proteção social. Assim, a Economia Solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal que sempre marcou a história trabalhista do país e que cresce estruturalmente nos últimos tempos (ibidem, p. 195).

Para Barbosa, a aceitação pública de formas subordinadas de trabalho associado permite, enfim, a emergência de três problemáticas.

Em primeiro lugar, a idéia de "outra economia" no seio da ressignificação do trabalho permite, ao contrário do que se afirma nos escritos de Economia Solidária, que se promulgue "a dualidade de economias diferentes para segmentos sociais diferentes, como hierarquiza o pensamento neoliberal e a própria história brasileira do trabalho". Em seguida, a afirmação desse campo de trabalho nega o próprio assalariamento e as bases da solidariedade social que amparavam a seguridade pública, de modo que ele fragiliza aquela solidariedade e as próprias lutas dos trabalhadores. Por fim, dessa construção ideológica fazem parte protagonistas das lutas sociais no Brasil, os quais, chamados pelo governo Lula para construírem a política pública de Economia Solidária, contribuem para o reforço do horizonte do desassalariamento no país (ibidem, p. 196-7).

***

A tese de Barbosa desconstrói as principais afirmações daquelas antes apresentadas. Para a autora, a Economia Solidária significa a assunção pública de formas subordinadas de trabalho associado mediante os argumentos – que não encontram correspondência na realidade – de que ela eleva e redistribui os rendimentos e avança quanto à proteção social.

Sobre o conteúdo da tese, pode-se afirmar que seu diálogo com a literatura empírica em Economia Solidária, a partir do referencial teórico marxista, provoca uma percepção mais contraditória da realidade do que aquelas vistas nas teses antes percorridas. Por outro lado, há que se considerar que a autora não se detém sobre a literatura de caráter mais teórico sobre o campo, o que talvez limite a assertividade de suas ponderações.

Mais um ponto a ser observado é que Barbosa considera de forma diferente dos autores antes percorridos, e com mais relevo, o papel das transformações recentes do capitalismo no país e no mundo, bem como das forças políticas nacionais no poder quanto à emergência e ao desenvolvimento da Economia Solidária. Embora este seja um caminho profícuo de investigação, parece que através dele Barbosa coloca demasiada responsabilidade no neoliberalismo quanto à explicação dos aspectos materiais e ideológicos do campo. Não por acaso, o texto aqui percorrido pouco se detém nos mecanismos de cooperação constantes das experiências solidárias e suas repercussões extra-econômicas, de forma isolada ou integrada, com origem nas ONGs ou no poder público.

Não se pode deixar de notar, por último, que a análise empreendida no primeiro capítulo desta dissertação encontra correspondência com aquela feita por Barbosa. Maiores afirmações sobre as iniciativas solidárias e a política federal de apoio à luz dela – e das demais teses –, todavia, serão feitas nos próximos capítulos, dedicados à sua investigação.

2.4 Algumas considerações sobre as teses apresentadas.

Expostas as principais teses em Economia Solidária, cabe finalizar este capítulo realizando uma síntese de suas aproximações e diferenças.

Sobre em que as teses se aproximam, pode-se perceber a existência de pelo menos cinco aspectos. O primeiro é que todas as teses vinculam a emergência e o desenvolvimento da Economia Solidária a uma ampla crise na economia, na sociedade e no Estado. Depois, todas identificam a presença de movimentos sociais no nascedouro da Economia Solidária e sua responsabilidade na adoção, por ela, da propriedade coletiva dos meios de produção e de processos democráticos como orientação e prática. Em seguida, todas as teses reconhecem que a Economia Solidária porta uma elevada heterogeneidade de arranjos econômicos, mas, em geral, de baixa densidade tecnológica; e que suas organizações e práticas diferem daquelas exercidas pelas unidades econômicas tipicamente capitalistas. As teses também identificam a articulação de agentes externos às iniciativas solidárias, especialmente as ONGs, para a viabilização de seus projetos. Por fim, as teses

reconhecem que a Economia Solidária amplia a noção de emprego para a de trabalho e renda, o que é subjacente à sua concepção de política pública.

Quanto às diferenças, notou-se que há diversos consensos entre as teses favoráveis à Economia Solidária, de forma que elas serão apresentadas em bloco e antagonizadas com a tese de Barbosa.

A primeira divergência encontrada diz respeito ao caráter da Economia Solidária como forma de organização econômica. Para as teses que lhe são favoráveis, ela representa outra economia, com princípios, valores e finalidades diversas da economia capitalista. Sua marca distintiva é a solidariedade entre os membros partícipes das iniciativas, qual se projeta externamente em auxílio de outros trabalhadores e causas sociais. Para a tese contrária, a Economia Solidária mantém as relações de produção capitalistas mediante a subcontratação e a subsistência. Assim, ainda que portadora de características democráticas, ela não afeta a produção de mais-valia tampouco a reprodução do exército de reserva.

Em consequência, o sentido atribuído à origem da Economia Solidária também é diverso. Entre as teses que lhe são favoráveis, ela é considerada uma resposta autônoma e emancipatória dos trabalhadores à crise. Na tese de Barbosa, a Economia Solidária é uma resposta subordinada, pois as práticas que engendra respondem adequadamente às necessidades histórico-concretas do capital.

Sobre os resultados que a Economia Solidária proporciona, as teses que lhe são favoráveis apontam além do trabalho desalienante, a geração de renda, o aumento da qualidade de vida e a elevação da cidadania. Para Barbosa, ao contrário, a Economia Solidária é capaz de humanizar a vida coletiva, mas é, regra geral, economicamente inviável. Assim, a orientação para articulação com outros sujeitos sociais e instituições é bastante motivada pela dependência (estrutural) de recursos externos.

Quanto ao entendimento da tecnologia na Economia Solidária e sua repercussão na viabilidade econômica das iniciativas do campo, as teses que lhe são favoráveis pouco consideram a inscrição do antagonismo de classes nos meios de produção, afirmando ou supondo que nelas o capital está a serviço do trabalho. Logo, exercitado democraticamente, ele é o fator responsável por garantir a viabilidade econômica das iniciativas.

Na tese de Barbosa, indica-se que na sociabilidade do capital, a viabilidade econômica depende da tecnologia especificamente capitalista, isto é, daquela orientada para a extração de mais-valia. Para a autora, nas iniciativas solidárias, "quanto mais cooperativo o processo de trabalho, maior a debilidade financeira e, quanto maior essa viabilidade econômica, menor o solidarismo, aproximando-se da empresa capitalista"(Barbosa, op. cit., p. 130).

Também se notam dissensos quanto à visão de mercado. Para as teses favoráveis à Economia Solidária, a despeito das transformações sócio-econômicas das décadas anteriores, entrevê-se a partir dela a regulação daquele em bases mais justas. Na tese contrária, pondera-se que a correlação de forças no país, assim como a posição deste na divisão internacional do trabalho, sugere a manutenção de um desenvolvimento capitalista que não conduz a um ambiente mais favorável às iniciativas solidárias.

Sobre a compreensão da Economia Solidária como política pública, entre as teses que lhe são favoráveis supõe-se que aquela ampliação da noção de emprego para a de trabalho e renda implica reconhecer que o trabalho não necessita ser exercido, unicamente, sob a forma assalariada. Abre-se, assim, a possibilidade de garantir de mecanismos públicos para o fomento e a expansão do trabalho associado.

Na tese de Barbosa, a referida ampliação significa a destituição do sentido do trabalho protegido e a fragilização da solidariedade social, na medida em que se impõe o trabalho precário a trabalhadores historicamente desassistidos pelas políticas públicas nacionais.

Por fim, há diferenças quanto às concepções sobre a economia e a sociedade civil. Nas teses favoráveis à Economia Solidária, a primeira é entendida como meio de satisfação de necessidades materiais que se encontra em situação de descontrole social. O que se vislumbra é que a economia atinja uma posição de equilíbrio com outras esferas da vida. Já a sociedade é praticamente afirmada como equivalente aos movimentos sociais. Suas práticas são sinônimas, por exemplo, de reciprocidade e solidariedade, elementos estes que conformam uma atuação política na perspectiva da justiça social e da preservação do "mundo da vida". Dito de outro modo, de disciplinamento da economia e do Estado pela sociedade.

Na tese de Barbosa, a economia (política) é historicamente localizada na sociabilidade do capital, cuja marca é a conquista da materialidade mediante a exploração da classe trabalhadora pela burguesia; e condiciona os processos sociais, entre os quais os políticos e ideológicos. Assim, a economia não é hodiernamente desequilibrada, mas especificamente caracterizada pelas contradições e antagonismos do modo de produção capitalista. Inclusive, o que se pensa sobre ela na atualidade – especialmente no âmbito da Economia Solidária – relaciona-se ao rebaixamento das condições de vida e das aspirações políticas da classe trabalhadora provocadas pela reorganização estratégica do capital das últimas décadas.

A sociedade civil, por sua vez, é entendida como portadora de instituições que garantem a hegemonia burguesa, mas atravessada pelas contradições de classe. Dela faz parte o Estado, ao qual ascendem grupos com poder e demandas sociais diversas.

Apresentadas as teses, seus temas e questões, pode-se agora avançar na literatura empírica em Economia Solidária para que se indique o quanto elas se afastam, se aproximam ou se complementam na explicação da realidade.

3. AS INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

Discutidas as mudanças estruturais que propiciaram o surgimento e desenvolvimento da Economia Solidária, assim como as teses que buscam interpretá-la e justificá-la, pode-se agora avançar na busca de respostas aos questionamentos colocados por esta dissertação.

Como anunciado na introdução, aqui se quer investigar os determinantes da (in)capacidade de geração de bem-estar econômico das iniciativas solidárias aos seus associados, de forma participativa e articulada ao enfrentamento de problemáticas públicas. Vê-se que isso significa, em outros termos, averiguar o potencial explicativo das teses antes apresentadas.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir uma resenha da literatura sobre as principais características das iniciativas econômicas da Economia Solidária e, depois, uma primeira avaliação das aproximações e distanciamentos que aquelas teses possuem quanto a esta realidade. No transcurso da resenha, e como meio de realizar a discussão posterior, as características elencadas serão cotejadas com as categorias marxianas "trabalho" e "salário", e com estudos mais recentes que captam sua atualidade.

Sobre a escolha do referencial teórico, cabe uma breve consideração. Como se viu na apresentação das teses em Economia Solidária, entre todas aquelas que lhe são favoráveis, nenhuma localiza o caráter do trabalho que esta realiza no seio do processo de produção capitalista. Ponderou-se que o pensamento marxiano, ao permitir aquela localização em toda e qualquer unidade econômica, também desvenda o sentido fundamental do trabalho nesta forma social de produção: a criação de trabalho excedente, ou mais-valia, para a acumulação privada de capital. Ora, se na aplicação das categorias "trabalho" e "salário" às experiências de Economia Solidária visualiza-se que este sentido fundamental se altera ou está se alterando, abrem-se as portas para identificar seu caráter como anticapitalista e/ou socialista. Se ele não se altera, podem-se apontar os meandros da subordinação da Economia Solidária ao capital, o que também significa evidenciar os

eventuais equívocos das referidas teses. É com essa perspectiva metodológica, portanto, que a argumentação a seguir se constrói.

Ainda nesse âmbito, considerou-se que embora a tese contrária à Economia Solidária como novidade e alternativa social referencie-se em elementos do mesmo arcabouço teórico para tecer seus argumentos, realizar outro esforço analítico poderia revelar nuances diferentes sobre aquela. Dito de outro modo, acreditou-se que não havendo divergências essenciais desta abordagem com a referida tese, o presente trabalho poderia lhe complementar.

Por último, cabe dizer que o capítulo seguinte, dedicado à análise do SIES, finaliza a análise aqui iniciada.

O presente capítulo divide-se em duas partes, na ordem das atividades anunciadas.

3.1 Principais características das iniciativas econômicas da Economia Solidária e seu lugar no processo de produção capitalista.

O primeiro capítulo desta dissertação aponta que o rebaixamento das condições de vida desencadeado pelas transformações sócio-econômicas das últimas décadas contribuiu para a emergência da Economia Solidária no Brasil. A maioria dos estudos com que esta pesquisa se defrontou confirma a interpretação, apontando o desemprego e a necessidade de complementar renda como os principais motivos de criação das iniciativas do campo.

Mas motivos não imediatamente "utilitários" também são apontados. São exemplos: relações de amizade, parentesco e vizinhança com pessoas que já desenvolviam atividades sob a forma associativa; vínculos com organizações comunitárias; o desejo de desenvolver uma atividade em que todos são donos; e a possibilidade de obter maiores ganhos sob a forma associativa (Gaiger, 2004a; SEI, op. cit.; MTE, 2006; Pinto, 2006; Acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, op. cit.)

Quanto aos participantes, a literatura indica que as iniciativas compõem-se de pessoas com acesso errático ou que jamais acessaram o mercado de trabalho, com baixa escolaridade formal, despreparo técnico-profissional e idade entre 30 e 50 anos. A participação de mulheres, ainda que menor que a dos homens, é considerada significativa, e não de forma incomum, associada à luta contra o machismo. Também se relata que a presença de negros e/ou pardos é muito maior que a de brancos (Vieitez, Dal Ri, op. cit.; Gaiger, 2004c; Pinto, op. cit.; Acompanhamento..., op. cit.; Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, 2007).

Sobre as atividades econômicas, a maioria das experiências concentra-se em segmentos de baixa densidade tecnológica, como costura, coleta seletiva e reciclagem, alimentação, artesanato, agricultura e prestação de serviços diversos. Alguns estudos indicam, aliás, que quanto menor a densidade tecnológica e/ou mais assemelhada a atividade econômica ao trabalho doméstico, maior a presença feminina (SEI, op.cit.; Vieitez, Dal Ri, op. cit.; Novaes, 2007; Lima, 2007).

A informalidade parece bastante presente. Em levantamento recente do PRONINC, por exemplo, de uma amostra de pouco mais de 300 coletivos assessorados, 45% declararam-se informais. Foram considerados fatores de favorecimento dessa condição as exigências legais para a formação de cooperativas e a elevada carga tributária. Em outros estudos, indica-se que especialmente grupos rurais e aqueles vinculados a produção de alimentos possuem dificuldades em cumprir as exigências para aquisição do selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e para adequar-se à resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária de boas práticas de serviços de alimentação, respectivamente (Gaiger, 2004a; Diagnóstico..., op. cit.).

A fragilidade econômica, ao que tudo indica, é a regra geral de funcionamento da Economia Solidária. O primeiro estudo qualitativo realizado a respeito na Região Metropolitana de Salvador e Litoral Norte, com 38 iniciativas, pode ilustrar dimensões desse aspecto. Vejam-se:

- os recursos para criação das iniciativas originaram-se, em sua maior parte, dos associados, mas doações realizadas por governos, ONGs, igrejas, etc, mostraram-se bastante relevantes para os primeiros investimentos.

- A maioria delas funcionava, no momento da pesquisa, em lugares emprestados.
- Embora considerados como adequados pelos seus associados, as máquinas e equipamentos das iniciativas tinham seu bom aproveitamento restringido por fatores como ausência de capital de giro, inaptidão para seu uso e qualidade das instalações.
- Havia dificuldades na comercialização dos produtos, provocados por fatores como falta de experiência; dificuldade de encontrar compradores; dificuldade de manter o fornecimento; falta de escala de produção para atendimento de grandes clientes; e dificuldade em fazer frente ao preço praticado pelos concorrentes.
- Poucas iniciativas possuíam clareza do ponto de equilíbrio da atividade que realizavam.
- Quase todas elas não reservavam fundos para manutenção ou depreciação das suas máquinas e equipamentos.
- Menos da metade das iniciativas pesquisadas obtinham sobra (SEI, op. cit.).

Os relatórios de acompanhamento do PRONINC de 2007 acrescentam outros aportes sobre as dificuldades econômicas das iniciativas solidárias. Entre aquelas atendidas pelo Programa, verificou-se, primeiro, que a baixa densidade tecnológica impunha aos seus produtos baixa agregação de valor. Segundo, que os equipamentos de produção, apesar de pertencerem às iniciativas, eram defasados tecnologicamente. Terceiro, que havia dificuldades de comercialização, evidenciada em aspectos como a inexistência ou debilidade de estratégias e instrumentos de marketing, falta de qualidade dos produtos e serviços e limitações institucionais e operacionais para a participação em licitações públicas. Ademais, observou-se que pouquíssimas iniciativas comercializavam entre si. Por fim, as iniciativas possuíam dificuldades de financiamento, o que se expressava no difícil acesso, na inadequação e/ou nos altos custos das fontes financeiras convencionais e não-convencionais que em tese poderiam acessar (bancos, cooperativas de crédito e instituições de micro-crédito) (Acompanhamento..., op. cit.; Diagnóstico..., op. cit.)

A literatura indica que as fábricas recuperadas, a despeito do maior nível de densidade tecnológica, repetem diversos destes elementos de fragilidade econômica (Vieitez, Dal Ri, op. cit.; Tauile, Rodrigues, op. cit.; Pinto, op. cit.).

Como reflexo da fragilidade econômica e da baixa escolaridade de seus participantes, diversas iniciativas solidárias demonstram uma grande fragilidade organizativa. São aspectos que ilustram essa condição: pouco uso de registros e anotações; daí, a dificuldade em mensurar a entrada e saída de fluxos financeiros e materiais; dificuldades em realizar planejamentos consistentes; rotatividade dos membros, especialmente quando há demora na geração de excedentes ou pela "atração à carteira assinada"; e dependência de apoios externos, ora gerenciais, ora financeiros (SEI, op. cit.; Souza, G., 2005).

Também como rebatimento da fragilidade econômica, resulta que a remuneração auferida pelos membros das iniciativas solidárias é quase sempre apontada como baixa e/ou de ocorrência incerta. Por isso, parte dos seus trabalhadores é beneficiária de programas governamentais de transferência de renda; ou possui outras estratégias pessoais e/ou familiares de reprodução.

Entre aquelas que apresentam remunerações maiores que a média do mercado, há diferenciações conforme a produtividade individual e/ou realização de processos de trabalho mais complexos. Frequentemente, trata-se de fábricas recuperadas fornecedoras de mercadorias a outras empresas (Vieitez, Dal Ri, op. cit.; Souza, G., op. cit.; Pinto, op. cit.; Acompanhamento..., op. cit.; Diagnóstico..., op. cit.; Novaes, op. cit.)

Encontrou-se na pesquisa de Novaes (op. cit.) sobre a Cooperativa Nova Esperança (CONES) – fábrica paulista do setor têxtil com 259 cooperados e 90 contratados em abril de 2005 –, uma ilustração sobre essa última situação:

> Nós partimos do seguinte princípio, cada um merece ganhar pela sua responsabilidade, pelo seu trabalho. Você não pode, por exemplo, colocar um coordenador de tinturaria que é um cara que tem faculdade, conhecimento e uma responsabilidade de toda uma produção na mão. Você não pode logicamente pagar a ele igual ao que você paga a um operador da máquina. Nós temos esse pensamento. Tem tantas empresas que querem pagar um pagamento igual, não sei por quanto tempo que elas conseguem isso. Eu tenho esse coordenador de tinturaria, ele ganha na faixa de 2700. O mercado paga hoje para uma pessoa do nível dele, dependendo do tamanho da empresa, mais de 4000 reais. Eu não posso

> pagar todos os operadores de máquinas 2700 que nem ele, eu vou ter um sério problema de custo, minha empresa quebra. Porque eu estou concorrendo com outra, eu não estou concorrendo com cooperativas, estou concorrendo com o mercado, e o mercado aí fora tem faixas salariais. Operador de máquinas ganha 400, o cara que trabalha em compras ganha piso[da categoria], o da contabilidade ganha isso, o gerente ganha tanto e acabou. Ele prepara a fábrica dele para ter um custo que lhe permita vender o produto pra ele continuar sobrevivendo, renovar seu parque industrial, máquinas, etc. Então eu tenho que trabalhar mais ou menos igual ao que nossos concorrentes trabalham. Se não ninguém vai comprar de mim porque eu chamo Cooperativa Nova Esperança, então eu não posso nem nivelar todos pelo mais alto e nem nivelar o alto pelo mais baixo, senão eu não dou três meses pra esse cara estar fora da empresa. E quem é que eu vou trazer para fazer isso? Quem eu vou colocar no lugar dele?(Presidente da CONES, 2005 In: Novaes, op. cit, p. 250-1).

Descontinuidades quanto a situações como esta, no entanto, são colocadas às experiências solidárias em razão da estrutura e gestão democráticas que preconizam. Nesta mesma empresa, a desigualdade salarial diminuiu por conta da pressão exercida pelo chão de fábrica. Sendo maioria nas assembléias, esses trabalhadores passaram a votar, seguidamente, por aumentos reais nas suas retiradas, enquanto votavam por aumentos muito menores para aqueles dedicados às atividades administrativas.

Na pesquisa de Pinto sobre treze fábricas recuperadas, encontrou-se uma reflexão sobre a contraditoriedade entre aquilo que se vislumbra no processo de trabalho e gestão da Economia Solidária e aquilo que ocorre em seu exercício prático.

Conforme o autor, os pontos de partida para a gestão e o processo de trabalho democráticos nas fábricas recuperadas encontram-se (i) na cooperação necessária para a defesa dos postos de trabalho e da renda no nascimento do empreendimento; (ii) na propriedade coletiva dos meios de produção; e (iii) na produção de benefícios compartilhados. Esses elementos favorecem, no âmbito da gestão e do processo de produção, o aumento da cooperação, da responsabilidade e do empenho no trabalho; a descentralização de informações e o compartilhamento de decisões; concorrem para que os associados valorizem a condução do próprio trabalho e sintam-se participantes do negócio. Isso repercute, por sua vez, na preocupação dos trabalhadores com a elaboração de um produto próprio ou com a diversificação da produção.

De outro lado, Pinto pondera que a referência de trabalho das fábricas recuperadas é a hierarquia empresarial. Dessa forma, há trabalhadores que identificam a

ausência de responsabilidades vigente sob o trabalho assalariado como uma característica positiva; e por oposição, a presença de responsabilidades na fábrica recuperada como onerosa. Para o autor, isso se deve ao não-reconhecimento da gestão como parte mesma do processo de trabalho. Resultados econômicos pouco satisfatórios tendem a aumentar essa percepção, ou ainda, bons resultados econômicos podem não garantir maior participação dos trabalhadores se eles não se sentirem responsáveis por ele. Disso decorre o perigo de "se recair na subordinação à chefia, no personalismo, ou na atribuição a um líder a condição da organização".

O que se tem, em suma, é uma "descontinuidade democrática" em relação às empresas comuns acompanhada de um comportamento ambivalente do trabalhador: oscila-se entre a disposição para tomar parte da gestão e cooperar na produção e o comportamento de "ser empregado" (Pinto, op. cit., p. 142-160).

Há que se notar que a heterogeneidade do processo de trabalho nas iniciativas de Economia Solidária de baixa densidade tecnológica é menor. As possibilidades de organizá-lo, por seu turno, são diversas: na maioria delas não há uma separação nítida do trabalho com os meios de produção, situação diferente, portanto, do que se vê nas fábricas recuperadas. Conforme estudo realizado na Bahia, antes citado, há pelo menos cinco formas de socializar o trabalho neste tipo de iniciativa:

- há experiências que produzem e comercializam individualmente, mas com equipamento de uso coletivo. É o caso, por exemplo, de uma associação estudada que dispõe de um trator para uso comum.
- Há aquelas que produzem alimentos para consumo dos próprios associados.
- Há aquelas que produzem coletivamente e vendem individualmente.
- Há experiências que produzem e vendem coletivamente. Esse caso e o imediatamente anterior foram observados na produção de farinha.
- E por fim, há experiências em que se produz individualmente e se vende coletivamente, como faz uma central de comercialização com a produção regional de laranja (SEI, op.cit.).

O arranjo escolhido termina variando em função de especificidades como a localização (rural ou urbana), o tipo de produto e/ou serviço ofertado, da própria experiência de trabalho dos participantes das iniciativas, entre outras.

No que diz respeito às condições de trabalho, a literatura identifica pelo menos quatro aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a jornada de trabalho pode ser percebida como intensa, porém mais gratificante que o trabalho assalariado. Em segundo lugar, o trabalho pode ser considerado insalubre, mas muito melhor que as experiências de trabalho anteriores. Em terceiro lugar, o ambiente de trabalho é visto como de necessária união, contudo, "cheio de fofoca". Por fim, o trabalho é tido como gratificante, mas não portador de direitos sociais.

Quanto à jornada de trabalho, a pesquisa de Pinto (op. cit.) nas fábricas recuperadas revela que 56% dos trabalhadores trabalham mais de 8 horas e 21% mais de 12 horas por dia. De outro lado, frases como "a gente só sabia trabalhar, não sabia o que era produzido", expressam valorização da nova rotina em relação ao trabalho assalariado (Pinto, op. cit., p. 167). Na pesquisa de Christiane Nunes (2004) sobre iniciativas solidárias do Distrito Federal, vê-se que os horários de trabalho das cooperativas também são mais extensos que aqueles das empresas, mas os resultados alcançados pela organização dos grupos – renda fixa e regular, fundos para a proteção social, melhoria das condições de trabalho – sugerem que essa é uma condição pouco observada (Nunes, C., 2004).

Sobre a insalubridade do processo de trabalho, ela mostra-se mais evidente nas iniciativas de coleta seletiva e reciclagem. Veja-se o caso da Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Lixo de Aracaju (CARE), criada em 1999 no bairro de Santa Maria, periferia da capital sergipana.

Conforme relato dos cooperados entrevistados (de um total de 30) o processo de trabalho os expõe a algumas doenças, especialmente as de pele. A ida para a cooperativa, entretanto, os retirou da exposição à chuva, à sujeira, à violência, etc, tal como expressos nos seguintes depoimentos: "aqui melhorou 100%, não tem aquela lameira"; "no lixo vivia sujo"; "aqui é bom porque não tem lama, não trabalha no sol, não tem muita sujeira" (Vasconcelos, 2005, p. 120).

Sobre o convívio no local de trabalho, a pesquisa de Christiane Nunes (op. cit.) aponta que as relações estabelecidas entre os associados remetem a um clima familiar:

> Na maioria dos EES visitados, foi percebido um clima de mais companheirismo, mais ânimo e mais respeito, se comparado às formas heterogestionárias. Para usar uma metáfora, diríamos que a forma mais se parece com uma casa de família (onde há um centro), do que com uma estrutura vertical, institucional [...] Nas cooperativas, existe uma autorização de se compartilhar, por exemplo, vivências e emoções da vida cotidiana. Diríamos até que esse aspecto é um dos mecanismos integradores privilegiados. O trabalhador aparece menos fragmentado (Nunes, C., op. cit., p. 242-3).

Alternativamente, encontram-se relatos de um ambiente de trabalho em que as relações não ocorrem de forma tão tranqüila. Retornando à situação da CARE,

> Os depoimentos mostram que existe um clima de tensão constante entre os cooperados como também em relação à presidente, conforme mostram as falar a seguir: "falta união, tem muita fofoca e briga. Um quer ser sempre mais que o outro. Trabalhar numa cooperativa é trabalhar unido, é ter respeito pelo outro".[...] "Aqui tem muita desunião. Se a pessoa vai ao banheiro, outro fica dizendo: olhe, fulano ainda não veio, olhe, está enrolando. Nem todos são unidos, uns querem fazer o que querem, outros mandam nos outros".[...] As intrigas são muito mais porque um acha que está trabalhando mais que o outro, um quer ser mais que o outro".[...](Vasconcelos, op. cit, p. 123).

Por último, vê-se que mesmo nas iniciativas com rendimentos maiores, não se processa uma relação direta desses com a seguridade social pública. Duas situações podem ser encontradas: a dissociação dos custos previdenciários da formação de preço das mercadorias; ou certo desconhecimento, quiçá reticência, de como viabilizar esse direito. Sobre o primeiro aspecto, veja-se novamente uma observação da pesquisa de Nunes:

> [...] existem igualmente cooperativas que nascem sob a forma de terceirizações, que permitem, por parte da empresa contratante, uma economia considerável no custo dos encargos sociais do empregado. Esta é uma forma de usar a lei para burlar os direitos do trabalhador.
> Nesse aspecto, uma dificuldade das cooperativas é o fato de não contabilizarem, no seu desenvolvimento de curto prazo, os custos dos encargos sociais. A negociação do valor do trabalho se faz até o ponto em que não se pode diminuir mais a renda. Uma situação em parte herdada da realidade do setor informal, que quase nunca tem acesso à proteção social, o que deixa tal precariedade familiar aos associados. Por imposição das regras do mercado, os preços não permitem margem de manobra, mas essa é uma das metas a serem alcançadas. Os riscos da

> vida do trabalhador devem ser assumidos coletivamente. Essa foi uma das lutas mais importantes da fase do assalariamento (Nunes, C., op. cit., p. 253).

No estudo de caso de Vasconcelos já aqui utilizado, a autora mostra que na CARE a contribuição dos trabalhadores ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sob a forma de autônomos não têm ocorrido. Os cooperados não discutiam o assunto entre si e, de forma dependente e subordinada, esperavam que um funcionário do Ministério Público envolvido com a cooperativa desde o princípio solucionasse a situação (Vasconcelos, op. cit., 121-2).

É razoável supor que as condições de trabalho aqui descritas encontram menor correspondência com a rotina de organizações econômicas rurais. Tomando como referência a ponderação de Kraychete (2006), pode-se afirmar que, em razão das formas de alienação do trabalho, do desemprego e da pobreza no espaço específico da cidade, iniciativas solidárias urbanas têm uma urgência bem mais intensa para a realização de resultados econômicos positivos, sobretudo quando seus associados não possuem nenhuma outra fonte de renda. Disso decorre que elas podem aceitar subordinações sociais mais intensas. Em outro sentido, no meio rural, se uma atividade de agricultores familiares voltada para o beneficiamento ou comercialização coletiva, por exemplo, não obtêm êxito, tem-se a opção de retorno à forma anterior de inserção mercantil, mesmo que ela signifique vender para o atravessador local (Kraychete, 2006).

Pesquisas sugerem, aliás, que no meio rural a Economia Solidária permite um reforço quanti-qualitativo da produção para autoconsumo e/ou o aperfeiçoamento de estratégias de comercialização da produção familiar. Indicações dessa tendência podem ser ilustradas através de depoimentos de trabalhadores da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana.

Inaugurada em novembro de 2001 com apoio da Comissão Pastoral da Terra, da Cáritas e do mandato do deputado estadual Frei Anastácio, a Feira é formada por trabalhadores oriundos de quatro assentamentos da região e mais um acampamento de João Pessoa:

> Teve essa Romaria da Terra agora. Eu só consegui ir pra essa Romaria porque eu estava participando da Feira. Tem também os animais como o gado [que] a gente só está conseguindo manter por causa dessa renda da Feira. A gente está

> mantendo as nossas coisas como cabra, galinha, porque se não fosse essa Feira, ficava mais difícil. O que tinha ia logo vendendo. É o que acontece muito nos assentamentos, a pessoa tem gado e vende pra comer porque não vai ficar morrendo de fome. E a gente consegue segurar, não vende por causa que a gente tem a renda da Feira.
>
> A mudança é grande. Comprei um fogão, já paguei com o dinheiro da minha horta. Tem muitas coisas. Já fiz meu exame de vista com dinheiro da minha horta, entre tudo custou uns trezentos reais, tudo com o dinheiro da horta, sem contar com a Feira que eu faço. É minha renda, graças a Deus, eu estou satisfeita e tenho fé em Deus de dobrar (Neuraci e Josefa Mota In: Oliveira, 2005, p. 96)

Alerta-se, conquanto, que as experiências desenvolvem-se em uma estrutura agrária e de políticas públicas bastante adversa à agricultura familiar. Os latifúndios, a predominância de políticas para o agronegócio, a lentidão da reforma agrária e a ausência de políticas que contribuam para a fixação das famílias no campo em ocupações agrícolas são apontados como elementos desse cenário. Cabe observar, de outro lado, que a expansão do PRONAF nos últimos anos tem dado fôlego às iniciativas de agricultura familiar vinculadas ou não à Economia Solidária.

Retornando à percepção do trabalho nas iniciativas, vê-se que há nos mais diversos estudos a valorização de aspectos subjetivos e objetivos que elas proveriam, tanto da parte dos associados, como dos pesquisadores. Destacam-se as percepções de que a Economia Solidária provoca:

- *o aumento da auto-estima e "abertura de novos horizontes"*. Relata-se que entre os associados das iniciativas solidárias encontram-se pessoas satisfeitas por: ter acesso a lugares que jamais tiveram, como as universidades; por terem realizado viagens a outros estados via Economia Solidária; por terem conhecido outras pessoas e iniciativas do movimento; por terem retornado a estudar; e por terem ampliado sua visão de sociedade e de cidadania.
- *A ampliação do aprendizado profissional.* Encontram-se nas experiências solidárias pessoas que não sabiam realizar determinado trabalho e que passaram a efetuá-lo após participarem das iniciativas.
- *Novas oportunidades de socialização.* Por iniciativa própria e sob patrocínio estatal, sobretudo, um dos caminhos trilhados pelos usuários de serviços de saúde mental, de deficientes físicos, de egressos do sistema prisional e de ex-

catadores de lixões têm sido a geração de renda segundo a Economia Solidária. Mas mesmo públicos menos específicos consideram as iniciativas do campo como porta de saída para a o trabalho precário, o desemprego, a discriminação, o isolamento social, etc.

- *Mudanças nas relações de gênero e etnia*. Em diversas iniciativas encontram-se negros e mulheres, também negras, na direção. Há o argumento de que, inclusive, "o ambiente autogestionário possibilita oportunidades de inserção social mais democráticas [...]"
- *Mudanças nas relações entre gerações*. Especialmente no campo, parece haver entre os mais velhos a preocupação de manter os jovens nas mesmas atividades que realizam. Por isso, eles têm sido deliberadamente integrados à produção e gestão de iniciativas de Economia Solidária.
- *Mudanças no trato com o meio ambiente*. Diversas iniciativas no campo orientam-se por um manejo menos agressivo à natureza, como é o caso da produção agroecológica e da destinação adequada de resíduos da produção.
- *Articulações com movimentos sociais*. Estudos sugerem que desde o nascedouro das iniciativas solidárias ou por ocasião de seu desenvolvimento, as articulações com os movimentos sociais orientam-se para garantir-lhes viabilidade econômica; para apoiar-lhes na resolução de problemas comunitários; ou para avolumar as lutas sociais. Os fóruns de Economia Solidária parecem ser os locais privilegiados para elaboração dessas conexões (Vieitez, Dal Ri, op. cit.; Gaiger, 2004a; Oliveira, op. cit.; Souza, G., op. cit.; Novaes, op. cit.; Pinto, op. cit.; Acompanhamento..., op. cit.; Diagnóstico..., op. cit.).

Finalmente, para compreender que posição ocupa a Economia Solidária diante do processo de produção capitalista é preciso, primeiro, adentrar nas categorias marxianas que tratam da função de trabalho em seu interior: o trabalho produtivo, o trabalho improdutivo e o trabalho que não é produtivo nem improdutivo. Depois, faz-se necessário adentrar em duas formas possíveis de manifestação daqueles tipos de trabalho: as relações de subcontratação e as relações de subsistência.

De acordo com Marx, na sociedade capitalista é produtivo todo o trabalho produtor de mais-valia (valor), isto é, aquele que mediante compra (exploração) da força de trabalho, produz mais do que o trabalho materializado que é pago ao trabalhador (trabalho excedente). É aquele trabalho que, para o trabalhador, "apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital".

Já o trabalho improdutivo é aquele cujo resultado não implica na produção de mais-valia, mas na troca direta de dinheiro por trabalho. Esse é comprado na forma de serviço para a realização de valor para o capitalista; ou para a realização de um trabalho específico, para o capitalista ou o trabalhador (inclusive aqueles "obrigatórios", realizados pelo Estado via pagamento de impostos). Nesta troca o que há é um dispêndio de rendimentos por mercadoria, de funcionamento do dinheiro como meio de circulação, e apenas isso.

Há ainda o trabalho que se caracteriza por não ser produtivo ou improdutivo ao capital. É o caso dos produtores independentes de mercadorias que, nem assalariados nem empregadores, e proprietários de seus meios de produção, trocam aquelas por dinheiro. Não se trata, por isso, de venda de força de trabalho. A tendência do modo de produção capitalista, porém, é a dissociação da propriedade dos meios de produção e do trabalho. Daí a hipótese de que aquele que se encontra sob esta condição se transforme pouco a pouco num pequeno capitalista que também explora trabalho alheio ou que perca seus meios de produção (Marx, 1985, p. 384-406).

As relações de subcontratação podem ser encontradas sob as formas do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo. Já as relações de subsistência são encontradas segundo o trabalho não-produtivo e não-improdutivo. Comece-se pela primeira afirmação.

As relações de subcontratação tal como praticadas hoje no mercado têm origem na crise do taylorismo-fordismo dos anos 1970. Daí em diante, a reestruturação produtiva das empresas propiciou que a subcontratação se difundisse em suas atividades-meio, como segurança, transporte, alimentação, entre outras; e nas atividades-fim, caracterizadas por

serem internas ao processo produtivo. As últimas produzem mais-valia e as primeiras, como se vê, viabilizam sua produção ou realização.

Com apoio das inovações nas tecnologias de informação e comunicação, na logística, entre outras, a subcontratação permitiu às empresas serem mais flexíveis e adaptadas às oscilações do mercado e então, mais lucrativas. Para as relações de trabalho, no entanto, ela provocou mais retrocessos que avanços: poucos trabalhadores desfrutam de reduzida jornada de trabalho, alta remuneração e estabilidade ocupacional, enquanto a maioria vivencia exatamente o oposto – extensa jornada, baixos salários e elevada rotatividade[23] (Pochmann, 2007).

No Brasil, o baixo dinamismo macroeconômico decorrente da inserção subordinada na globalização impôs à maioria das suas empresas um comportamento muito menos autônomo quanto à reestruturação produtiva do que aquele verificado nos países centrais. Aqui, a preocupação principal das empresas tem sido sobreviver. Deste modo, a subcontratação aplicada afirma aqueles retrocessos, intensificando o uso predatório da mão-de-obra como forma de obtenção de ganhos adicionais de produtividade.

Especialmente após o Plano Real, a subcontratação avançou nas atividades-fim do processo produtivo. Num movimento mimético, o Estado também passou a adotá-la como mecanismo de redução de custos, ao invés de contratar servidores públicos.

Sobre as relações de subsistência, elas encontram-se no trabalho que não é produtivo nem improdutivo ao capital. Conformam um conjunto de atividades econômicas que propiciam meios para a sobrevivência dos que nela se engajam: parte da produção é destinada ao autoconsumo e outra parte para a comercialização, com inexpressiva geração de excedentes monetários. Assim, ainda que não propiciem diretamente a valorização de capital, as relações de subsistência subordinam-se a ela mediante a reprodução do exército de reserva; e a realização de trabalho excedente destinado à produção de mercadorias adequadas para o intercâmbio (Barbosa, op. cit; Delgado, 2009).

Percorridos estes conceitos, constatou-se na revisão da literatura empírica em Economia Solidária que ela avançou através de relações de subcontratação e de relações de

[23] Pochmann utiliza, no texto original, terceirização como sinônimo de subcontratação. Para uniformização da linguagem, aqui se utilizou apenas o segundo termo.

subsistência. A primeira condição, no que se refere ao trabalho produtivo, é vista na Coopercaso, cooperativa de confecção de jeans do interior do estado de São Paulo.

A Coopercaso foi criada entre 1996 e 1997 por ocasião do fechamento de uma planta industrial de uma das maiores e mais tradicionais empresas daquele ramo no país, a Jeans SA[24]. Após a demissão de todos os trabalhadores por essa última, a cooperativa foi criada por cerca de 300 deles para prestar serviços à própria Jeans SA na mesma planta, com o mesmo tipo de produto e processo de produção, mediante cessão do espaço, máquinas e equipamentos em regime de comodato.

Pouco tempo depois de iniciar suas atividades, a Coopercaso passou a integrar uma rede internacional de comércio justo[25], vendendo produtos na Europa com o slogan "feito sem exploração do trabalho"; e abriu uma filial num prédio alugado em um município próximo, com cerca de 40 cooperados. Em 2001, com novo fôlego da indústria têxtil e de confecções, a Jeans SA "chamou de volta" todos os funcionários anteriormente demitidos e retomou a planta cedida à Coopercaso, de forma que lhe restaram apenas 30 associados.

A unidade que era filial, então, passou a ser a sede da cooperativa. Até 2007, conforme estudo em que aqui se baseia, a subordinação da Coopercaso à Jeans SA permanecia, sendo essa empresa dona de 50% do seu maquinário e sua única cliente (Mondadore, 2007).

Na opinião do gerente da Jeans SA, este processo desencadeou-se por conta de uma necessária redução de custos de mão-de-obra como remédio à crise dos anos 1990. Por isso, a subcontratação de todo o seu processo produtivo – via cooperativas formadas pelos seus antigos empregados – e a concentração de suas ações apenas na gestão da matéria-prima e na comercialização. Em 2001, retomar a planta da Coopercaso também teria sido uma escolha fundamental, pois somente ela fornecia as condições imediatas para que a Jeans SA se integrasse à rede de produção de uma marca de jeans mundialmente famosa. Além disso, manter a unidade restante da Coopercaso teria sido igualmente importante, pois sua planta possuía flexibilidade produtiva.

[24] Os nomes Coopercaso e Jeans SA são fictícios.
[25] O comércio justo pode ser definido, sinteticamente, como o comércio orientado pela produção sustentável quanto ao meio ambiente e orientada para a justiça social.

Para a presidente da Coopercaso, ao contrário, a idéia de fundação da cooperativa partiu dos funcionários e foi aceita pela Jeans SA. E em 2001, com a retomada da planta pela empresa, a permanência dos associados na cooperativa deveu-se à opção pela autonomia e pelo cooperativismo. Seriam mostras dessa opção: (i) o desenvolvimento de um sistema de retiradas que reconhece a função que o cooperado exerce na cooperativa e o que ele eventualmente receberia no mercado, qual se tornou referência para a ANTEAG; (ii) a participação em congressos de autogestão, inclusive de abrangência internacional; e (iii) o planejamento para a produção própria, visando atingir consumidores que se preocupam com o trabalho digno, o meio ambiente e a qualidade de vida (Mondadore, op. cit., p. 236-7).

Quanto à relação de exclusividade com a Jeans SA, a presidente afirmou que ela justifica-se pela única célula de produção que possui a cooperativa: a condição impossibilita a produção de vários modelos ao mesmo tempo. Para transformá-la, seria necessário mudar todo o layout da fábrica, e com isso se perderiam dois ou três dias para arrumá-la de um produto para o outro.

Há, de todo modo, a tentativa de negociação de melhores preços com a Jeans SA. As remunerações da Coopercaso, inclusive, são maiores que a média recebida pelos trabalhadores da cidade em que está instalada e há demanda para que ela aumente seu número de associados.

O que se pode observar até aqui? A existência de uma produção orientada por processos democráticos, mas que materializa um produto estandardizado que se conecta às cadeias mundiais de subcontratação. Para a empresa contratante, vê-se que não interessa exatamente quão horizontalizada é a Coopercaso, mas o cumprimento do seu papel de produtora de mais-valia. Esse papel, em especial, se dá sob a aparência de um contrato "entre iguais" – o comprador e os vendedores organizados. O exame da categoria marxiana salário por peça e da sua atualização por pesquisadores marxistas contemporâneos elucida esse mecanismo de subcontratação tão favorável à Jeans SA.

Para Marx, o salário é a quantidade determinada de dinheiro que o capitalista paga ao trabalhador para dispor de sua força de trabalho na produção de mercadorias por determinado espaço de tempo. Ele é, portanto, a representação monetária da soma dos

meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador, embora seja pago com a aparência do valor que o trabalhador gera em toda a jornada de trabalho. Conforme o autor, há duas formas principais de salário: o salário por tempo e o salário por peça. A referência de cálculo desses montantes é o preço do trabalho, encontrado dividindo-se o valor diário médio da força de trabalho pelo número de horas da jornada média de trabalho. O preço da hora de trabalho obtido serve de unidade de medida para formar o salário (nominal) por tempo. Dessa forma, "Dada a quantidade de trabalho por dia, por semana etc., o salário por dia ou por semana depende do preço do trabalho, o qual varia, por sua vez, seja com o valor da força de trabalho, seja com os desvios do preço dela em relação ao valor. Mas, dado o preço do trabalho, o salário por dia ou por semana depende da quantidade de trabalho diário ou semanal"(Marx, 2005, p. 615-22, 627).

Assim, é possível que o salário por tempo descole-se do preço de trabalho que lhe origina. Duas conseqüências desse fato são notórias: o subemprego e a queda do salário real com prolongamento da jornada de trabalho. O subemprego ocorre quando um trabalhador perfaz uma jornada de trabalho inferior àquela que serviu de base para calcular o preço da hora de trabalho. Isso significa que o capitalista extrai do trabalhador determinada quantidade de trabalho não-pago sem lhe proporcionar um salário suficiente para a sua reprodução. Quanto à segunda conseqüência, ela ocorre quando o baixo preço do trabalho impõe ao trabalhador o trabalho suplementar pago, para que ele obtenha um aumento de salário. Acontece que quando a jornada aumenta, há um aumento mais significativo do valor médio da força de trabalho – em ocasião do seu desgaste – do que o valor pago pelo acréscimo da força de trabalho em funcionamento, de forma que, não havendo compensação, o salário se reduz. Na perspectiva do capitalista, ademais, há a possibilidade de diminuir nominalmente o preço do trabalho por causa da concorrência entre os trabalhadores. Daí pode-se estabelecer um preço de venda para mercadorias anormalmente baixo que passa a servir de base permanente para um salário baixíssimo, com respectivo prolongamento da jornada de trabalho (ibidem, p. 628-33).

Tais repercussões merecem menção porque, ao contrário do que a aparência demonstra, o salário por peça é apenas uma forma do salário por tempo. Ele é fixado conforme a experiência: sabe-se, pela prática, quanto um trabalhador, empregando

intensidade e habilidade médias, produz determinados produtos de "qualidade média" por hora (isto é, sabe-se o tempo socialmente necessário de produção de um dado produto). De posse dessa informação, o capitalista fixa um pagamento monetário por cada mercadoria pronta, ao invés de fixar um salário para dispor do tempo do trabalhador (ibidem, p. 627, 637, 639). Para os propósitos do capitalista, contudo, ele é uma forma mais adequada de exploração do trabalho. Segundo Marx, isso se deve a quatro aspectos imediatos.

Em primeiro lugar, o salário por peça permite que a qualidade e a intensidade do trabalho sejam controladas pela própria forma do salário, eximindo o capitalista dos custos de inspeção da mercadoria. Em segundo lugar, ele tende a provocar a queda do preço do trabalho de duas maneiras. Em uma delas, o trabalhador tem propensão a produzir mais peças, supondo que haverá aumento de seu salário. Ocorre, no entanto, que o desgaste mais que proporcional da força de trabalho reduz seu salário real. Na outra, o salário pode cair por conta do aumento da produtividade do trabalho. Se mais mercadorias são produzidas em menos tempo, diminui o tempo de trabalho empregado em cada peça. O salário por peça, então, pode ser rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número de peças produzidas no mesmo tempo.

Em terceiro lugar, o salário por peça tende a baixar o nível médio dos salários, ainda que elevando os salários individuais – por conta das diferenças entre as habilidades dos trabalhadores. Por essa razão, estimula a individualidade dos trabalhadores – "e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole – e, do outro, a concorrência e a emulação entre eles". Por último, o salário por peça permite o florescimento do trabalho doméstico moderno e da exploração de trabalhadores por trabalhadores, a partir de duas formas fundamentais. Na primeira, o capitalista contrata um trabalhador principal e estabelece um preço por peça, referência pela qual este trabalhador recruta e contrata seus auxiliares. Na segunda, instalam-se intermediários entre capitalistas e assalariados: o ganho deles decorre da diferença entre o preço do trabalho que o capitalista paga e a parte desse preço que é entregue ao trabalhador (ibidem, p. 639-45).

Explicitado o significado do salário por peça no processo de produção do capital, como ele alcança a Economia Solidária nos tempos de hoje? Como visto, com a reestruturação produtiva as grandes empresas passaram a subcontratar suas atividades.

Dentre os contratados, constam pequenas e médias empresas, mas também trabalhadores familiares, autônomos, grupos informais, associações, cooperativas etc., para o fornecimento de mercadorias prontas. Parte desse público, como visto até aqui, é de iniciativas de Economia Solidária. Grosso modo – e em acordo com Teixeira (1995) –, a subcontratação atinge-as da seguinte forma: um manual de procedimentos determina se o que foi produzido adequa-se aos rígidos padrões de qualidade das contratantes. Em caso de defeitos, os custos são suportados pelos subcontratados; e em caso de produção em tempo maior que aquele determinado, eles também arcam com os prejuízos. Finalmente, os trabalhadores se exploram ao máximo para alcance das metas fixadas contratualmente, em busca de maiores rendimentos.

> Apesar dessa potencialização do processo de exploração, a nova forma de estruturação do trabalho abstrato se apresenta como um verdadeiro reino de liberdade, propriedade e igualdade. O trabalhador se sente mais livre, porque agora não está mais preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente um cidadão que trabalha no seu próprio local de produção, sem ninguém a vigiá-lo ou a lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário. Igualmente livre, porque é ele quem organiza o processo de trabalho e estabelece, por iniciativa própria, a duração de sua jornada de trabalho. E mais: na condição de vendedor de *"trabalho objetivado"*, se sente um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores.
>
> Desse modo, essa nova forma de organização do trabalho *repõe*, em novas bases, as leis de circulação simples de mercadorias. Se antes essa esfera se apresentava como o reino ideal de compra e venda da força de trabalho, agora ela se torna um verdadeiro paraíso para o capital porque, doravante, os parceiros dessa relação, o capitalista e o trabalhador, foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. O trabalhador não se confronta mais com o capitalista como um mero vendedor de capacidade de trabalho; não mais entra no mercado de mãos vazias, mas, sim, traz uma mercadoria que foi produzida antes de ingressar na esfera da circulação. Por conta disso, se apagam todas as diferenças entre parceiros da troca, que passam a se reconhecer apenas como comerciantes. A exploração, que podia ser sentida quando do consumo da força de trabalho pelo capitalista, perdeu sua base tangível, porque o trabalhador não mais caminha atrás do seu comprador, que o conduza até o local da produção para consumir seus nervos e cérebro. As coisas se passam, agora, de forma diferente: o trabalhador e o capitalista se encontram e se separam na circulação, no mercado: se confrontam como simples comerciantes, e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos. Pode haver mais liberdade para o capital? (Teixeira, 1995, p. 33).

Apresentada essa citação, pode-se finalizar o quadro da Coopercaso. Tendo como referência o estudo de Tavares (2004), vê-se que o comando do processo produtivo

da cooperativa é determinado pela Jeans SA, e não por ela mesma, mediante as especificações dos produtos que a empresa requer. Há apropriação de mais-valia por esta e, portanto, venda de força de trabalho, embora pareça uma troca de mercadorias por dinheiro. A forma do salário também permite à Jeans SA reduzir seus custos sociais e os constrangimentos do assalariamento, contando com especial auxílio da lei do cooperativismo. Ela desfavorece o estatuto do trabalho dizendo que "Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados"[26]. A cooperativa, ademais, não demonstra condições de autonomizar-se no curto prazo, seja pela ausência de recursos para a realização de investimentos, seja por não possuir toda a propriedade das máquinas com as quais produz (Tavares, 2004, p. 163-170).

Nota-se também que num eventual acirramento da concorrência e/ou aumento de poder da Jeans SA, os associados da Coopercaso podem ser levados a situações como o subemprego, o prolongamento da jornada de trabalho e o rebaixamento do salário.

De outro lado, há que se notar a presença de descontinuidades. Se não houvesse persistência dos cooperados após 2001, postos de trabalho teriam sido extintos. Também se vê que há maior aprendizado sobre a gestão e o processo produtivo, o que se reflete na diretriz para a produção própria.

As relações de subcontratação mediante o trabalho improdutivo podem ser ilustradas pelas cooperativas de prestação de serviços. O exercício de suas atividades normalmente é feito no ambiente de quem as contrata, fato que sujeita os cooperados a processos de trabalho alheios à gestão democrática que preconizam. Talvez por essa condição sejam pouco comuns os estudos dedicados a este tipo de cooperativa, quando comparados com aquelas dedicadas à produção de bens. Veja-se aqui o caso de uma cooperativa de limpeza localizada no bairro do Caju, Zona Norte do Rio de Janeiro-RJ. Sua fundação remonta a discussão sobre oportunidades de trabalho para seus moradores no âmbito do Projeto Favela-Bairro. Iniciado em 1996, ele propunha-se a promover a integração urbanística e social daquele. Em 2007, época de realização do estudo em que aqui se baseia, a cooperativa possuía 60 associados, em sua maioria migrantes e mulheres de idade entre 25 e 50 anos, com baixo nível de escolaridade (Maxta, 2007).

[26] Conforme o artigo 90 da Lei nº 5.764/71.

Desde o princípio de suas atividades, a cooperativa prestava serviços a um hospital infantil de uma universidade pública na cidade, referência nacional do segmento. Lá, seus cooperados trabalhavam no setor de higienização e limpeza, responsável pela desinfecção, descontaminação e limpeza das estruturas físicas do hospital, assim como pelo armazenamento e manuseio de produtos e pelo recrutamento de profissionais para esses processos. Sob a gerência de um coordenador e um supervisor geral, o setor funcionava com cerca de 50 trabalhadores por turno, tanto da cooperativa estudada como de uma empresa terceirizada.

Sobre o processo de trabalho vivenciado pelos cooperados, constam entre os aspectos apontados pelo autor:

- escalas e turnos de trabalho eram definidos pela gerência. Cooperados e não-cooperados trabalhavam em equipes mistas, desenvolvendo certo conjunto de atividades conforme os diferentes locais do hospital (emergência e ambulatórios, por exemplo).
- Os cooperados queixavam-se da falta de informação quanto aos procedimentos técnicos daquelas atividades. A falta de clareza de atribuições gerava dificuldades na realização das tarefas, inseguranças e riscos à saúde dos cooperados. Eles desejavam reorganizar o trabalho em parceria com a gerência do setor.
- Os cooperados afirmaram haver sobrecarga de trabalho, com momentos de alimentação e descanso restritos; e elevado absenteísmo, que se relacionava a problemas de saúde provocados no local de trabalho. Também afirmaram haver a desresponsabilização do hospital quanto ao alerta dos riscos e acidentes de trabalho.
- Quanto à insalubridade e periculosidade no local de trabalho, os cooperados afirmaram haver falta de materiais, equipamentos e estruturas físicas de suporte para a limpeza; inadequação dos locais de depósito e eliminação de resíduos; descarte inapropriado de material clínico e cirúrgico pelos profissionais de saúde; e desrespeito dos usuários dos serviços de saúde, que satisfaziam suas necessidades fisiológicas em lugares impróprios (ibidem, p. 41-50).

Para Maxta, o contrato estabelecido entre o hospital e a cooperativa fragilizava-a técnica e politicamente. Os cooperados eram cientes do processo e tinham propostas de transformação da realidade, mas o próprio cotidiano de trabalho constrangia sua materialização. Conforme sua análise

> faz parte do cotidiano hospitalar, a flexibilização de contratos de serviços, a vulnerabilidade das relações de trabalho e o surgimento de formas de controle e disciplina específicas para os trabalhadores terceirizados. Observamos que a perspectiva contratual estabelecida entre o centro hospitalar e a cooperativa é condizente com a idéia de recrutamento de trabalhadores a preços mais vantajosos do que a contratação direta pelo hospital, ou através de uma empresa de serviços comum. Nesse processo, a cooperativa acaba não tendo forças para resistir a uma série de normas operacionais deste tipo de atividade-meio, ou mesmo imposições gerenciais que implicam na perda da autonomia do grupo na organização e realização das atividades prestadas, bem como da liberdade de expressão no cotidiano do trabalho[...](ibidem, p. 44).

Aqui se utilizou o exemplo de uma subcontratação realizada pelo poder público, mas ela poderia muito bem ter sido realizada por qualquer empresa focada em suas atividades-fim. O que importa afirmar, de fato, é que a autonomia garantida pela forma jurídica dessa iniciativa é contradita pelas relações que estabelece com seus contratantes. Conforme observação de Tavares sobre cooperativas deste tipo:

> como qualquer empregado, ele[o cooperado] está inteiramente submetido à hierarquia do tomador de serviço, a quem deve obediência. No que se refere à sua liberdade de escolha, embora esteja preceituado que os cooperados devem ser informados da realização de cada negócio, para que sejam firmados os contratos de prestação de serviços, é fácil supor que as pessoas desempregadas não podem se permitir rejeitar trabalho quando a única razão de sua participação naquela associação é consegui-lo, e quando bem sabem que o número de trabalhadores disponíveis no mercado é muito maior do que as necessidades do capital (Tavares, op. cit., 158).

Descontinuidades a essa subordinação podem emergir nas cooperativas de serviços por conta de maior conhecimento do processo produtivo a que se vinculam, por intercâmbios com outras iniciativas de Economia Solidária, pelo exercício profissional associado a governos populares, etc. Mas o que se tem hoje como tendência, é que empresas e governos eximem-se do emprego formal mediante a contratação de cooperativas deste tipo.

Finalmente, as relações de subsistência portam o trabalho que não é produtivo nem improdutivo para o capital. Comum nos países subdesenvolvidos, a subsistência toma formas organizativas não-tipicamente capitalistas, quais são repositórios habituais de trabalhadores em tempos de crise. Nos anos recentes, parte dessas atividades no Brasil se afirma ou se reconhece como participante da Economia Solidária. É possível encontrar iniciativas com esse caráter na agricultura familiar e nos pequenos produtores de mercadorias, como aqueles dedicados aos segmentos de artesanato e alimentação.

As principais rotas de fuga que se tentam estabelecer para escapar as relações de subordinação acima percorridas são: (i) a produção de um produto próprio; (ii) o desenvolvimento de "cadeias produtivas solidárias"; e (iii) o desenvolvimento de estratégias locais de defesa da renda.

A primeira saída é, no mínimo, contraditória, porque refina a condição das iniciativas solidárias como unidades independentes produtoras de mercadorias. Há casos de produtos que conseguem uma boa inserção mercantil, mas iniciativas mal-sucedidas não são exatamente incomuns, especialmente por conta de fragilidades econômicas e organizativas, tal como apresentadas em momento anterior deste capítulo.

Para uma ilustração dessa última condição, veja-se o excerto de uma pesquisa sobre cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul.

Em Icaza e Asseburg (2004) encontram-se duas cooperativas gaúchas que partiram para a produção de produto próprio: a Coopernovi e a Cootreia. A primeira cooperativa surgiu em 1995 por iniciativa e apoio do sindicato dos sapateiros da cidade de Ivoti (vinculado à CUT), fazendo produção terceirizada para a Azaléia, uma das maiores empresas de calçados do Brasil. Em 2001, ela se engajou na produção de um produto com marca própria. Já a Cootreia surgiu em 1999, sob a liderança de um empregado de uma das maiores fábricas da região, com apoio da Cáritas e do sindicato de sapateiros da cidade de Rolante (também vinculado à CUT). Ela começou prestando serviços a diversas empresas e após um incêndio que destruiu suas instalações em 1999, decidiu retomar as atividades em 2001, investindo em um produto próprio. Ambas as cooperativas foram apoiadas por uma incubadora que recebeu investimentos públicos entre os anos de 2001 e 2002 (Icaza, Asseburg, 2004, p. 61-2, 68-9). Conforme relato dos autores,

> [...] não bastou a Cootreia apresentar um produto de boa qualidade e possuir energia de um coletivo disposto e qualificado para produzir tênis infantis. Dificuldades referentes ao mercado ao qual se destina o produto (consumidores, preferências), bem como carência de dispositivos organizacionais para estabelecer estruturas de comercialização adequadas, determinaram a inviabilização do empreendimento, que continua buscando alternativas de sair do impasse e pagar a dívida contraída em 2001, no financiamento de maquinário e instalações. A experiência de participação da Coopernovi na incubadora de calçados apresentou problemas parecidos e gerou perdas ao grupo, o qual, porém, continua funcionando por ter continuado com a produção terceirizada para a Azaléia e por haver investido recursos próprios, sem assumir um endividamento que ameaçasse sua continuidade (ibidem, p. 70)

Um exemplo de "boa inserção mercantil" – o que não é exatamente um caminho fácil – é aquele da Associação de Agricultores Monte Alegre (Agrima), localizada na cidade de Coronel Freitas, no oeste catarinense.

A Agrima foi fundada em 1997 e compõe-se de sete famílias de agricultores familiares. Ela orienta-se para a produção de derivados de suínos, como salame copa (seu principal produto), queijo de porco, lingüiça, banha, torresmo, etc. Até alcançar 19 postos de trabalho remunerados a R$200,00 por mês em 2003, os agricultores enfrentaram algumas dificuldades. O agrônomo que os assessorava foi demitido pela prefeitura em ocasião da mudança de governo, em 1999; a principal liderança do grupo faleceu no mesmo ano; houve dificuldade em adquirir o SIF, em ocasião da ausência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) na cidade; e também de obter crédito para a construção da agroindústria, exatamente porque a produção não era legalizada. Em 2001, o grupo construiu sua agroindústria com recursos próprios, mais aqueles emprestados pelo PRONAF.

Retirados estes dois últimos obstáculos provocados pelo próprio poder público, a Agrima conseguiu viabilizar o salame copa com a marca própria "Agrado"; e acessar o selo regional "Sabor Colonial", que a permite alcançar novos mercados. Em 2002, as vendas ampliaram-se, consolidando sua viabilidade econômica (Pedrini et al, 2004, p. 106-12).

A segunda saída à subordinação que tem se buscado é o desenvolvimento de "cadeias produtivas solidárias". Um exemplo nacionalmente conhecido desse intento é a Justa Trama, uma articulação de seis iniciativas de diferentes estados que cobre todos os

elos da cadeia do algodão. Sua criação remonta o fornecimento de bolsas de algodão cru e orgânico para o Vº FSM, realizado em Porto Alegre-RS em janeiro de 2005.

Sem atravessadores, a Justa Trama afirma obter ganhos de 50% a 100% acima do valor que as iniciativas receberiam se estivessem isoladas no mercado. A cadeia funciona da seguinte forma: o algodão agroecológico é produzido por agricultores familiares em nove diferentes municípios do Ceará, articulados pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá; e por agricultores da cidade de Moreira Sales, no Paraná. A colheita é enviada para a Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas, Minas Gerais. Lá se produz o fio e o tecido da Justa Trama. Em seguida, a roupa é produzida em três estados diferentes, conforme o produto final: em Santo André-SP, a Cooperativa Industrial de Trabalhadores em Confecção Stilus produz roupas infantis; em Itajaí-SC, a Cooperativa Fionobre dos Tecelões da Região do Município de Itajaí produz roupas artesanais; e em Porto Alegre-RS, a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos produz roupas em série. Finalmente, o acabamento das roupas (botões, colares e outros acessórios) é feito de sementes beneficiadas, que são coletadas pela Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado de Rondônia, localizada em Porto Velho, Rondônia (Justa Trama, 2010).

Casos como esse são bastante raros na Economia Solidária. Na literatura, a regra é afirmar a incipiência das iniciativas de integração econômica e em seguida, sugerir a necessidade de se avançar nessa questão. No plano territorial, a experiência de finanças solidárias do Banco Palmas, na periferia da cidade de Fortaleza-CE é considerada emblemática como remédio à situação. Ultimamente ela tem sido replicada por iniciativa de governos locais e da própria SENAES.

A história do Banco remonta o processo de urbanização do Conjunto Palmeira. Em 1973, o bairro foi criado sem qualquer infra-estrutura pública para os seus habitantes. Em 1981, foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP), com o objetivo de organizar as famílias e enfim, viabilizar redes de água e esgoto, implantar redes de energia elétrica, etc. Em 1997, a ASMOCONP decidiu realizar uma pesquisa sócio-econômica para conhecer melhor o próprio bairro; aí constatou-se que o desemprego, a pobreza e a fome eram lugar comum. Em 1998, como tentativa de enfrentar

essa realidade, ela criou o Banco Palmas. Como escreveu um dos seus coordenadores, João Joaquim, é objetivo do banco "garantir microcréditos para a produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos são consultados pelo banco quanto ao espírito empreendedor e à responsabilidade do tomador do crédito" (Joaquim, 2002, p. 137).

A partir desse objetivo, o Banco criou uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar dos produtores e comerciantes do bairro. Essa última estrutura-se a partir de um cartão de crédito próprio: o PalmaCard. Utilizado apenas no Conjunto Palmeira, ele permite às famílias comprarem em qualquer comércio cadastrado do bairro e pagarem ao Banco após trinta dias, sem juros, em uma data estabelecida pela própria família. Também em um dia estipulado, os comerciantes levam suas faturas até o Banco e recebem o que venderam pelo Palmacard. Com o passar do tempo, houve alguma diferenciação no crédito prestado (constituição de linhas mais específicas), mas o espírito permanece o mesmo que deu origem ao Banco.

Outros instrumentos para a integração econômica do bairro foram criados: há uma feira semanal de produtores vinculados ao Banco, que acontece em frente à ASMOCONP; uma Loja Solidária, que funciona dentro dela e vende produtos fabricados localmente; uma central de compras coletivas; e um clube de trocas. Do excedente do Banco foram criadas unidades produtivas nas áreas de artesanato, confecções, material de limpeza, artigos de couro, produtos naturais e criada uma agência de turismo social. O Banco também realiza "programas de desenvolvimento social e econômico local", como uma incubadora feminina, uma escola comunitária de Economia Solidária, a criação urbana de galinhas caipiras e um laboratório de agricultura urbana. Quanto ao mercado formal de trabalho, a ASMOCONP criou um balcão de intermediação de mão-de-obra vinculado ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

A principal inovação do Banco Palmas, talvez, seja a sua moeda própria, o Palma$. Criado em 2002 para circular a riqueza dentro do bairro, cada palma equivale a R$1. A partir de acordos com comerciantes do bairro e da cessão de empréstimos com a própria moeda, ela passou a circular. Hoje, as pessoas são pagas pelo trabalho com reais e

palmas e com essa última, podem comprar em qualquer comércio do bairro sem alijarem-se do intercâmbio oficial de moedas (Joaquim, op. cit.; França Filho, Silva Jr, 2006).

Estimulando iniciativas econômicas individuais e coletivas, fortalecendo o comércio popular local e articulando a elas a política oficial de emprego, o Banco Palmas termina por criar um circuito favorável à circulação dos rendimentos dos moradores no próprio bairro. De fato, é uma "engenharia" relativamente simples que também tem o poder de – e por que não – elevar-lhes a auto-estima. De toda forma, deve-se relembrar que a literatura aqui percorrida aponta que iniciativas solidárias, no geral unidades econômicas de baixa capitalização, têm reduzida capacidade de geração de excedentes, especialmente quando não estão articulados à cadeias produtivas ou quaisquer outros mecanismos de garantia de demanda. Depreende-se daí que, para o Banco Palmas avançar nessa que aqui se considera uma estratégia territorial de defesa da renda adaptada à realidade das periferias urbanas, deve contar com vigorosos aportes externos que capacitem suas unidades econômicas a se integrarem entre si e avançarem na preferência dos consumidores locais.

***

Os estudos antes percorridos demonstraram que, de forma diferente das empresas capitalistas, as iniciativas de Economia Solidária caracterizam-se pela propriedade coletiva dos meios de produção; pelo exercício também coletivo das suas atividades; pela articulação, em muitos casos, com movimentos sociais; e pelo enfrentamento de pelo menos dois grandes problemas públicos: a pobreza e o desemprego.

A maioria delas, no entanto, enfrenta diversos problemas. Entre os observados encontram-se dificuldades de acesso a matérias-primas; defasagem tecnológica; dificuldades em acessar financiamentos e de realizar planejamentos consistentes; falta de clareza sobre o ponto de equilíbrio econômico; dificuldades de comercialização, etc. Não por acaso, os excedentes auferidos são baixos e/ou de ocorrência incerta.

Isso não quer dizer que não haja exceções. Como também visto aqui, é possível à Economia Solidária se estabelecer no mercado mediante produto próprio; via articulação econômica entre várias iniciativas de uma mesma cadeia produtiva; e através de uma

estratégia complexa de defesa territorial da renda. A questão que se coloca, então, é como se torna possível a existência de experiências tão bem-sucedidas na realização dos seus propósitos junto a uma maioria tão sujeita a precariedades de toda ordem.

Encontrou-se na tese de doutoramento de Paulo Renato Souza (1999) uma explicação para o fato. Refletindo sobre a pequena produção não-tipicamente capitalista nas economias subdesenvolvidas por meio do arcabouço teórico marxista, o autor chegou à conclusão que:

> […] o núcleo verdadeiramente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não-tipicamente capitalista. É nesse sentido, também, que podemos dizer que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto significa que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital é dominante.
> Por estas razões o mercado dos pequenos produtores não tem condições de crescimento autônomo. Ao crescer, é "engolido" pelo capital. Este é um forte motivo para descartar a possibilidade de considerar tais organizações não-tipicamente capitalistas como um "modo de produção separado". Em outras palavras, não obstante o grau de aparente independência econômica que as mesmas tenham em relação ao capital, num dado momento, sua dinâmica, em última análise, depende totalmente dos movimentos deste último (Souza, P., 1999, p. 89).

Considerando a discussão antes realizada, pode-se reconhecer nessa assertiva o *movimento* que propicia a subordinação da atividade econômica solidária. Para uma definição mais adequada aos propósitos desta dissertação, basta tomar, nela, a pequena produção não-tipicamente capitalista como sinônimo de iniciativas de Economia Solidária produtoras de bens e serviços, provedoras ou não de mais-valia, no contexto da reestruturação do capital e do Estado na perspectiva neoliberal.

De posse dessa conclusão e da discussão antes realizada, cabe agora confrontá-las com as teses discutidas no capítulo anterior.

3.2 Aproximações e distanciamentos das teses em Economia Solidária quanto à realidade de suas iniciativas econômicas.

A principal constatação promovida pela análise anterior é que a Economia Solidária não é portadora de relações sociais de produção socialistas ou anti-capitalistas. Sem capacidade de gerar sua própria dinâmica econômica, ela subordina-se ao capital especialmente sob as formas da subcontratação e da subsistência. Tal sujeição: restringe sua capacidade decisória sobre o quê, quando, onde, como, quanto e para quem produzir; impõe suas iniciativas ao sobretrabalho; e torna baixa e/ou incerta sua capacidade de geração de excedentes.

Essa última característica, por sua vez, torna as iniciativas solidárias dependentes de recursos externos. Não por acaso, viu-se nos exemplos aqui percorridos a articulação daquelas com o Estado, sindicatos e ONGs para viabilização de aspectos básicos, como a escolha da atividade econômica e a estruturação organizacional, além de assistência técnica e gerencial e provisão de recursos financeiros.

Com a retomada destas evidências, assim hierarquizadas, se quer explicitar que a tese de Barbosa é a que melhor explica o lugar da Economia Solidária no processo de produção capitalista; que permite entender porque ela é uma resposta que não se contrapõe ao ajuste estratégico do capital; e que ela não se configura como outra economia. Quanto à dependência de recursos externos, em especial, pode-se afirmar que embora Gaiger não aponte os determinantes desta condição, "sua" noção de economia plural permite entender como ela é contornada.

No que se refere à heterogeneidade das formas de produção da Economia Solidária, cabe recorrer à análise realizada no primeiro capítulo. Como lá se indicou, a economia brasileira porta enormes diferenças quanto às formas de produção, de processos de trabalho e de gestão, de produtividade, etc., as quais se reverberam nas heterogeneidades estruturais do mercado de trabalho. Ora, não sendo a Economia Solidária uma forma ou modo de produção "separado", pode-se considerar que analogamente à economia do país, ela porta formas de organização da produção muito diferentes entre si, com graus distintos de exercício da democracia, níveis díspares de densidade tecnológica e de realização de

excedentes, mais certa multiplicidade de sujeitos. Com isso se quer dizer que a ampliação recente do desemprego para diversos segmentos sociais que hoje compõem a Economia Solidária é apenas uma parte da explicação para a sua diversidade. A idéia de heterogeneidade estrutural das formações capitalistas subdesenvolvidas também tem a contribuir a respeito.

É na tese de Barbosa, a propósito, que se encontra o veículo para essa interpretação. Por outro lado é principalmente nas pesquisas realizadas ou promovidas por Gaiger que se encontram os estudos de caso que permitem demonstrar os meandros de tal heterogeneidade.

Relativamente à produtividade, já no capítulo anterior sugeria-se que não a maior quantidade ou intensidade de trabalho coletivo, mas a maior disponibilidade quanti-qualitativa de meios de produção tipicamente capitalistas é o que permite a expansão das unidades econômicas no capitalismo. Neste capítulo, puderam-se perceber duas repercussões quanto a essa determinação no âmbito da Economia Solidária. Primeiro: a carência ou a propriedade de meios de produção de baixa densidade tecnológica por parte das iniciativas solidárias prolonga e/ou intensifica sua jornada de trabalho para que seus produtos e/ou serviços alcancem quantidade e qualidade semelhantes àqueles oferecidos no mercado. Segundo: as iniciativas solidárias com maior densidade tecnológica ou com melhores estratégias mercadológicas são mais inseridas no mercado, mas têm pouca autonomia sobre aquilo que produzem porque tal inserção, na maioria das vezes, significa a subordinação direta a um capital e/ou a produção de um produto estandardizado.

A tese de Barbosa permite considerar a realidade nestes termos. Gaiger e Singer reconhecem a presença de elementos despóticos no trabalho solidário, mas talvez no esforço de afirmar seu caráter atípico diante das empresas, consideram a referida determinação de forma inversa.

Ainda quanto à densidade tecnológica das iniciativas de Economia Solidária, viu-se que onde ela é menor, o processo de trabalho é mais simples e homogêneo. Singer supõe esta condição na sua distinção entre “os modos de produção coexistentes”, mas é na enumeração dos ganhos de eficiência do trabalho cooperativo de Gaiger que se se

vislumbra como a referida condição permite, concretamente, uma maior socialização do trabalho.

Sobre a interpretação da jornada de trabalho pelos trabalhadores, viu-se que, no geral, ela é encarada de forma positiva. Identificam-se elementos como o aumento da auto-estima, da satisfação e da motivação; e a ampliação do aprendizado profissional e das oportunidades de socialização. De fato, eles expressam o contrário do que se costuma diagnosticar nos empregos comuns, e é na tese de Gaiger que eles são mais bem apreendidos. Há que se ponderar, no entanto, que os referidos elementos não anulam a insegurança social constante da Economia Solidária, tal como afirmado por Barbosa.

Confrontados os principais aspectos das iniciativas de Economia Solidária com as teses produzidas sob seu nome, e considerando-os à luz das transformações sócio-econômicas das últimas décadas, pode-se enfim considerar que parte do primeiro questionamento colocado por esta dissertação foi respondido. A Economia Solidária têm baixa capacidade de produção de excedentes e, portanto, de geração de bem-estar sócio-econômico aos seus associados. É possível a algumas experiências consolidarem-se em segmentos específicos de mercado que as permitam ser economicamente viáveis, bastante democráticas e articuladas ao enfrentamento de problemáticas sociais, mas essa não é uma condição generalizável socialmente. E não o é por determinações diversas, as quais encontram explicação última na sua subordinação ao capital.

Como se vê, a tese de Barbosa é aquela que oferece mais elementos explicativos ao referido questionamento. Por outro lado, especialmente sem os aportes de Gaiger, considera-se não ser possível construir uma assertiva mais completa sobre o sentido e as possibilidades sócio-econômicas das iniciativas de Economia Solidária.

Sobre a pertinência da tese de Singer, nota-se que ela capta elementos das transformações sócio-econômicas contemporâneas, mas é pouco capaz de explicar a realidade antes exposta. A sugestão dada no capítulo anterior enfim se sustenta: afirmando a novidade ou a necessidade de uma Economia Solidária de forma militante e até normativa, a tese de Singer é mais voltada para contribuir política e ideologicamente na afirmação do campo como prática social e política pública.

Por fim, cabe notar que este capítulo não permite responder até que ponto a orientação democrática das iniciativas de Economia Solidária, dada sua baixa densidade tecnológica, vincula-se a uma *maior* produção de excedente. O próximo capítulo, dedicado à análise estatística do SIES, busca desvendar tal questão.

4. AS INICIATIVAS ECONÔMICAS SOLIDÁRIAS: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.

As análises anteriores permitem afirmar que, em geral, as iniciativas de Economia Solidária têm baixa capacidade de geração de excedentes. Elas não apontam, todavia, até que ponto seus processos coletivos determinam seu eventual êxito econômico e respectivo engajamento na luta contra problemáticas públicas. Como se viu, essa questão é central na tese de Gaiger e suposta nas demais teses pró-Economia Solidária.

Em busca de respostas, a pesquisa dirigiu-se para a análise estatística da maior fonte de informações primárias sobre a Economia Solidária no Brasil, o SIES. Este capítulo ocupa-se de apresentar os resultados encontrados.

4.1 Considerações metodológicas.

Para o movimento de Economia Solidária, já no início da década de 2000, um mapeamento nacional de organizações dedicadas à temática fazia-se necessário, fosse para integrar e potencializar as experiências em curso ou afinar o discurso político e avolumar sua representatividade. Logo após a criação da SENAES em 2003, esta demanda foi acolhida e começaram as reuniões entre a Secretaria e as organizações com experiência acumulada em pesquisas sobre o campo para a definição da metodologia da investigação (Bertucci, J., Cunha, 2006).

Dessas reuniões surgiu um conjunto de conceitos que orientou o primeiro mapeamento da Economia Solidária no país: o que é Economia Solidária, o que são EES e o que são as EAFs. Já apresentados na introdução deste trabalho, eles se tornaram basilares para a política pública e para o próprio movimento.

Construídos os conceitos, uma lista inicial de EES foi elaborada a partir de cadastros governamentais e EAFs[27]. Uma parcela dos EES identificados foi visitada nos

[27] Também foi realizado um mapeamento de EAFs, mas sua discussão excede as questões desta dissertação.

anos de 2005 e 2007 para aplicação de um questionário de 72 questões, divididas nos seguintes temas: 1) identificação, abrangência e características gerais; 2) tipificação e dimensionamento da atividade econômica; 3) investimentos, acesso a crédito e apoios; 4) gestão do empreendimento; 5) situação de trabalho no empreendimento; e 6) dimensão sociopolítica e ambiental.

Em 2005, foram mapeados 14.954 EES em 2.274 municípios. Em 2007, mais alguns milhares deles o foram, resultando num total de 21.859 EES distribuídos em 2.934 municípios, cerca de 53% do total desses (MTE/SENAES, 2009). As informações sobre os 21.859 EES consolidadas no SIES constituem-se no universo de partida do questionamento colocado no princípio do presente capítulo.

O advento do SIES tornou possível, pela primeira vez, estabelecer análises sobre as iniciativas de Economia Solidária em níveis agregados. Com referência nos conceitos supracitados, estão disponíveis para o próprio movimento, gestores públicos e pesquisadores, informações quanti-qualitativas que permitem a investigação das dimensões econômicas e sócio-políticas das mesmas. Isso equivale a dizer que, considerando os respectivos interesses desses grupos, há uma imensa oportunidade dos militantes da causa de se conectarem; de (re)formulação de políticas públicas; e de realização de uma nova geração de pesquisas de caráter empírico e teórico.

No campo específico da pesquisa, são inúmeras as potencialidades de estudos qualitativos mais próximos da realidade. Por exemplo, a imensa parcela de iniciativas rurais revelada no SIES – que sempre pareceu marginal quando vista a partir de estudos de caso –, está à espera de investigações tão cuidadosas quanto aquelas já realizadas em fábricas recuperadas.

É preciso alertar, no entanto, que informações relevantes sobre a Economia Solidária deixaram de ser captadas pelo mapeamento por uma combinação de pelo menos três fatores. Primeiro, queria-se conhecer o máximo possível sobre o campo, o que redundou na elaboração de um único e cansativo questionário. Em seguida, o questionário teve questões mal formuladas e/ou mal aplicadas. Disso resultou, por exemplo, um esforço de investigação restrito sobre as condições de surgimento e funcionamento dos EES. Dimensões como a participação de órgãos governamentais em suas atividades; o rodízio de

funções na produção/prestação de serviços e na gestão; a jornada de trabalho; a tentativa de mensuração das estruturas de receitas e custos, entre outras, passam ao largo do questionário. Para fins de política pública, por exemplo, esta última questão poderia ser um caminho para o estabelecimento de incentivos fiscais a essas organizações a partir de bases materiais bastante objetivas[28].

O questionário também estimulou respostas "subjetivas", captadas de forma tal que houve impedimento à sua decodificação e sistematização. Quando se pediu para que os EES, por exemplo, apontassem quais as instituições públicas que lhes proviam apoio, uma sucessão delas foi citada sob a forma de siglas e expressões não padronizadas. Esse fato simples impediu a análise, em níveis agregados, da participação das esferas de governo (federal, estadual ou municipal) e de atividade (agropecuária, trabalho, assistência social, etc) na prestação de apoio aos EES segundo seus segmentos econômicos, volume de excedente gerado, ou segundo quaisquer outras categorias.

De certa forma, as respostas aos questionamentos sobre as instituições provedoras de crédito e de apoios aos EES apresentam o mesmo problema. As respostas em extenso poderiam permitir mensurações mais objetivas sobre a participação de instituições públicas e privadas, de organizações eclesiais, da responsabilidade social empresarial e de organismos multilaterais no campo.

* * *

A alternativa ao desemprego e a necessidade de complementação de renda são recorrentemente mencionados como os principais motivos de criação das iniciativas de Economia Solidária. Sem dúvida, se tratam de motivos vinculados à conquista da materialidade da parcela da classe trabalhadora a ela dedicada.

De acordo com a tradição marxista, aliás, a necessidade ou imposição de acessar o trabalho assalariado[29] é condição fundamental para a reprodução da classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Sem acesso à propriedade ou meios de

[28] Como visto, a tributação diferenciada é uma bandeira de luta do movimento de Economia Solidária.
[29] O trabalho assalariado é aqui entendido como contraprestação pecuniária pelo trabalho executado em geral, e não exclusivamente o trabalho em sua função produtiva, isto é, de produção de mais-valia.

produção, a partir dele aquela acessa alimentos, vestimentas, moradia, lazer, etc. Em outros termos, o trabalho remunerado subordinado ao capital é a principal forma de acesso a algum bem-estar que o progresso material da organização social capitalista pode prover.

Admitindo-se que as iniciativas de Economia Solidária são uma expressão contemporânea da necessidade de acessar o trabalho assalariado, investigar sua (in)capacidade de realizar excedente equivale a investigar sua (in)capacidade de prover aos sócios meios para a própria reprodução. E se como sugerido, há um posicionamento sócio-político singular articulado a essa busca reprodutiva, cabe investigar seu caráter e se possível, quantificá-lo.

Essa ordem de considerações, mais as características do questionário do SIES, conduziram à escolha de uma amostra de EES para análise que exclui aqueles que não produzem excedentes monetários; que possuem sócios-trabalhadores voluntários; e que possuem sócios-participantes pessoas jurídicas[30].

Ponderou-se primeiro que, de fato, a produção e a prestação de serviços para o consumo exclusivo dos próprios sócios de um EES pode representar a potencialização de uma atividade econômica realizada por um indivíduo ou família; ou mais especificamente, uma parcela significativa da reprodução material de um indivíduo ou família. Ainda que seja de difícil quantificação, a proxy de uma destas condições pode ser apreendida por fatores como as condições de posse e uso da terra e/ou bens de produção; e a detenção de saberes laborais específicos(sejam relativos à qualificação profissional formal ou saberes tradicionais). Julgou-se, porém, que elementos como estes não foram mensurados pelo questionário do SIES, o que dificultaria o tratamento analítico deste tipo de EES no âmbito desta base de dados.

Em relação aos EES com sócios-trabalhadores voluntários, considerou-se que somente uma fonte de remuneração exógena e não relacionada à atividade neles exercida poderia assegurar àqueles sua reprodução material. A existência dessa condição desvincula-

[30] Os EES em implantação não foram excluídos da amostra. Essa opção deveu-se a algumas condições. Primeiramente, verificou-se que entre os empreendimentos que produzem excedente, a remuneração média mensal declarada por aqueles em implantação não destoava em absoluto das remunerações recebidas por aqueles em funcionamento. Segundo, considerou-se que informações importantes sobre investimento, crédito e articulações (apoios, participação em movimentos sociais, etc.) para o intento de viabilização econômica dos EES, produzissem eles excedente ou não, seriam perdidos se os excluíssemos da análise.

os da questão orientadora do capítulo. Do mesmo modo, EES que declararam possuir sócios-participantes como pessoas jurídicas não foram considerados, pois refletem muito mais o modo de funcionamento de ligas e uniões do que das unidades econômicas em particular. Trata-se, enfim, de analisar uma amostra relativamente homogênea de 10.407 EES.

Delimitada a amostra, passou-se ao tratamento da variável central de análise escolhida: o excedente[31].

Uma forma clássica de obtenção da proxy do excedente de uma unidade econômica é a diferença entre as receitas e os custos. Para o caso dos EES mapeados pelo SIES, uma primeira maneira de obter essa estimativa seria através da diferença entre o faturamento (a soma dos valores monetários da produção média mensal dos três principais produtos e/ou serviços ofertados) e os custos (a soma dos valores monetários dos três principais insumos ou matérias-primas utilizadas), acrescidos da remuneração paga a trabalhadores não-sócios, onde houvesse.

Entretanto, segundo o relatório de "Sistematização e avaliação dos processos do primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil", quase todos os relatórios estaduais de avaliação do mapeamento de 2005 informaram a dificuldade dos trabalhadores, sobretudo de grupos informais, em mensurar os valores dos principais produtos e insumos ou matérias-primas. A dificuldade residiu, segundo muitas equipes de pesquisa, mais à ausência de mecanismos de controle da produção em micro e pequenos EES do que a problemas de formulação do questionário. As informações sobre o faturamento e os custos dos ESS estão, assim, sujeitas a um alto grau de imprecisão (Bertucci, J.; Cunha, op. cit., p. 39).

Por outro lado, é mais razoável crer que os respondentes do questionário, que são sócios-trabalhadores, tivessem melhor conhecimento da quantia média que lhes foi possível retirar por mês do que da estrutura de receitas e despesas do EES. Ora, uma aproximação do excedente pode ser obtida tanto pela diferença entre as receitas e custos do

[31] A SENAES costuma divulgar a posição econômica dos EES entre si e em relação ao PIB segundo a soma dos valores monetários dos seus três principais produtos e/ou serviços ofertados. Além de não expressar a totalidade das receitas auferidas pelos EES, esse dado não se refere a nenhum elemento da estrutura de custos dos EES. Enfim, não se refere ao excedente que essas unidades econômicas produzem.

empreendimento quanto pelo valor distribuído para os sócios-trabalhadores acrescido dos montantes retidos, sobretudo os fundos de reserva e de investimento. A análise das informações do SIES, como veremos adiante, mostra que o principal destino do excedente é distribuição entre os sócios, seguida da constituição de fundo de investimento. As magnitudes de investimento, por sua vez, se correlacionam positivamente com o excedente distribuído pelos sócios.

Por estes motivos, optou-se por utilizar a remuneração média mensal dos sócios que trabalham nos EES, multiplicada por esse número de sócios, como uma estimativa mais adequada do excedente dos EES. Essa medida, é claro, também está sujeita a limitações. A sub-declaração de rendimentos, por exemplo, é lugar comum em pesquisas auto-declaratórias. Outra limitação importante é que nem todos os EES souberam distinguir, conforme as perguntas do questionário, a diferença entre os trabalhadores associados aos EES e os associados aos EES que efetivamente trabalham (Bertucci, J.; Cunha, op. cit., p. 42). Consideradas estas limitações, a estimativa do excedente dos empreendimentos mostrou-se consistente[32].

Obviamente, esse recorte conduz a outras limitações analíticas, em parte derivadas do próprio SIES. Primeiro, há que se ter em conta que a renda auferida nos EES pode ser apenas uma medida parcial da renda individual total: os sócios podem ter acesso a programas governamentais de transferência de renda ou benefícios da seguridade social que não foram captados no questionário de pesquisa. Ademais, como indicam os estudos empíricos, a atividade no EES pode ser um complemento de renda e não a única atividade laboral a que um indivíduo tem acesso.

Em segundo lugar, é razoável supor que o bem-estar sócio-econômico de um indivíduo não depende apenas do seu trabalho e rendimento, mas do conjunto dos trabalhos e rendimentos a que ele e seus familiares têm acesso, admitindo-se que a família é uma unidade básica de organização social. Dessa forma, há que se ponderar que a renda auferida no EES não torna seus trabalhadores imediatamente pobres ou ricos. Outra limitação é que o rendimento informado no questionário se refere ao rendimento médio mensal do trabalho

[32] O coeficiente de correlação para os empreendimentos com declaração de faturamento e de excedente é de 0,78, o que indica uma forte relação positiva entre as variáveis.

no EES, que é insuficiente para captar eventuais sazonalidades da produção, sobretudo das atividades agrícolas. Por fim, é bastante possível que muitos sócios sejam representantes de famílias, principalmente em EES agropecuários. Isso pode significar a presença de estratégias de autoconsumo no caso de rendimentos muito baixos ou a divisão de rendimentos elevados aparentemente individuais entre duas ou mais pessoas.

Por fim, cabe dizer que os resultados da análise que se segue não contemplam todas as respostas dadas ao questionário do SIES pela amostra selecionada. Constam aqui apenas aquelas variáveis consideradas mais importantes para avançar em respostas ao questionamento do capítulo e, por conseguinte, da dissertação.

Ainda sobre os resultados, sua apresentação ordena-se em quatro seções: características gerais, características econômicas, características solidárias e equações de rendimentos. Na primeira seção que se segue, serão expostos dados do excedente mensal estimado, remuneração média mensal dos sócios que trabalham, área de atuação, atividade econômica e motivos para criação dos EES, entre outros elementos. Na segunda seção serão expostos dados sobre apoios externos, comercialização, investimento, crédito, destinação do excedente, etc. Na terceira seção serão expostos, principalmente, dados sobre atividades e estruturas decisórias coletivas e participação sócio-política dos EES. Todas as variáveis selecionadas serão relacionadas com o excedente mensal estimado dos EES da amostra.

Finalmente, será apresentada uma equação de rendimentos, que permitirá avaliar o efeito individual e simultâneo das referidas variáveis.

Postas todas essas considerações, seguem abaixo as evidências extraídas sobre os EES no país a partir do SIES.

4.2 Características gerais.

A Tabela 1 mostra a distribuição dos EES em décimos do excedente mensal estimado. Os dados sugerem que os EES geram pouco mais de R$154 milhões/mês, ou cerca de R$1,85 bilhões/ano, mas de forma bastante desigual. Os EES 10% mais pobres apropriam-se de apenas 0,15% do total renda gerada, enquanto os EES 10% mais ricos

apropriam-se de mais de 70% dela. Mesmo dentro do último décimo, a distribuição da renda é heterogênea: a média do excedente estimado é 2,05 vezes maior que a mediana[33].

Tabela 1. Principais estatísticas descritivas do excedente mensal estimado dos EES.

Décimos do excedente	N° de EES (mil)	Média	Mediana	Valor mínimo	Soma dos valores	% da renda total
1	1.043	R$ 224,29	R$ 233,68	R$ 5,92	R$ 233.939,44	0,15%
2	1.038	R$ 547,06	R$ 533,46	R$ 377,67	R$ 567.848,51	0,37%
3	1.080	R$ 959,29	R$ 933,42	R$ 737,64	R$ 1.036.031,69	0,67%
4	940	R$ 1.485,10	R$ 1.475,28	R$ 1.185,43	R$ 1.395.990,45	0,91%
5	1.103	R$ 2.268,36	R$ 2.222,73	R$ 1.778,18	R$ 2.501.997,34	1,62%
6	1.035	R$ 3.551,10	R$ 3.556,09	R$ 2.845,04	R$ 3.675.384,00	2,39%
7	1.056	R$ 5.669,87	R$ 5.665,07	R$ 4.445,41	R$ 5.987.380,17	3,89%
8	1.032	R$ 9.549,78	R$ 9.421,28	R$ 7.112,77	R$ 9.855.377,53	6,40%
9	1.030	R$ 17.875,29	R$ 17.337,30	R$ 12.447,29	R$ 18.411.546,14	11,95%
10	1.050	R$ 105.089,23	R$ 51.181,93	R$ 26.672,77	R$ 110.343.696,45	71,65%
Total	10.407	-	-	-	R$ 154.009.191,73	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES/IPEA (2005, 2007).

O comportamento heterogêneo da variável reafirma, agora quantitativamente, a baixa e díspar capacidade de produção de excedentes na Economia Solidária, tal como sugerida no capítulo anterior.

Tal questão, não por acaso, se reverbera nas remunerações percebidas pelos trabalhadores solidários, expressa na Tabela 2. Quando elas são comparadas à renda média do trabalho principal, tal como medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), vê-se que elas são bastante baixas. Em valores atualizados, a referida renda foi de R$ 911,19 para o ano de 2005 e de R$ 1.018,99 para o ano de 2007. Menos de 5% dos EES, como se vê abaixo, atingiram remunerações médias que se aproximam desses valores.

Além disso, a tabela 2 mostra que à medida que aumenta a porcentagem de ocupação de sócias nos empreendimentos reduz-se, de forma não-proporcional, a remuneração média mensal auferida. Assim, pode-se sugerir que a despeito de anunciarem

[33] Mudanças em relação aos dados primários do SIES devem-se ao deflacionamento dos valores declarados segundo o INPC de setembro de 2010. Os índices dos anos de 2005 e 2007 referem-se às médias anuais encontradas após o referido deflacionamento.

o combate à desigualdade de gênero, as iniciativas solidárias se caracterizam, nesse âmbito, pela discriminação.

Tabela 2. Principais características da ocupação e das remunerações nos EES.

% de mulheres associadas que trabalham nos EES	N° de EES (mil)	% de EES em relação ao total da amostra	Média de sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina		Média da remuneração mensal dos sócios que trabalham por porcentagem de participação feminina
			Homens	Mulheres	
Nenhuma	1.550	14,89%	15,70	0,00	R$ 669,86
De 0% a 10%	517	4,97%	57,24	3,49	R$ 814,90
De 10% a 20%	627	6,02%	36,82	6,92	R$ 566,34
De 20% a 30%	605	5,81%	35,46	12,64	R$ 448,69
De 30% a 40%	868	8,34%	21,11	11,96	R$ 472,76
De 40% a 50%	1.260	12,11%	19,89	18,01	R$ 463,80
De 50% a 60%	450	4,32%	18,31	23,36	R$ 404,64
De 60% a 70%	562	5,40%	9,64	18,09	R$ 367,47
De 70% a 80%	591	5,68%	5,25	16,74	R$ 329,09
De 80% a 90%	468	4,50%	3,02	18,58	R$ 300,67
De 90% a 100%	2.909	27,95%	0,17	14,21	R$ 246,48
Total	10.407	100,00%	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007)

Juntos, estes aspectos constantes da tabela 2 terminam por quantificar a já citada influência da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho brasileiro na Economia Solidária.

Sobre o tempo de existência dos EES, o SIES revela que, em geral, eles são organizações bastante novas: 81,47% dos 10.407 EES da amostra foram fundados a partir de 1995. A forma organizativa de maior crescimento nesse período foi a dos grupos informais, que é também a principal forma de organização dos EES.

Esse crescimento coincide com o período recente de transformações estruturais da economia brasileira e as medidas tomadas pelo Estado e pela sociedade para conter suas repercussões, tal como sugere a literatura anteriormente percorrida. A distribuição das formas de organização dos EES segundo décimos do excedente mensal estimado sugere que à medida que o excedente cresce, diminui o número de grupos informais e eleva-se o número de associações e cooperativas.

Tabela 3. Formas de organização dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Forma de organização	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	%
Grupo Informal	773	730	687	500	538	434	349	242	147	99	4.499	43,23%
Associação	242	267	303	346	436	459	536	607	641	618	4.455	42,81%
Cooperativa	20	33	66	71	96	120	141	168	224	309	1.248	11,99%
Sociedade Mercantil	8	8	20	12	25	16	21	9	13	11	143	1,37%
Outra	0	0	4	11	7	6	9	6	5	13	61	0,59%
Total	1.043	1.038	1.080	940	1.102	1.035	1.056	1.032	1.030	1.050	10.406	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

A tabela 4 sugere que os EES pluriativos e rurais, em todas as grandes regiões, são relativamente mais ricos do que os urbanos. Onde eles são minoria, como nas regiões Nordeste e Sudeste, vê-se que, em termos relativos, há poucos empreendimentos localizados nos últimos décimos da distribuição.

Tabela 4. Área de atuação dos EES por grandes regiões conforme décimos do excedente mensal estimado.

Área de atuação por grandes regiões	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Rural												
Centro-Oeste	22	16	21	23	24	19	30	38	44	61	298	2,87%
Nordeste	154	186	154	186	218	226	278	320	348	234	2.304	22,20%
Norte	43	23	26	24	22	25	27	40	54	83	367	3,54%
Sudeste	50	52	32	45	45	38	47	47	38	57	451	4,35%
Sul	41	45	54	63	83	60	55	48	39	29	517	4,98%
Sub-total Rural	310	322	287	341	392	368	437	493	523	464	3.937	37,94%
Urbana												
Centro-Oeste	68	49	62	63	53	50	40	20	12	17	434	4,18%
Nordeste	158	176	201	114	139	119	104	80	88	108	1.287	12,40%
Norte	22	36	64	45	39	29	34	21	25	29	344	3,31%
Sudeste	243	191	206	161	198	174	147	114	101	103	1.638	15,78%
Sul	125	114	94	80	88	85	84	52	66	43	831	8,01%
Sub-total Urbana	616	566	627	463	517	457	409	287	292	300	4.534	43,69%
Pluriativos												
Centro-Oeste	6	12	19	9	18	24	20	36	38	43	225	2,17%
Nordeste	43	54	67	48	63	75	64	88	58	81	641	6,18%
Norte	7	16	18	13	14	20	26	29	29	65	237	2,28%
Sudeste	28	30	28	25	44	34	41	54	42	49	375	3,61%
Sul	31	35	33	38	54	52	55	42	43	46	429	4,13%
Sub-total Pluriativos	115	147	165	133	193	205	206	249	210	284	1.907	18,38%
Total	1.041	1.035	1.079	937	1.102	1.030	1.052	1.029	1.025	1.048	10.378	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Quanto à atividade econômica, os EES da amostra operam sobretudo em segmentos trabalho-intensivos, tal como indica a literatura antes percorrida. Quase a metade concentra-se na indústria de transformação (48,13%) e cerca de um terço no setor de agricultura, pecuária e serviços relacionados (33,01%). Em ocasião da expressividade destes em relação aos demais, optou-se por aprofundar apenas a sua análise.

Na indústria de transformação, destacam-se os EES dedicados aos segmentos de fabricação de produtos têxteis (33,98%) e de alimentos e bebidas (23,03%). Quando eles são distribuídos conforme décimos do excedente estimado, vê-se que eles estão mais presentes na metade inferior dos décimos é maior que na metade superior.

Comparativamente, a reciclagem está mais bem colocada que os segmentos anteriores. Muito possivelmente, isso se relaciona à presença do capital industrial no comando de cadeias produtivas a ela associadas.

Tabela 5. EES atuantes em segmentos selecionados da indústria de transformação conforme décimos do excedente mensal estimado.

Atividades econômicas dos EES	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% em relação aos EES da Ind. de transformação
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Fabricação de produtos têxteis	271	251	258	202	189	172	137	94	73	50	1.697	33,98%
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	136	137	138	133	166	114	94	75	68	89	1.150	23,03%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	62	84	79	63	83	70	56	42	29	13	581	11,63%
Fabricação de produtos de madeira	42	58	55	37	44	34	36	32	17	12	367	7,35%
Reciclagem	20	17	17	22	23	43	57	49	52	25	325	6,51%
Fabricação de móveis e indústrias diversas	44	41	54	34	33	25	23	17	17	5	293	5,87%
Fabricação de produtos químicos	58	23	20	8	11	5	3	1	0	2	131	2,62%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	9	20	18	14	8	21	8	6	4	10	118	2,36%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	12	16	16	19	11	5	15	7	3	3	107	2,14%
Fabricação de produtos minerais e não-metálicos	9	11	2	4	16	10	6	8	7	6	79	1,58%
Total	663	658	657	536	584	499	435	331	270	215	4.848	97,08%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

No setor de agricultura, pecuária e serviços relacionados destacam-se a prestação de serviços, o cultivo de cereais, de produtos de lavoura temporária e de hortaliças e legumes. Quando dispostos segundo os décimos do excedente estimado, vê-se que embora a distribuição não seja linear, os EES desse setor são relativamente mais ricos que o conjunto da indústria de transformação.

Esse resultado vai ao encontro da análise antes realizada, que indicou que, por diversas questões, as atividades urbanas estão sujeitas a maiores constrangimentos na

produção e na comercialização que aquelas tipicamente rurais; que aquelas iniciativas (urbanas) que possuem conexão com as cadeias de subcontratação têm maiores possibilidades de geração de excedentes com regularidade; e que houve fôlego recente das iniciativas rurais, especialmente por conta da expansão do PRONAF.

Tabela 6. EES atuantes em segmentos selecionados da agropecuária (e seus serviços relacionados) conforme décimos do excedente mensal estimado.

Atividades econômicas	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% em relação aos EES da agropecuária
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	40	58	63	77	86	88	84	114	139	100	849	25,24%
Cultivo de cereais	44	28	35	28	45	56	65	68	60	39	468	13,91%
Cultivo de outros produtos temporários	23	22	19	29	40	35	69	69	80	63	449	13,35%
Cultivo de hortaliças, legumes e especiarias hortícolas	47	37	47	25	28	31	40	61	40	32	388	11,53%
Criação de outros animais	26	33	24	27	30	25	36	39	22	12	274	8,15%
Produção mista: lavoura e pecuária	7	11	11	13	17	13	35	48	44	39	238	7,07%
Cultivo de cana-de-açúcar	3	2	0	4	7	10	19	18	45	46	154	4,58%
Cultivo de outras frutas, frutos secos, plantas para preparo de bebidas e para produção de condimentos	5	8	4	5	9	12	9	26	20	20	118	3,51%
Atividades de serviços relacionados com a pecuária, exceto atividades veterinárias	1	9	6	2	2	17	11	17	17	26	108	3,21%
Criação de bovinos	0	5	3	8	5	8	12	10	15	11	77	2,29%
Criação de aves	2	11	11	5	1	10	8	5	4	6	63	1,87%
Criação de ovinos	4	2	2	4	7	2	2	8	2	4	37	1,10%
Total	202	226	225	227	277	307	390	483	488	398	3.223	95,81%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Por fim, os principais motivos para a criação dos empreendimentos são o desemprego e a necessidade de complementar/ampliar rendimentos, tal como indicado pela literatura. As respostas aos dois motivos mais respondidos decrescem de forma não-linear à medida que o excedente estimado se eleva, enquanto ocorre o contrário para o terceiro, que assinala o intento de elevar a renda de forma especificamente associada.

Essa última resposta, muito possivelmente, tem referência na ampliação, nos últimos anos, da ação pública e privada orientada para o fomento e a assessoria das iniciativas de Economia Solidária.

Tabela 7. Motivos para a criação de EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Motivos	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Uma alternativa ao desemprego	421	441	480	368	427	390	364	369	306	289	3.855	37,84%
Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	235	194	195	169	187	142	138	101	102	74	1.537	15,09%
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	93	108	116	114	152	156	159	165	167	218	1.448	14,21%
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	63	59	57	58	85	108	120	137	167	149	1.003	9,85%
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	35	42	67	64	79	66	74	71	85	105	688	6,75%
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	51	57	50	48	48	42	51	46	37	33	463	4,55%
Alternativa organizativa e de qualificação	30	31	26	34	45	49	47	43	55	79	439	4,31%
Motivação social, filantrópica e religiosa	71	52	46	35	26	32	34	33	30	28	387	3,80%
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	1	1	0	1	1	1	7	7	18	24	61	0,60%
Outra	22	37	29	22	33	28	32	35	41	27	306	3,00%
Total	1.022	1.022	1.066	913	1.083	1.014	1.026	1.007	1.008	1.026	10.187	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

4.3 Características econômicas.

Como se viu nos capítulos anteriores, a presença de organizações de apoio junto às iniciativas de Economia Solidária é lugar comum. Não por acaso, quase ¾ dos EES com excedente afirmaram ter recebido apoio externo. Os órgãos governamentais são citados como os maiores apoiadores dessas organizações, seguidos por uma categoria que abriga

ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários. O Sistema S e os sindicatos também foram apontados como apoiadores importantes, tal como se observa na tabela 8.

Tabela 8. Instituições que forneceram apoio aos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Instituições	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Órgãos governamentais	382	372	403	408	485	420	478	471	491	460	4.370	41,99%
ONGs, OSCIPs, igrejas, associações e conselhos comunitários	319	275	298	229	304	265	279	226	199	182	2.576	24,75%
Sistema S	164	194	240	214	286	265	295	275	259	258	2.450	23,54%
Movimento Sindical	64	73	98	76	109	105	122	127	109	134	1.017	9,77%
Universidades, incubadoras, Unitrabalho	47	57	56	60	77	75	93	70	81	76	692	6,65%
Cooperativa de técnicos	20	18	18	17	17	37	43	38	43	56	307	2,95%
Outra	81	63	72	87	71	79	81	76	97	104	811	7,79%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

A tabela sugere que o Estado é mais presente para os EES localizados a partir do quarto décimo; e que o apoio das "ONGs..." aumenta de forma não-linear à medida que diminui o excedente. Ela também indica que o apoio prestado pelo Sistema S e sindicatos cresce, quase progressivamente, com o aumento do excedente.

Não se pode, entretanto, afirmar terminantemente que o Estado não "chega" nos EES mais pobres. Como antes se afirmou, recursos estatais compõem parcela significativa dos orçamentos de ONGs desde os anos 1990, por conta da privatização não-lucrativa das políticas sociais.

Sobre os tipos de apoio fornecidos aos EES, os principais ocorreram no campo da qualificação, da assistência técnica e da formação sócio-política. Quando as respostas são distribuídas conforme os décimos do excedente estimado, vê-se que EES localizados do 1º ao 5º décimo receberam mais "qualificação", enquanto os EES localizados do 6º ao 10º

décimo receberam mais "assistência". A "formação", por sua vez, não parece associada ao excedente.

Tabela 9. Tipo de apoio fornecido aos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Tipo de apoio	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Qualificação profissional, técnica, gerencial	354	340	374	292	301	321	306	300	236	239	3.063	39,59%
Assistência técnica e/ou gerencial	189	180	194	211	265	238	263	303	305	293	2.441	31,55%
Formação sócio-política(autogestão, cooperativismo, economia solidária)	127	85	103	100	132	112	112	88	110	108	1.077	13,92%
Assessoria na constituição, formalização ou registro	22	41	40	32	42	39	54	50	76	52	448	5,79%
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	26	19	17	18	19	17	23	16	15	16	186	2,40%
Diagnóstico e planejamento(viabilidade econômica)	9	18	22	15	20	16	18	18	13	20	169	2,18%
Assistência jurídica	7	6	7	8	13	14	12	14	14	40	135	1,75%
Outro	18	25	15	20	25	21	31	18	22	22	217	2,81%
Total	752	714	772	696	817	778	819	807	791	790	7.736	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Uma hipótese que pode ser formulada para explicar essa distribuição do apoio é que enquanto os EES relativamente mais ricos já ultrapassaram as barreiras de consolidação dos processos de produção e gestão, os relativamente mais pobres ainda precisam consolidar os saberes laborais da sua escolha econômica. Adicionalmente, a formação não se apresenta relacionada ao excedente porque é uma preocupação cara às EAFs, e a todo o campo da Economia Solidária, afirmar seus valores a todos os segmentos que lhe compõem. A análise conjunta das variáveis, todavia, deverá responder se esta hipótese se confirma ou não.

As variáveis relacionadas à origem da matéria-prima e ao destino das mercadorias da Economia Solidária sugerem uma baixa integração econômica entre suas

iniciativas. Em primeiro lugar, mais da metade dos EES da amostra adquire seus insumos de empresas privadas e só pouco mais de 3% de outros EES. Em segundo lugar, apenas cerca de 4% deles vende a outros EES.

A distribuição das respostas segundo o excedente estimado, tal como disposta nas tabelas abaixo, sugere que quanto menor o excedente, maior a aquisição em empresas e menor a aquisição entre os próprios sócios; e que quanto maior o excedente, maior a venda a revendedores.

Tabela 10. Origem da matéria-prima dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Origem	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Aquisição de empresa privada	658	633	641	538	603	548	550	540	542	582	5.835	57,36%
Associados(as)	119	121	111	133	193	164	191	183	186	209	1.610	15,83%
Doação	113	102	104	83	68	70	85	70	53	41	789	7,76%
Coleta (materiais recicláveis ou matéria prima para artesanato)	39	51	72	45	61	88	55	73	65	39	588	5,78%
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	30	42	36	38	51	41	43	49	39	43	412	4,05%
Aquisição de outros empreendimentos de ES	35	36	37	40	40	38	30	25	26	35	342	3,36%
Não se aplica	14	22	33	26	39	29	43	36	45	41	328	3,22%
Outra	13	12	24	13	20	31	32	34	52	38	269	2,64%
Total	1.021	1.019	1.058	916	1.075	1.009	1.029	1.010	1.008	1.028	10.173	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Tabela 11. Comercialização de produtos e/ou serviços dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Tipo de apoio	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Venda direta ao consumidor	859	810	839	687	733	656	626	532	489	510	6.741	67,55%
Venda a revendedores/ atacadistas	97	152	145	165	249	266	296	381	377	371	2.499	25,04%
Venda a órgão governamental	14	16	22	17	23	21	27	35	45	36	256	2,57%
Venda a outros empreendimentos de ES	8	7	10	7	6	5	11	9	22	25	110	1,10%
Troca com outros empreendimentos solidários	7	4	4	1	2		4	2	4	4	32	0,32%
Outro	22	18	28	23	28	36	37	27	42	37	298	2,99%
Não se aplica	6	4			11	4	2	3	5	8	43	0,43%
Total	1.013	1.011	1.048	900	1.052	988	1.003	989	984	991	9.979	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Diante da literatura antes analisada e dos dados já percorridos, a distribuição das respostas acima enseja a formulação de algumas hipóteses. Em primeiro lugar, pode-se sugerir que os EES relativamente mais ricos realizam principalmente a venda direta ao consumidor, mas estão mais articulados às redes de subcontratação mercantil. Ademais, que associações e cooperativas rurais, relativamente mais ricas que as iniciativas urbanas, recolhem a produção dos seus sócios e, depois de as agruparem e/ou processarem, vendem-nas para seus clientes.

Em seguida, que grosso modo, EES informais urbanos da indústria de transformação de baixa densidade tecnológica compram insumos/matérias-primas de quaisquer fornecedores que os permitam confeccionarem roupas, acessórios, artefatos artesanais, alimentos e bebidas que venderão. Por fim, que há mesmo incipiência das redes econômicas especificamente solidárias.

No que se refere à comercialização, 64% dos EES da amostra apontaram as principais dificuldades fazê-la, como se vê na tabela logo abaixo. A distribuição da amostra em décimos do excedente estimado sugere que a captação de clientes decresce de forma

não-linear com o aumento do excedente; que a precificação aumenta de forma não-linear com o aumento do excedente; e que a falta de capital de giro atinge com menor intensidade os EES localizados a partir do sétimo décimo da distribuição.

Tabela 12. Dificuldades de comercialização dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Abrangência geográfica dos produtos e serviços ofertados pelos EES	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
O grupo tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes	175	133	140	106	105	104	109	95	103	79	1.149	17,25%
Falta de capital de giro, para vendas a prazo	97	110	123	99	106	103	86	85	82	87	978	14,68%
Preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizados)	56	46	56	38	73	53	61	106	106	98	693	10,40%
Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc)	99	88	83	64	43	48	39	30	28	22	544	8,17%
Transporte / estradas	52	24	34	38	58	52	63	63	77	72	533	8,00%
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	39	38	39	51	46	45	46	44	34	53	435	6,53%
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc)	30	44	49	47	54	37	47	45	31	24	408	6,12%
Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)	16	33	28	28	42	44	39	49	45	63	387	5,81%
Os clientes exigem um prazo para o pagamento	20	29	34	23	27	31	27	22	20	21	254	3,81%
O grupo já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar	18	19	25	20	22	18	19	24	16	21	202	3,03%
Os compradores só compram em grande quantidade	9	12	13	7	13	16	24	21	23	19	157	2,36%
Ninguém do grupo sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)	20	12	20	12	18	18	13	15	12	9	149	2,24%
Os preços praticados pelo grupo são muito altos	14	17	17	9	11	7	12	8	18	10	123	1,85%
Ninguém do grupo quer cuidar das vendas	10	12	22	10	13	9	9	8	12	5	110	1,65%
Outra dificuldade	38	53	46	43	49	48	57	59	55	83	531	7,97%
Não se aplica	1	0	1	0	0	1	0	1	3	2	9	0,14%
Total	694	670	730	595	680	634	651	675	665	668	6.662	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Se se admite que os produtos e/ou serviços dos EES relativamente mais ricos são mais articulados à dinâmica capitalista, faz-se razoável vincular a menor dificuldade em captar clientes a essa condição. Do mesmo modo, se mais articulados, a precificação pode ser mais dificultosa porque os EES estão mais sujeitos às imposições de preços do mercado em geral ou, em casos mais específicos, de empresas que os subcontratam, como a literatura percorrida no capítulo anterior permite sugerir. A falta de capital de giro nos EES, por sua vez, pode significar uma maior dificuldade de escoamento de mercadorias.

Apenas 16,5% do total da amostra dos EES afirmaram ter obtido crédito nos 12 meses anteriores ao mapeamento. A maioria deles afirmou tê-lo acessado em bancos públicos, seguidos de ONGs ou OSCIPs com fundo de crédito e fundo rotativo. A distribuição da amostra na tabela 13 sugere que os bancos públicos atendem mais aos EES com maior excedente, contrário do que acontece entre as ONGs e OSCIPs.

Tabela 13. Fontes de crédito ou financiamento dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Fonte de crédito ou financiamento	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Banco público	36	47	56	63	83	86	118	140	149	170	948	9,11%
ONG ou OSCIP com fundo de crédito ou fundo rotativo	32	31	25	20	26	13	16	7	6	13	189	1,82%
Banco privado	6	7	6	15	13	6	15	16	13	34	131	1,26%
Cooperativa de crédito	4	4	5	14	19	9	13	13	9	23	113	1,09%
Banco do povo ou similar	3	5	13	14	14	13	7	4	9	8	90	0,86%
Outra instituição financeira privada	3	3	2	3	5	7	4	1	2	7	37	0,36%
Outra	26	35	36	33	36	39	42	40	32	33	352	3,38%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Ainda que esse dado se refira a uma pequena parcela dos EES pesquisados, tal como dito no item de prestação de apoios aos EES, a presença da ação pode estar sendo subestimada. Muitos bancos com a denominação "do povo" ou assim assemelhadas foram criados por estados e prefeituras desde meados dos anos 1990 articulados a políticas

regionais de geração de trabalho e renda (nesta dissertação, foram apontados os casos das prefeituras de São Paulo e de Porto Alegre). Ademais, cooperativas de crédito são intermediárias de cessão do PRONAF desde a década passada. Finalmente, ONGs e OSCIPs também têm parcelas expressivas de seus orçamentos provenientes de orçamentos governamentais, os quais, ultimamente, têm sido permeáveis ao incentivo ao microcrédito.

Os EES da amostra acessaram mais de R$ 200 milhões em créditos nos 12 meses anteriores ao mapeamento. Na tabela abaixo, percebe-se que os valores tomados concentram-se nos três últimos décimos da distribuição, com destaque para o último, que concentra mais de 40% do crédito total da parcela respondente da amostra. A expressiva diferença entre a média e a mediana em todos os décimos da distribuição, ademais, sugere uma grande heterogeneidade na capacidade de endividamento dessas organizações.

Tabela 14. Principais características do crédito tomado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado, em milhares de reais.

Décimos	N° de EES respondentes	% de respostas afirmativas em relação ao total de EES da amostra	% de respostas em relação aos total de EES respondentes	Média do valor do crédito	Mediana do valor do crédito	Soma dos créditos	% no total dos créditos
1	100	0,96%	5,96%	R$ 29,11	R$ 3,36	R$ 2.910,61	1,44%
2	126	1,21%	7,50%	R$ 16,45	R$ 4,58	R$ 2.073,29	1,02%
3	131	1,26%	7,80%	R$ 42,66	R$ 5,04	R$ 5.588,57	2,76%
4	152	1,46%	9,05%	R$ 44,32	R$ 7,41	R$ 6.736,54	3,33%
5	177	1,70%	10,54%	R$ 44,28	R$ 8,15	R$ 7.836,72	3,87%
6	160	1,54%	9,53%	R$ 69,35	R$ 8,89	R$ 11.095,61	5,49%
7	184	1,77%	10,96%	R$ 72,40	R$ 18,52	R$ 13.321,15	6,59%
8	197	1,89%	11,73%	R$ 164,45	R$ 28,15	R$ 32.396,83	16,02%
9	209	2,01%	12,45%	R$ 175,65	R$ 29,64	R$ 36.711,25	18,15%
10	243	2,33%	14,47%	R$ 344,06	R$ 50,38	R$ 83.607,63	41,33%
Total	1.679	16,13%	100,00%	-	-	R$ 202.278,20	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Como espelho do crédito restrito, pouco mais de 74% dos EES afirmaram possuir necessidade em acessá-lo. As principais dificuldades apontadas por cerca de 45% deles relacionam-se, como se vê na tabela 15, a barreiras colocadas pelos agentes financeiros.

Quando as dificuldades são distribuídas segundo décimos do excedente mensal estimado, observa-se que os problemas da taxa de juros, de falta de aval ou garantia e de burocracia dos agentes financeiros cresce quase progressivamente com o aumento do excedente. A falta de documentação, por sua vez, parece ser uma dificuldade geral.

Tabela 15. Principais dificuldades de acesso ao crédito dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Dificuldades para obtenção de financiamento/crédito pelos EES	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro	105	110	125	123	131	101	113	109	99	124	1.140	24,50%
Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento	54	50	85	56	91	69	81	95	85	87	753	16,18%
Falta de aval ou garantia	42	47	72	49	62	82	74	93	90	111	722	15,52%
Burocracia dos agentes financeiros	36	40	49	47	82	67	79	88	94	85	667	14,33%
Falta de apoio para elaborar projeto	52	53	67	64	58	56	65	90	95	64	664	14,27%
Falta de linha de crédito	13	20	20	19	20	19	27	29	29	38	234	5,03%
Prazos de carência inadequados	18	27	19	13	23	17	24	17	27	30	215	4,62%
Outra	20	21	19	23	20	20	29	38	37	31	258	5,54%
Total	340	368	456	394	487	431	492	559	556	570	4.653	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

É possível que estas dificuldades existam entre os EES relativamente mais ricos porque instrumentos metodológicos de crédito para pequenos empreendedores foram mais desenvolvidos nas duas últimas décadas do que para organizações coletivas complexas. Os intentos de replicação do Grameen Bank por ONGs e governos no Brasil; e as próprias linhas de crédito de incentivo à geração de renda promovidas pelo governo federal são indicadores razoáveis desta hipótese.

Pouco mais de 44% da amostra afirmou ter realizado investimentos nos 12 meses anteriores ao mapeamento, principalmente em equipamentos, infra-estrutura e em ampliação de estoques de matérias-primas. A distribuição das respostas conforme décimos do excedente estimado sugere que o investimento em infra-estrutura aumenta de forma não-

linear com o aumento do excedente, enquanto o investimento em equipamentos e matérias-primas aumenta de forma não-linear conforme sua diminuição.

Possivelmente, a tentativa de estabilização do fornecimento de mercadorias associa-se ao investimento em matérias-primas pelos EES mais pobres. O investimento em equipamentos, do mesmo modo, pode-se relacionar à tentativa de consolidação da atividade econômica.

Tabela 16. Tipo de investimento realizado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Tipos de investimento realizados nos 12 meses anteriores ao mapeamento	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Equipamentos (aquisição, renovação).	161	183	197	191	235	181	192	176	208	236	1960	42,66%
Infra-estrutura física (prédios, construções, etc)	94	93	113	117	142	166	159	184	186	228	1482	32,25%
Ampliação de estoque de matérias-primas	82	95	107	82	101	79	69	46	59	50	770	16,76%
Capacitação de mão-de-obra	24	32	20	20	20	20	33	30	23	21	243	5,29%
Abertura de lojas/espaços de comercialização	2	5	7	3	4	1	2	2	4	1	31	0,67%
Abertura de filiais	0	0	1	0	0	1	2	4	1	4	13	0,28%
Outra	6	7	9	16	7	5	8	11	16	11	96	2,09%
Total	369	415	454	429	509	453	465	453	497	551	4.595	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

O número de EES que realizaram investimentos é 2,68 vezes maior que aqueles que acessaram créditos e os valores dos investimentos 1,07 vezes maior que a soma dos créditos tomados. A princípio, essa condição indica investimentos com recursos próprios para a expansão da atividade econômica. Mas no caso do SIES, os valores declarados nessas respostas podem referir-se somente a parte dos valores investidos por estes, pois o questionário sugere que investimentos realizados pelos próprios associados ou realizados por terceiros (investimentos a fundo perdido)[34] sejam informados. Enfim, sabem-se os valores investidos, mas não sua fonte.

[34] De qualquer modo, o coeficiente de Pearson entre o crédito tomado e o investimento realizado é de 0,516, o que indica uma correlação positiva moderada entre as variáveis.

A distribuição destes conforme décimos do excedente estimado sugere, à semelhança do crédito tomado, forte heterogeneidade no interior dos décimos e ao longo da distribuição: 32,63% dos EES respondentes realizaram 70,25% do investimento declarado.

Tabela 17. Principais características do investimento realizado pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado, em milhares de reais.

Décimos	N° de EES respondentes	% de respostas afirmativas em relação ao total de EES da amostra	% de respostas em relação ao total de EES respondentes	Média do investimento	Mediana do investimento	Soma dos valores do investimento	% no total dos investimentos
1	360	3,46%	8,01%	R$ 9,72	R$ 1,18	R$ 3.499,31	1,61%
2	406	3,90%	9,04%	R$ 13,98	R$ 1,63	R$ 5.675,87	2,62%
3	447	4,30%	9,95%	R$ 14,97	R$ 1,78	R$ 6.691,61	3,09%
4	421	4,05%	9,37%	R$ 15,21	R$ 2,46	R$ 6.401,55	2,95%
5	505	4,85%	11,24%	R$ 24,05	R$ 3,89	R$ 12.144,20	5,60%
6	434	4,17%	9,66%	R$ 35,06	R$ 5,90	R$ 15.216,01	7,02%
7	454	4,36%	10,10%	R$ 32,81	R$ 5,90	R$ 14.895,06	6,87%
8	446	4,29%	9,93%	R$ 63,38	R$ 9,31	R$ 28.266,99	13,03%
9	486	4,67%	10,82%	R$ 73,98	R$ 11,80	R$ 35.953,97	16,58%
10	534	5,13%	11,89%	R$ 165,01	R$ 21,24	R$ 88.112,72	40,63%
Total	4.493	43,17%	100,00%	-	-	R$ 216.857,29	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Finalmente, que destinação fazem os EES dos resultados da sua atividade econômica? Pouco mais de ¼ do total da amostra afirmou que a divisão entre os sócios é o principal destino do excedente, seguido dos fundos de investimento e de reserva. A distribuição abaixo sugere que o aporte em fundo de reserva cresce quase progressivamente com a elevação do excedente, enquanto o fundo de investimento não parece ter relação direta com este. A divisão entre os sócios reduz-se à medida que o excedente se eleva, sugerindo o óbvio: guarda dinheiro quem tem.

Tabela 18. Destinação do excedente dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Destinação do excedente	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Distribuição entre os sócios(as)	325	298	314	274	296	258	243	219	206	207	2.640	25,37%
Fundo de investimento	186	209	223	214	229	219	201	169	204	213	2.067	19,86%
Fundo de reserva	169	171	187	172	202	173	202	181	200	228	1.885	18,11%
Integralização de capital	29	31	34	32	42	22	32	21	22	41	306	2,94%
Fundo de solidariedade	15	8	16	17	17	16	17	21	29	28	184	1,77%
Fundo de assistência técnica e educacional	8	12	4	2	17	13	16	11	21	45	149	1,43%
Outro	11	13	9	10	16	13	15	10	9	14	120	1,15%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

4.4 Características solidárias.

Pouco mais de 69% dos EES afirmaram que não existem benefícios, garantias e direitos para os sócios que trabalham nos empreendimentos. Cerca de 20% afirmaram receber qualificação social e profissional nos EES. A distribuição da amostra sugere que a inexistência de "benefícios..." diminui com o aumento do excedente e que a "qualificação..." reduz-se de forma não-linear com o aumento do excedente.

Tabela 19. Benefícios, garantias e direitos dos sócios que trabalham nos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Benefícios, garantias e direitos	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Não existem	832	782	801	638	722	690	700	707	678	637	7.187	69,06%
Qualificação social e profissional	152	164	180	208	243	238	239	203	205	246	2.078	19,97%
Equipamentos de segurança	33	48	62	69	96	93	107	87	111	149	855	8,22%
Descanso semanal remunerado	8	34	36	39	74	61	53	43	62	98	508	4,88%
Férias remuneradas	3	25	28	25	53	38	62	60	67	79	440	4,23%
Gratificação natalina	12	16	26	26	37	27	54	44	55	79	376	3,61%
Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	2	3	8	14	12	13	19	14	38	49	172	1,65%
Outro	32	33	33	41	56	59	61	67	86	123	591	5,68%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Ainda que a legislação em vigor seja, para muitos participantes da Economia Solidária, reflexo do trabalho alienado ou subordinado, o fato é que entre essa amostra – que se recorde, é formada por EES que realizam excedente – pouquíssimos têm acesso à parcelas do excedente social distribuídas mediante a seguridade social pública.

Os sócios dos EES realizam muitas tarefas em comum. São as mais realizadas coletivamente: comercialização ou venda, produção, uso de equipamentos e de infra-estrutura. A distribuição da amostra na tabela 20 sugere que à medida que se eleva o excedente, reduz-se o número de EES que realizam coletivamente a produção, a comercialização e a aquisição de matérias-primas. Em sentido contrário, é maior o número de EES que realizam a prestação coletiva do serviço ou trabalho e poupança/crédito nos décimos de maior excedente.

Tabela 20. Atividades coletivas realizadas nos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Atividades coletivas	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Comercialização ou venda	812	794	822	703	804	732	695	658	625	597	7.242	69,59%
Produção	837	827	827	715	815	725	678	676	618	516	7.234	69,51%
Uso de equipamentos(máquinas, ferramentas)	588	575	563	501	600	577	582	554	575	520	5.635	54,15%
Uso de infra-estrutura	557	546	538	505	601	561	583	543	539	547	5.520	53,04%
Aquisição(compra ou coleta) de matérias-primas/insumos	437	404	415	366	427	348	349	340	327	345	3.758	36,11%
Prestação do serviço/trabalho	254	259	280	256	315	290	329	309	300	366	2.958	28,42%
Obtenção de clientes/serviços para os(as) sócios(as)	246	213	226	215	224	210	230	212	192	229	2.197	21,11%
Troca de produtos ou serviços	97	104	123	89	108	122	127	113	113	96	1.092	10,49%
Poupança ou crédito	63	55	69	71	81	104	143	123	167	156	1.032	9,92%
Outra	7	10	10	9	14	13	13	15	18	17	126	1,21%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Quanto às instâncias de direção e coordenação dos EES, mais de 70% da amostra afirmou a existência de assembléia de sócios(as) e mais de 50% a existência de diretoria ou coordenação. Depois se seguem a existência de conselho fiscal e de grupos de trabalho, comissões ou núcleos. A distribuição da amostra sugere que quanto maior o excedente, maior a presença das três primeiras instâncias mencionadas, enquanto os "grupos de trabalho" são mais presentes nos empreendimentos de menor excedente.

Em causa do elevado grau de EES não-formalizados segundo a legislação em vigor – e, portanto, que não têm o dever de cumprir com as estruturas de cooperativas e associações –, é plausível levantar a hipótese de que os grupos informais, também os menores, têm outro tipo de estrutura de organização, talvez mais flexíveis e adequadas à sua realidade.

Tabela 21. Instâncias de direção e coordenação dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Instâncias de direção e coordenação	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as)	653	658	700	644	760	783	812	828	886	901	7.625	73,27%
Diretoria/conselho diretor/coordenação	348	389	454	450	582	600	694	706	774	849	5.846	56,17%
Conselho fiscal	195	233	290	306	410	450	553	637	704	798	4.576	43,97%
Grupos de trabalho, comissões ou núcleos	452	446	446	367	419	368	340	281	240	201	3.560	34,21%
Conselho administrativo	51	84	128	121	179	198	240	253	307	381	1.942	18,66%
Conselho consultivo	21	37	41	30	42	60	81	59	90	110	571	5,49%
Comissão ou conselho de ética	17	22	19	21	37	28	46	39	50	70	349	3,35%
Outro	62	53	65	50	57	53	50	29	28	38	485	4,66%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Apenas 1,61% dos EES afirmaram não possuir mecanismos de participação dos sócios nas decisões. A maioria deles afirmou a existência de canais simultâneos para tanto. A distribuição dessas respostas segundo o excedente mensal estimado sugere que nos EES de maior excedente é menor a participação dos sócios nas decisões cotidianas, mas é maior o acesso a registros e maior a eleição de diretores em assembléia geral.

Este conjunto de informações sobre o processo decisório nos EES mais ricos pode indicar que a delegação de responsabilidades a determinados associados, mais a adoção de mecanismos de transparência, fortalece a viabilidade econômica solidária. Dito de outro modo, e em consonância às evidências antes apresentadas: quanto maiores os mecanismos de democracia direta na gestão e no processo de trabalho de EES, menor sua viabilidade econômica. Isso é o contrário do que Gaiger afirma como tese, do que consta nas demais teses em Economia Solidária e do que o movimento do campo afirma como fato.

Tabela 22. Formas de participação dos sócios nas decisões dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Formas de participação	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Participação nas decisões cotidianas do EES em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	791	786	802	675	793	769	741	678	685	613	7.333	70,46%
Prestação de contas aos sócios em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	523	519	562	496	641	614	679	686	756	776	6.252	60,07%
Acesso aos registros e informações dos EES	469	490	512	495	629	622	683	694	732	750	6.076	58,38%
Eleição da diretoria em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	315	349	391	401	536	594	640	724	816	861	5.627	54,07%
Decisão sobre o destino das sobras e fundos em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	421	437	468	427	541	519	570	550	606	645	5.184	49,81%
Plano de trabalho definido em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	388	409	415	390	491	453	509	503	504	501	4.563	43,85%
Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios(as)	75	92	129	124	163	157	190	190	217	237	1.574	15,12%
Não existem mecanismos de participação	22	20	21	19	14	19	20	13	14	10	172	1,65%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Ainda no âmbito do processo decisório, a maior parte dos EES afirmou realizar assembléias mensais. Em seguida, realizam assembléias semanais ou quinzenais ou em período de dois a seis meses. Pouco mais de 10% afirmou realizar assembléias anualmente ou em maior período. A distribuição da amostra conforme os décimos do excedente estimado sugere que os EES com menor excedente são maioria entre aqueles que realizam assembléias semanais ou quinzenais e os EES com maior excedente são maioria entre aqueles que realizam assembléias mensais, bimestrais e anuais. No caso dos EES que afirmam realizar assembléias uma vez por ano, os EES mais ricos têm maior participação. Em "outras formas", os EES com menor excedente são maioria.

Tabela 23. Periodicidade das assembléias dos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Periodicidade	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Mês	404	405	457	407	505	485	527	573	558	477	4.798	46,25%
Semana ou quinzena	321	314	246	201	204	176	135	100	76	70	1.843	17,77%
Dois a seis meses	113	112	132	143	162	166	166	163	181	228	1.566	15,10%
Um ano ou mais	51	56	84	72	110	101	134	120	145	213	1.086	10,47%
Não realiza	45	31	43	31	23	24	18	12	5	4	236	2,28%
Outra	108	117	114	82	97	78	72	57	65	54	844	8,14%
Total	1.042	1.035	1.076	936	1.101	1.030	1.052	1.025	1.030	1.046	10.373	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Tal como estruturas de gestão *ad hoc*, o que aqui se sugere é que os EES com menor excedente – os grupos informais – têm períodos mais flexíveis de realização de reuniões. A "necessidade", muito possivelmente, é o fator determinante para a realização de reuniões.

Se a integração econômica na Economia Solidária é incipiente, do ponto de vista político a articulação é grande: quase a metade da amostra participa de alguma rede ou fórum. A principal instância de participação é o Fórum/Rede de Economia Solidária, com quase 17% das respostas. A distribuição da amostra segundo décimos do excedente estimado sugere que, nesse item, a participação é maior entre os EES de menor excedente.

Tabela 24. Participação dos EES em redes e fóruns de articulação conforme décimos do excedente mensal estimado.

Redes e fóruns de articulação	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Fórum ou rede de ES	206	196	200	184	218	171	178	142	114	125	1.734	16,66%
Redes de produção/comercialização	72	68	106	67	102	95	96	77	82	68	833	8,00%
Movimento social ou sindical	31	49	54	40	65	65	81	66	73	81	605	5,81%
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas(DLIS, des. rural)	29	26	43	43	45	48	71	91	100	91	587	5,64%
ONGs, igrejas, pastorais, fundações, SEBRAE, universidades	69	71	76	56	57	40	49	45	26	24	513	4,93%
Federações de cooperativas	20	20	28	32	49	42	55	69	86	110	511	4,91%
Complexo cooperativo	10	15	13	24	34	19	42	44	36	78	315	3,03%
Central de comercialização	26	23	30	30	42	32	25	38	23	40	309	2,97%
Outras	36	38	43	54	76	51	67	82	59	118	624	6,00%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Pouco mais da metade da amostra respondeu afirmativamente quanto à existência de relação ou de participação em movimentos sociais e populares. Os movimentos mais apontados foram o "comunitário", o "sindical operário urbano", "de luta pela terra e agricultura familiar" e "ambientalista".

A distribuição dos EES confirme os décimos do excedente estimado sugere que a participação nos movimentos "sindical...", de "luta pela terra..." e ambientalista é maior entre os EES de maior excedente, enquanto a participação em movimento comunitário não parece se relacionar com o mesmo.

O que essas respostas podem sugerir – junto com o já visto nos estudos empíricos, na teoria pró-Economia Solidária e nas sugestões anteriores – é que a participação em movimentos sociais de tradição consolidada, o acesso às ONGs e ao Estado potencializa os ganhos econômicos dos EES. A menor participação no movimento de Economia Solidária, por sua vez, pode relacionar-se ao caráter recente do movimento na forma de fóruns de representação.

Tabela 25. Participação dos EES em movimentos sociais e populares conforme décimos do excedente mensal estimado.

Movimentos sociais e populares	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Movimento comunitário	286	245	304	272	334	268	299	288	271	247	2.814	27,04%
Movimento sindical e operário urbano	139	143	180	181	225	215	258	247	276	273	2.137	20,53%
Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	105	122	142	137	198	168	218	228	262	221	1.801	17,31%
Movimento ambientalista	74	86	116	106	143	132	162	139	145	147	1.250	12,01%
Movimento de luta pela moradia	56	42	79	51	78	65	81	72	84	70	678	6,51%
Religioso ou pastoral	84	88	93	72	70	52	61	38	34	29	621	5,97%
Mulheres/gênero	62	55	76	51	61	51	41	42	25	24	488	4,69%
Movimento de igualdade racial	30	40	48	40	51	37	43	37	41	36	403	3,87%
Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens	10	19	19	7	24	19	28	19	13	11	169	1,62%
Outro	47	55	52	45	49	58	64	47	59	51	527	5,06%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Finalmente, mais da metade dos EES participa ou desenvolve ações comunitárias. Os principais campos são: educação, trabalho, saúde, meio-ambiente e moradia. A distribuição da amostra sugere que os EES de maior excedente participam ou desenvolvem mais ações comunitárias em todas as áreas supracitadas à exceção do trabalho, que não parece ter relação direta com o excedente.

Essa evidência vai ao encontro do que afirma a militância em Economia Solidária e as teses que lhe são favoráveis: o engajamento das iniciativas do campo em ações sociais, especialmente no local donde emergem é uma característica marcante das mesmas, e mais, potencializa a capacidade delas em produzir resultados econômicos positivos.

Tabela 26. Participação ou desenvolvimento de ação social/comunitária pelos EES conforme décimos do excedente mensal estimado.

Áreas	Nº de EES por décimos do excedente mensal estimado											% de respostas afirmativas em relação ao total de EES
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
Educação	219	215	309	262	331	294	320	343	340	354	2.987	28,70%
Trabalho	233	195	274	260	317	278	298	282	273	252	2.662	25,58%
Saúde	179	168	216	201	259	232	232	264	266	275	2.292	22,02%
Meio ambiente	145	158	200	177	248	241	266	273	268	271	2.247	21,59%
Moradia	62	62	94	94	109	115	125	138	153	130	1.082	10,40%
Alimentação, doações, instituições e assistência social	71	97	98	78	93	72	86	84	61	92	832	7,99%
Redução da violência	75	74	105	87	95	92	87	68	68	76	827	7,95%
Lazer, esporte, cultura e religião	79	66	82	79	80	78	65	65	48	69	711	6,83%
Outro	22	22	30	25	21	17	29	22	20	31	239	2,30%

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007)

Visto o conjunto das principais variáveis explicativas das iniciativas de Economia Solidária no Brasil, tal como considerado por esta pesquisa, cabe agora adentrar na avaliação de como elas, agregadas, determinam a produção do excedente das mesmas. Como recurso analítico, serão utilizadas três regressões múltiplas. A vantagem do seu uso reside na verificação da influência conjunta das variáveis acima expostas na determinação do excedente, mediante controle individual de cada uma delas pelas demais.

4.5 Equações de rendimentos ou quais os determinantes da (in)capacidade econômica da Economia Solidária.

Em primeiro lugar, os procedimentos estatísticos a seguir não se propõem a agrupar iniciativas de Economia Solidaria semelhantes entre si, mas tratar dos traços principais do seu heterogêneo conjunto. Cabe recordar, aqui referentes a uma amostra de mais de dez mil delas capazes de gerar excedentes monetários. Aí se incluem desde pequenas unidades econômicas das periferias urbanas dedicadas ao artesanato até grandes cooperativas agrícolas. Essa escolha reforça aquilo que tem sido feito nos capítulos anteriores: a busca pelos determinantes mais gerais da (in)capacidade econômica das

iniciativas econômicas solidárias e a identificação de sua respectiva articulação (ou não) ao enfrentamento de problemáticas públicas (ou causas sociais).

Em segundo lugar, cabe esclarecer que a realização das regressões exigiu a exclusão de algumas variáveis antes apresentadas, consideradas pouco adequadas para viabilizarem resultados estatísticos satisfatórios, ou insignificantes, ao nível de 10%, para a geração de excedentes. Aquelas constantes das regressões realizadas encontram-se no quadro explicativo a seguir.

Pode-se dizer que dele consta a descrição das variáveis utilizadas numa *regressão básica*; e a descrição de variáveis *dependentes*, utilizadas em *regressões secundárias*, as quais existem por conta de dois motivos. O primeiro, evitar a multicolinearidade entre variáveis na *regressão básica*[35]; o segundo, evidenciar a força ou a fraqueza de variáveis consideradas relevantes para o movimento de Economia Solidária na produção de excedentes econômicos, mas dependentes daquelas constantes da primeira regressão. Após o referido quadro, encontra-se uma tabela com os resultados das regressões, seguida da interpretação dos seus resultados. Essa, por sua vez, contempla a menção a variáveis que foram sucessivamente testadas e excluídas daquelas.

***

[35] A multicolinearidade acontece quando diferentes variáveis explicam situações assemelhadas numa mesma regressão, situação essa que diminui o caráter significativo de cada uma das variáveis utilizadas na explicação do todo.

Quadro 4. Variáveis utilizadas nas equações de rendimentos das iniciativas de Economia Solidária geradoras de excedente.

Variável		Tipo	Descrição
1. Regressão Básica.			
Logaritmo do excedente		Contínua	Logaritmo natural do excedente mensal estimado dos EES.
Sócios que trabalham		Contínua	Número de sócios que trabalham nos EES.
Participação feminina		Contínua	Relação entre o número de mulheres que trabalham nos EES e o total de sócios que trabalham nos EES.
Região	Centro-Oeste	Categórica	EES situado na região Centro-Oeste.
	Norte	Categórica	EES situado na região Norte.
	Sudeste	Categórica	EES situado na região Sudeste.
Forma de organização	Cooperativa	Categórica	EES organizado sob a forma de cooperativa.
	Grupo Informal	Categórica	EES organizado sob a forma de grupo informal.
Atividade econômicas	Serviços	Categórica	Agregação de atividades diversas, como alojamento e alimentação, transporte, intermediação financeira, educação, serviços pessoais, etc. Corresponde às divisões 55 a 99 da CNAE.
	Reciclagem	Categórica	Corresponde à divisão 37 da CNAE.
	Comércio	Categórica	Agregação das atividades de comércio por atacado e varejo. Corresponde às divisões 50 a 52 da CNAE.
	Agropecuária	Categórica	Agregação de atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca e serviços relacionados. Corresponde às divisões 1 a 5 da CNAE.
	Fabricação de têxteis, vestuário e couro	Categórica	Agregação de atividades de fabricação de produtos têxteis, confecção de artigos do vestuário e acessórios e preparação e fabricação de couros, incluindo calçados. Corresponde às divisões 17 a 19 da CNAE.
	Alimentos e bebidas	Categórica	Corresponde à divisão 15 da CNAE.
	Fabricação de produtos de madeira e moveis	Categórica	Agregação de atividades de fabricação de produtos de madeira, móveis e indústrias diversas. Corresponde às divisões 20 e 36 da CNAE.
Crédito		Contínua	Montante de crédito tomado pelos EES que procuraram o serviço.
Investimento		Contínua	Montante investido pelos EES que afirmaram tê-lo feito.

Quadro 4. Continuação.

Formas de participação dos sócios(as) nas decisões	Eleição da diretoria em assembléia geral	Categórica	Autoexplicativa.
	Acesso aos registros e informações do empreendimento	Categórica	
	Prestação de contas aos sócios(as) em assembléia geral	Categórica	
Participação em rede ou fórum de articulação	Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas públicas	Categórica	
	Complexos cooperativos	Categórica	
	Movimentos social ou sindical	Categórica	
	Redes de produção/comercialização	Categórica	
	ONG, Igrejas, Pastorais, Fundações, SEBRAE, Universidades	Categórica	
Participação ou desenvolvimento de ação social		Categórica	Promoção ou contribuição para a realização de atividades que visam a melhoria da localidade na qual o EES está inserida.
Iniciativas visando à qualidade de vida dos consumidores	Incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo	Categórica	Presença de processos internos orientados ao bem-estar dos consumidores.
	Preços dos produtos facilita o acesso aos consumidores(as)	Categórica	
2. Primeira regressão secundária. Substitui atividades econômicas realizadas pelos EES por atividades realizadas de forma coletiva pelos sócios(as) nos EES.			
Atividades realizadas de forma coletiva pelos socios(as)	Poupança ou crédito	Categórica	Atividades realizadas por cooperativas de crédito e fundos rotativos solidários ou comunitários. Também serve para os casos nos quais os sócios(as) acessam coletivamente crédito ou financiamento.
	Obtenção de clientes ou serviços para os/as sócios/as	Categórica	Relaciona-se a EES caracterizados pela obtenção de clientes para aquisição de produtos ou serviços de sócios(as).
	Comercialização ou venda	Categórica	Quando os sócios(as) comercializam coletivamente seus produtos ou serviços.
	Uso de equipamento(s)	Categórica	Quando os sócios(as) partilham equipamentos comuns, mesmo quando realizem produção ou serviços individualmente.
	Aquisição(compra ou coleta) de matérias primas e insumos	Categórica	Quando os sócios(as) compram coletivamente produtos ou serviços.

Quadro 4. Continuação.

3. Segunda regressão secundária. Substitui participação dos EES em rede ou fórum de articulação por relação ou participação dos EES em movimentos sociais e populares.			
Relação ou participação com movimentos sociais e populares	Movimento de luta pela terra e agricultura familiar	Categórica	Autoexplicativa.
	Movimento sindical operário urbano	Categórica	
	Movimento comunitário	Categórica	
	Religioso ou pastoral	Categórica	

Fonte: Elaboração própria a partir da CNAE, 2010; SENAES, 2006.

Tabela 27. Principais resultados das equações de rendimentos das iniciativas de Economia Solidária geradoras de excedente.

Variáveis		Regressão 1		Regressão 2		Regressão 3	
		Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t	Estimativa do parâmetro	Nível de significância do teste t
Logaritmo do excedente		7,707	,000	8,177	,000	7,720	,000
Sócios que trabalham		,012	,000	,012	,000	,012	,000
Participação feminina		-,631	,000	-,665	,000	-,613	,000
Região	Centro-Oeste	,291	,000	,297	,000	,260	,000
	Norte	,256	,000	,262	,000	,244	,000
	Sudeste	,171	,000	,181	,000	,155	,000
Forma de organização	Cooperativa	,479	,000	,519	,000	,465	,000
	Grupo Informal	-,570	,000	-,555	,000	-,585	,000
Atividade econômicas	Serviços	,634	,000			,647	,000
	Reciclagem	,559	,000			,563	,000
	Comércio	,364	,000			,368	,000
	Agropecuária	,270	,000			,299	,000
	Fabricação de têxteis, vestuário e couro	,172	,001			,171	,002
	Alimentos e bebidas	,130	,029			,152	,011
	Fabricação de produtos de madeira e móveis	,025	,068			,024	,082
Crédito		,105	,056	,091	,098	,101	,065
Investimento		,477	,000	,493	,000	,485	,000

Tabela 27. Continuação.

Formas de participação dos sócios(as) nas decisões	Eleição da diretoria em assembléia geral	,255	,000	,240	,000	,263	,000
	Acesso aos registros e informações do empreendimento	,095	,001	,117	,000	,103	,000
	Prestação de contas aos sócios(as) em assembléia geral	-,072	,018	-,068	,026	-,064	,035
	Conselhos de gestão e Fóruns de participação em políticas	,304	,000	,303	,000		
Participação em rede ou fórum de articulação	Complexos cooperativos	,180	,015	,192	,010		
	Movimentos social ou sindical	,107	,046	,132	,014		
	Redes de produção/comercialização	,080	,082	,089	,055		
	ONG, Igrejas, Pastorais, Fundações, SEBRAE, Universidades	-,198	,001	-,183	,002		
Participação ou desenvolvimento de ação social		,051	,050	,068	,009	,091	,001
Iniciativas visando à qualidade de vida dos consumidores	Incentivo ou promoção do consumo ético e comércio justo	,089	,003	,090	,003	,096	,001
	Preços dos produtos facilita o acesso aos consumidores(as)	-,159	,000	-,164	,000	-,151	,000
Atividades realizadas de forma coletiva pelos socios(as)	Poupança ou crédito			,133	,002		
	Obtenção de clientes ou serviços para os/as sócios/as			,109	,001		
	Comercialização ou venda			-,057	,047		
	Uso de equipamento(s)			-,074	,005		
	Aquisição(compra ou coleta) de matérias primas e insumos			-,079	,006		
	Produção			-,221	,000		
Relação ou participação com movimentos sociais e populares	Movimento de luta pela terra e agricultura familiar					,085	,023
	Movimento sindical operário urbano					-,078	,027
	Movimento comunitário					-,079	,009
	Religioso ou pastoral					-,250	,000

Fonte: Elaboração própria a partir do SIES – MTE-SENAES, IPEA (2005, 2007).

Como esperado, a primeira evidência da regressão é que um maior número de sócios que trabalham nas iniciativas de Economia Solidária está relacionado uma maior produção de excedente[36].

Em segundo lugar, a regressão dá evidências de que a Economia Solidária é portadora de discriminação de gênero, tal como indicado na seção anterior. Controlando-a pelas demais variáveis, vê-se que as iniciativas com maior participação feminina estão relacionadas a uma menor produção de excedentes. Há que se considerar, no entanto, que especialmente os grupos de excedentes irrisórios podem se relacionar mais a experiências de socialização ou à mobilização comunitária – como os conhecidos "grupos de mães" – do que à orientação para a geração de renda do trabalho principal de modo associado.

Em relação às variáveis regionais, a regressão sugere que as iniciativas solidárias do Nordeste, tomadas como referência para a realização da análise de regressão, são aquelas com menor capacidade de geração de excedentes. As iniciativas com maior excedente são as do Centro-Oeste, seguidas por aquelas localizadas no Norte, como também indicado na seção anterior. Uma possível explicação para o fato é que nessas regiões não há uma rede densa de iniciativas solidárias urbanas, mas a presença daquelas rurais, pluriativas e com maior número de associados. A localização das iniciativas na região Sul, por sua vez, não se mostrou significativa ao nível de 10%.

No que se refere à forma de organização das inciativas, a regressão confirma que os grupos informais relacionam-se à produção de menores excedentes. Nas cooperativas, ao contrário, encontram-se as maiores remunerações. O excedente produzido pelas associações, por sua vez, não se mostrou significativo ao nível de 10%.

Sobre a atividade econômica, o efeito diferencial mais baixo ocorre nos setores industriais intensivos em trabalho. Isso reflete algo antes indicado: a maior dificuldade de organização, pela Economia Solidária, de atividades econômicas produtivas no espaço urbano, especialmente quando há ausência de canais de comercialização. Quando este último fator se apresenta, vê-se que ocorre o inverso, como é o caso da reciclagem.

[36] Testou-se a variável de numero de sócios ao quadrado para verificar eventuais ganhos de escala, mas ela mostrou-se insignificante ao nível de 10%.

Quanto ao crédito e ao investimento, a regressão indica, como esperado, que eles estão positivamente relacionados à produção de maior excedente.

No que diz respeito às formas de participação dos sócios nas decisões, vê-se que a sugestão dada na apresentação das variáveis de forma isolada se ratifica: tomar parte de forma indireta na gestão do empreendimento está relacionado a uma maior produção de excedentes. Alternativamente, a única variável significativa quanto à participação mais intensa na gestão mostra-se negativamente relacionada à produção de excedentes. Diante da literatura analisada em capítulo anterior, a evidência conduz à afirmação de que quanto mais enxuto o processo decisório das iniciativas solidárias, ou quanto mais assemelhadas a uma organização empresarial competitiva, maior sua possibilidade de geração de excedentes. Tal evidência contraria as teses pró-Economia Solidária, que afirmam a autogestão como veículo de eficiência econômica dela, e reitera o elevado potencial explicativo da tese de Barbosa quanto a essa questão.

Por outro lado, quanto à vinculação de EES às redes ou fóruns de articulação, a regressão mostra que controlada pelas demais variáveis, sua participação em conselhos de politicas públicas implica numa maior produção de excedentes. Isso permite sugerir que o acesso a determinadas informações, os vínculos com a burocracia pública e movimentos sociais (cuja questão será retomada adiante), a articulação política com outras experiências de Economia Solidária, potencializam os ganhos econômicos das iniciativas. Em face da literatura antes percorrida, pode-se apontar que é principalmente em Gaiger que tal situação é reconhecida.

Há que se notar, ainda no âmbito da participação em redes ou fóruns, que duas das variáveis significativas relacionadas à maior produção de excedentes dizem respeito à integração econômica entre os EES, a qual é praticamente inexistente no universo pesquisado. Por fim, a presença de organizações de fomento e assessoria como negativamente significativa na produção de excedentes pode indicar a preocupação destas em atender as organizações mais precárias. Por outro lado, esta é uma variável que abriga organizações muito heterogêneas, de modo que é arriscado tecer maiores considerações sobre a (in)efetividade de suas ações.

O desenvolvimento de ação social pelos EES mostrou-se relacionada a maiores excedentes, mas não ficou evidente, diante da literatura percorrida e dos dados antes apresentados, porque uma ação realizada no âmbito da educação, da moradia ou da assistência social, por exemplo, têm maior impacto nesta questão do que as demais variáveis presentes no questionário[37].

Finalmente, tratando sobre o último dos tópicos da equação básica, pode-se dizer que dentre as iniciativas relacionadas à qualidade de vida dos consumidores, somente têm impacto positivo no excedente aquela relacionada à presença de um canal específico de escoamento da produção ou dos serviços no mercado, o comércio justo. O impacto negativo do preço dos produtos na geração de excedentes deve relacionar-se às dificuldades de cumprimento do tempo socialmente necessário de produção das mercadorias, tal como a discussão realizada no terceiro capítulo permite indicar.

Acerca das variáveis constantes da primeira regressão secundária, vê-se que o efeito diferencial mais baixo encontra-se nas atividades de produção de bens, fato que reitera as dificuldades de organização da atividade econômica pela indústria de transformação solidária. Já sobre aquelas pertencentes à segunda regressão secundária, observa-se que o efeito diferencial positivo está relacionado, apenas, ao movimento de luta pela terra. Junto com a condição anterior, a evidência sugere que no espaço rural, há maior facilidade de aglutinação de interesses do trabalho (em oposição ao latifúndio), de escoamento da produção e até de efetividade de políticas de geração de renda para situações de baixa produtividade e densidade tecnológica, em oposição ao que ocorre na cidade.

Sobre as variáveis testadas e excluídas das regressões por conta de sua insignificância estatística na maior ou menor produção de excedentes, cabe tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, o teste da variável que procura captar a diferença entre empreendimentos em funcionamento e em implantação não se mostrou significativa, isto é, não foram encontradas evidências de que essa diferença determine a capacidade de geração de excedentes.

[37] Como se infere, todas as variáveis relacionadas à realização de ação social pelos empreendimentos foram testadas, mas apenas as supracitadas foram consideradas significativas ao nível de 10% e positivamente relacionadas à percepção de maiores rendimentos.

Quanto aos apoios externos, viu-se no capitulo anterior que, diante da subordinação da Economia Solidária aos movimentos do mercado, eles são importantes para a viabilização econômica das suas iniciativas. No entanto, a articulação dos EES por iniciativa própria tem sido mais efetiva do que aqueles: todas as variáveis relacionadas à prestação de apoios não se mostraram significativas na geração de excedentes, conforme os testes aqui realizados. Ainda que os dados reflitam sobre uma "fotografia" de anos atrás, eles servem de alerta sobre o caráter das ações públicas e privadas de assistência às iniciativas solidárias em curso.

***

A análise estatística realizada no presente capítulo permite confirmar e quantificar o que antes já se anunciou: a baixa capacidade de geração de excedentes da maioria das iniciativas de Economia Solidária e, portanto, delas proverem por si mesmas meios de reprodução para os seus sócios. O reflexo mais evidente dessa condição é visto na tabela 19: 69% dos EES que produzem excedente não são capazes de prover quaisquer benefícios, garantias ou direitos aos seus sócios. Os movimentos do mercado, no entanto, tornam o campo de atividades da Economia Solidária bastante heterogêneo quanto às atividades econômicas e à capacidade de geração de excedente, podendo-se também identificar nele um pequeníssimo número daquelas capazes de gerar imensos excedentes e/ou de prover remunerações compatíveis com a renda média do trabalho principal, conforme a PNAD.

Sobre quais os determinantes mais imediatos da capacidade de geração de maiores excedentes na Economia Solidária, no seio desta subordinação ao capital, as regressões antes percorridas permitem listar: o maior número de sócios, a forma jurídica de organização cooperativa, o acesso ao crédito, a realização de investimentos e a presença de processos decisórios indiretos

Tratando-se especialmente das articulações externas das iniciativas solidárias, também se pode afirmar que uma maior participação em órgãos colegiados de políticas públicas; a articulação econômica entre elas, inclusive a participação em redes de comércio

justo; e a participação no movimento de luta pela terra determinam que o excedente gerado por elas seja maior.

Contrariamente, pode-se afirmar que a maior participação feminina nas iniciativas, a organização informal da atividade econômica, a realização de atividades trabalho-intensivas urbanas – à exceção da reciclagem – mais sua localização no Nordeste, determinam a realização de menores excedentes. Todos estes fatores, como se vê, encontram correspondência com a heterogeneidade estrutural da economia e do mercado de trabalho, tal como discutidas no primeiro capítulo desta dissertação.

Por fim, o desenvolvimento de ações em auxílio a outras causas e sujeitos sociais está associado à maior geração de excedentes. Mas como dito, não parece claro porque esta ou aquela ação específica relaciona-se positiva ou negativamente com os rendimentos percebidos pelos sócios.

Entendido o lugar da Economia Solidária no processo de produção capitalista e as repercussões que a economia e sociedade brasileira lhe provocam, pode-se enfim afirmar que uma maior aproximação das suas iniciativas da organização econômica capitalista, mais a maior articulação com outros sujeitos e causas sociais permite-lhes auferir maiores excedentes monetários. Mesclam-se nessa realidade, contraditoriamente, a subordinação das iniciativas aos movimentos do mercado; a presença de diversas descontinuidades democráticas, quais têm sua expansão limitada, de modo mais imediato, pela adoção de uma base técnica tipicamente capitalista; e intentos de humanização da vida coletiva numa formação capitalista profundamente desigual, mediante atribuição de um sentido ético-moral ao trabalho, à economia e à vida em sociedade.

Como se vê, essa resposta, mais a argumentação que a precede, não é inteiramente encontrada em nenhuma das teses antes percorridas. Mas ela só pôde ser construída a partir da crítica e da verificação de suas complementaridades, que existem a despeito das diferenças entre seus arcabouços teóricos para a interpretação e/ou justificação da Economia Solidária. Especialmente as teses de Gaiger e de Barbosa, mais próximas da realidade que aqui se buscou avançar no desvendamento, contribuíram para tanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pesquisa apresentada pôde demonstrar, por meio de uma revisão da literatura e da análise de informações primárias sobre as iniciativas de Economia Solidária, que elas são portadoras de relações sociais capitalistas, ainda que nelas não se encontre a forma explícita do assalariamento. Sua subordinação ao capital ocorre principalmente mediante relações de subcontratação e subsistência, cuja materialidade depende dos movimentos do mercado, que "cria, destrói e recria" os espaços em que podem realizar suas atividades. Assim, longe de disporem de um caráter socialista ou anticapitalista, ou ameaçar o processo de produção capitalista, elas são ajustadas a ele.

Nesse sentido, as iniciativas solidárias possuem, em geral, baixa e/ou incerta capacidade de produzir rendimentos monetários aos seus sócios, o que também redunda numa capacidade vacilante de provê-los benefícios, garantias e direitos. Deste modo, também, elas não têm divergido do estímulo à auto-ocupação destituída de proteção pública para segmentos de baixa produtividade, tal como pensadas e estimuladas pelo Estado brasileiro desde meados dos anos 1990.

Deve-se notar, porém, que a pesquisa demonstra que há na Economia Solidária uma proposta de humanização da vida coletiva. Por meio de processos democráticos, da articulação com outros sujeitos e causas sociais, organizações econômicas mais e menos estruturadas vão compondo um cotidiano sensivelmente mais democrático do que aquele observado nas empresas tipicamente capitalistas. A questão que se coloca é que se produz mais excedente onde há maior densidade tecnológica de meios de produção que contém o antagonismo da relação capital/trabalho, e/ou a subordinação a um capital específico e/ou processos decisórios indiretos, fato esse que contraria as principais teses pró-Economia Solidária.

Esse conjunto de assertivas permite reiterar, mais uma vez, que a tese de Barbosa é aquela que localiza os determinantes econômicos que afetam esse campo de práticas, porém é principalmente na tese de Gaiger que são percebidos os seus meandros. Enfim, trata-se de uma realidade bastante contraditória, em que se misturam ações voltadas

para resgates de vidas e espaços geográficos, mais a subordinação a um tipo de sociabilidade capitalista profundamente desigual.

Por fim, cabe notar que esta pesquisa enseja uma sucessão de novos questionamentos, quais podem ser respondidos por outros esforços analíticos. O primeiro deles é que, sendo a Economia Solidária dependente de recursos externos, como tem agido o Estado diante disso, especialmente na sua instância federal de apoio? Em outros termos, tendo a SENAES surgido para aprofundar e racionalizar a intervenção pública no campo, quais os resultados econômicos das suas ações sobre as iniciativas solidárias? Enfim, sendo a Economia Solidária estruturalmente subordinada ao capital, o que a política pública pode fazer e tem feito?

E sobre a base de dados do SIES, que tipo de agregação pode ser feita para evidenciar melhor as similitudes e diferenças que as iniciativas solidárias possuem entre si e em relação às empresas tipicamente capitalistas?

Os dados vindouros em 2011 muito possivelmente lançarão luzes a estas questões. E permitirão, ademais, que se faça uma série histórica sobre as iniciativas econômicas solidárias, colocando, inclusive, as assertivas aqui feitas em discussão.

REFERÊNCIAS.

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA. <www.acaodacidadania.com.br>. Acesso em julho de 2010.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES – PRONINC: *Relatórios dos seminários e oficinas.* Rio de Janeiro: FASE, 2007.

ALVES, Francisco Alves COSTA, Bruno da. *Relatório 1 - estudo de caso dos municípios de Santo André, são Bernardo, Mauá e São Carlos.* In: MTE/SENAES, IPEA, ANPEC – MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. *Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária.* Brasília: MTE/SENAES, IPEA, ANPEC, 2005.

BALTAR, Paulo. *Formação, estruturação e crise do mercado de trabalho no Brasil.* In DEDECCA, Claudio; PRONI, Marcelo(org.). *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido.* Campinas: UNICAMP; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006.

_____. *Estagnação da economia, abertura e crise de emprego urbano no Brasil.* Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v.6, p. 75-112, 1996.

BACHA, Edmar. *Prólogo para a terceira carta.* Revista de Economia Política, v. 3, n° 4, p. 5-19, 1983.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. *A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2007.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho. *20 anos de Economia Popular Solidária.* Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas. CUNHA, Gabriela 2006. *Sistematização e avaliação dos processos do primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil (relatório nacional).* Brasília: MTE/SENAES, 2006.

BITELMAN, Marina Farkas. *A disseminação das políticas públicas locais de Economia Solidária no Brasil: os casos de São Paulo e Osasco.* São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008. (Dissertação de Mestrado).

CARDOSO Jr, José Celso et al. 2006. *Políticas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: Desafios à Montagem de um Sistema Público, Integrado e Participativo*. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão).

_____. *A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990.* In: JACCOUD, Luciana(org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2009. 1ª reimpressão.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.* São Paulo: Editora Unesp, IE Unicamp, 2002.

CASTRO, Bárbara Geraldo de. *A economia solidaria de Paul Singer: a construção de um projeto politico.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. (Dissertação de Mestrado).

CASTRO, Jorge Abrahão de; RIBEIRO, José Aparecido Carlos. *As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios.* In: IPEA. Política social: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2009.

COHN, Amélia. *As políticas sociais no governo FHC. Tempo Social.* São Paulo: USP, v. 11, n° 2, p. 183-197, 1999.

CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade: a dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2006. (Tese de Doutorado).

CUT. *Sindicalismo e Economia Solidária.* São Paulo: CUT, 2000.

DELGADO, Guilherme C. *O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução.* In: JACCOUD, Luciana(org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2009. 1ª reimpressão.

DEL PORTO, Erick Brigante. *A trajetória do Programa Comunidade Solidária: 1995-2002.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia, 2006. (Dissertação de Mestrado).

DRAIBE, Sônia. *O Welfare State no Brasil – características e perspectivas.* Campinas: UNICAMP – Núcleo de Estudos e Politicas Públicas. Caderno de pesquisas n° 08, 1993a.

_____. *As politicas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas.* 1993b.

_____. *O sistema brasileiro de proteção social – o legado desenvolvimentalista e a agenda recente de reformas.* Campinas: UNICAMP – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas. Caderno de pesquisas n° 32, 1998.

DIAGNÓSTICO E IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

DUTRA, Olívio. *Na contramão da globalização neoliberal.* In: LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: ITCP/COOPE, 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. <www.fbes.org.br>. Acesso em agosto de 2010.

FAGNANI, Eduardo. *Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98.* Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v.13, p. 155-178, 1999.

FARIA, Vilma, CASTRO, Maria Helena de. *Politica social e consolidação democrática no Brasil.* Campinas: UNICAMP – Núcleo de Estudos e Politicas Publicas. Caderno de pesquisas n° 11, 1989.

FERREIRA, Elenar. *A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção.* In SINGER, Paul; SOUZA, André (org.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. *A história do Plano Real.* São Paulo: Boitempo, 2006. 3ª ed.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto et al(org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006a.

_____. *A Economia Popular e Solidária no Brasil.* In: FRANÇA FILHO, Genauto et al(org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b.

_____ ; SILVA Jr, 2006. *Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste Brasileiro.* In: FRANÇA FILHO, Genauto et al(org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Seminário de Economia Popular Solidária no Fórum Social Mundial.* Porto Alegre: 2002, mimeo.

GAIGER, Luiz Inácio. *Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular?* In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza.* São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista.* Cadernos do CRH – UFBA. Salvador: v. 39, n. 39, p. 181-211, 2003.

_____. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. *Apresentação*. In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

_____. *As emancipações no presente e no futuro.* In: GAIGER, Luiz Inácio. (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004c.

_____. *A economia solidária e o projeto de outra mundialização.* Dados, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004d.

_____. *Economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores.* In: FRANÇA FILHO, Genauto et al(org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006a.

_____. *A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários.* Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-544, 2006b.

_____. . *A outra racionalidade da economia solidária: conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil.* Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 79, p. 57-77, 2007a.

_____.; ASSEBURG, Hans Benno. *A economia solidária diante das desigualdades.* Dados (Rio de Janeiro), v. 50, p. 499-533, 2007.

_____. *A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes.* Revista Katalysis, v. 11, p. 11-19, 2008.

_____. *Empreendimento econômico solidário.* In: HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; Inácio; CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Almedina, 2009a.

_____. *Eficiência*. In: HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; Inácio; CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Almedina, 2009b.

_____ ; LAVILLE, Jean.-Louis. . Economia solidária. In: HESPANHA, Pedro; GAIGER, Luiz; Inácio; CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Almedina, 2009.

GERMER, Claus. *A economia solidária: uma crítica marxista.* In: Revista Outubro, São Paulo, n 14, 2006.

GORZ, André. *O despotismo de fábrica e suas consequências.* In: GORZ, André(org.). *Crítica da divisão do trabalho.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.* In SINGER, Paul; SOUZA, André(org.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Um novo momento no mundo do trabalho.* In: LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: ITCP/COOPE, 2003.

ICAZA, Ana Maria; ASSEBURG, Hans. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio(org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ICAZA, Ana Maria. *Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a Economia Solidária no Rio Grande do Sul*. In: GAIGER, Luiz Inácio(org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Políticas Públicas e Economia Solidária no Rio Grande do Sul.* In: FRANÇA FILHO, Genauto(org.) *Ação Pública e Economia Solidária.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

IPEA. *Boletim de Política Social: acompanhamento e análise.* Vários anos.

JUSTA TRAMA. <www.justatrama.com.br>. Acesso em agosto de 2010.

KRAYCHETE, Gabriel. *Economia popular solidária: paisagens e miragens.* Salvador: 2006, mimeo.

KREIN, José Dari. *Mudanças e tendências recentes na regulação do trabalho.* In: DEDECCA, Claudio; PRONI, Marcelo(org.). *Políticas públicas e trabalho: textos para estudo dirigido.* Campinas: UNICAMP; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho, 2006.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e Políticas Públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: ITCP/COOPE, 2003.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias intelectuais e o campo da Economia Solidária no Brasil.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. (Tese de Doutorado).

LIMA, Jacob Carlos. *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado.* São Paulo: Annablume: 2007.

LOPREATO, Francisco. *Política Fiscal: mudanças e perspectivas.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Boletim Política Econômica em Foco, n°. 7, nov. 2005/abr. 2006.

MAGALHÃES, Reginaldo; TODESCHINI, Remígio. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. In SINGER, Paul; SOUZA, André(org.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

MARGLIN, Stephen. *Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões).* In: GORZ, André(org.). *Crítica da divisão do trabalho.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. *Teorias da Mais Valia.* São Paulo: Bertrand Brasil, 1985. v. 1.

_____. *O capital: crítica da economia política.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Livro 1, v. 1 e v.2.

MARQUES, Rosa Maria, MENDES, Áquilas. *O social sob o "tacão de ferro" da politica econômica do período 2003-2006.* Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v.18, p. 567-582, 2009.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. *Mudanças estruturais e trabalho no Brasil.* Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, v.10, p. 213-43, 1998.

MAXTA, Bruno. *Atividades humanas e saúde dos trabalhadores de uma cooperativa de serviços do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Publica Sergio Arouca, 2007. (Dissertação de Mestrado).

MELO, Joaquim. *O Banco de Palmas.* Cadernos FLEM, Salvador, n°5, p. 97-106, 2003.

MENEZES, Maria Thereza. *Economia Solidária: uma crítica marxista.* Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MTE/SENAES, IPEA, ANPEC – MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. *Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária.* Brasília: MTE/SENAES, IPEA, ANPEC, 2005.

MTE/SENAES – MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Atlas da Economia Solidária no Brasil: 2005.* Brasília: MTE/SENAES, 2006.

_____. <www.mte.gov.br>. Acesso em dezembro de 2009.

MONDADORE, Ana Paula. *As faces e as fases de uma cooperativa autogestionária.* In: LIMA, Jacob Carlos. *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado.* São Paulo: Annablume: 2007.

MONTAÑO, Carlos. *O Projeto Neoliberal de resposta à 'questão social' e a funcionalidade do 'terceiro setor'.* Lutas Sociais (PUCSP), PUC-São Paulo, v. 8, p. 53-64, 2001

NOVAES, Henrique Tahan. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica nas fábricas recuperadas brasileiras.* In: LIMA, Jacob Carlos. *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado.* São Paulo: Annablume: 2007.

NUNES, Christiane. *Introdução à Economia Solidária no Distrito Federal.* In: GAIGER, Luiz Inácio(org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NUNES, Débora. *Incubação de empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação.* São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Rosângela de. *Educação popular na Economia Solidária: uma ponte para a construção do novo.* In: CANDEIAS, Cezar et. al.(org.). *Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos.* Maceió: EDUFAL, 2005.

PEDRINI, Dalila et al. *Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense.* In: GAIGER, Luiz Inácio(org.). *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

POCHMANN, Márcio. *Sindeepres 15 anos – a superterceirização dos contratos de trabalho.* Disponível em: <http://www.sindeepres.org.br/v01/index/Pesquisa%20Marcio%20Pochman.pdf.> 31p. Acesso em junho de 2010.

_____. (org.). *Reestruturação Produtiva: Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclsuão Social.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. v. 1. 350 p.

PINTO, João Roberto Lopes. *Economia Solidária: de volta à arte da associação.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PORTAL DO COOPERATIVISMO POPULAR. <www.cooperativismopopular.ufrj.br>. Acesso em outubro de 2009.

PRESIDËNCIA DA REPUBLICA. *Mensagem ao Congresso Nacional.* 1996a.

_____. *Uma estratégia de desenvolvimento social.* 1996b.

_____. *Comunidade solidária: três anos de trabalho.* 1998.

_____. *Constituição Federal.* 2010.

REDE UNITRABALHO. <www.unitrabalho.org.br>. Acesso em outubro de 2009.

SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda. *Brasil: as esperanças não vingaram.* Buenos Aires, OSAL – Observatório Social da América Latina. V.10, n° 18, p 69-80, 2005.

SCHWENGBER, Ângela; PRAXEDES, Sandra; PARRA, Henrique. *Programa Oportunidade Solidária.* In: FRANÇA FILHO, Genauto(org.) *Ação Pública e Economia Solidária.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA. *A trajetória do movimento de Economia Solidária no Brasil.* In: FRANÇA FILHO, Genauto(org.) *Ação Pública e Economia Solidária.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SEI – SUPERINTEDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e litoral norte da Bahia.* Salvador: SEI, 2004.

SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Plano de Ação 2004*. Brasília: MTE/SENAES, 2004.

_____. *Apresentação: Programa Economia Solidaria em Desenvolvimento.* Brasília: MTE/SENAES, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBECK, Maria Carmelita(org.), *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

SINGER, Paul. *Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP.* In: SINGER, Paul; SOUZA, André(org.). *A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *Economia Solidária: possibilidades e desafios.* Revista Proposta. Rio de Janeiro: 2001, n° 88/89.

_____. *Introdução à Economia Solidária.* São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002a.

_____. *A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil.* In: SOUZA SANTOS, Boaventura(org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b, v.2.

_____. *As grandes questões do trabalho na Brasil e a Economia Solidária.* Revista Proposta. Rio de Janeiro: 2003, n° 97.

_____. *A economia solidária no governo federal.* Boletim Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, 2004a, n° 24.

_____. *Desenvolvimento capitalista e solidário.* Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v.51, n° 18, 2004b.

_____. Em defesa do direito dos trabalhadores. Texto para discussão. Brasília: MTE, 2004c.

_____. *A economia solidária como ato pedagógico*. Brasília: INEP, 2005.

_____. *Entrevista.* In: Estudos Avançados. São Paulo, v. 22, n° 22, jan/abr. 2008.

SOUZA, Gleide Lima. *Desafios, motivações e mecanismos de sobrevivência em empreendimentos solidários.* Salvador: Cadernos do SepAdm/Escola de Administração da UFBA, n° 2, 2005.

SOUZA, Paulo Renato Costa. *Salário e emprego em economias atrasadas.* Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1999. (Coleção Teses).

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista.* São Paulo: Cortez, 2004.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. *Economia Solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda.* Boletim Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, 2004, n° 24.

TEIXEIRA, Francisco. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O capital.* São Paulo: Ensaio, 1995.

THEODORO, Mário. *As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil.* In: JACCOUD, Luciana(org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.* Brasília: IPEA, 2009. 1ª reimpressão.

VASCONCELOS, Maria da Conceição. *Cooperativismo e cotidiano: um estudo da cooperativa dos agentes autônomos de reciclagem de lixo de Aracaju.* In: CANDEIAS, Cezar et. al.(org.). *Economia Solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos.* Maceió: EDUFAL, 2005.

VIEITEZ, Candido; DAL RI, Neusa. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.* Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

YAZBECK, Maria Carmelita. *O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras.* São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.18, n° 2, p. 104-112, jun 2004.

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda não-socialista e o novo socialismo utópico: aproximação entre a atuação das ONGs e o cooperativismo da CUT.* Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. (Dissertação de Mestrado).

APÊNDICE.

Quadro 5. Entidades fundadoras e integrantes da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2011.

A. Representação de entidades e redes nacionais de empreendimentos.		
1	Associação Brasileira de Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED)	Criada em 2002 "por entidades que compreendem e aplicam o crédito como uma atividade meio e não uma atividade-fim". Objetiva fomentar o microcrédito para pessoas e organizações formais ou informais que são excluídas do acesso ao crédito pelas regras do sistema financeiro tradicional. Busca estimular, pelo crédito, o desenvolvimento econômico social e sustentável e o combate à pobreza e à exclusão.
2	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária(ANTEAG)	Criada em 1991 em São Paulo, dentro do movimento sindical, para organizar coletivamente os trabalhadores na recuperação de empresas em processo falimentar ou pré-falimentar; ou grupos que pretendem constituir um empreendimento autogestionário. A ANTEAG tem produzido vasto material sobre suas associadas e sobre a autogestão. É associada à Organização Internacional de Cooperativas de Produção Industrial, Artesanal e de Serviços(Cicopa), entidade setorial da Aliança Cooperativista Internacional(ICA).
3	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil(CONCRAB)	Fundada em 1992. Oriunda do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra(MST), visa garantir a melhoria da produção agropecuária nos assentamentos a partir do Sistema Cooperativista dos Assentados(SCA), articulando seus diversos componentes. Organiza a formação dos assentados e desenvolve estudos e estratégias de mercado para viabilização econômica das cooperativas.
4	Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário(Ecosol)	Foi fundado em 2004, mas começou a estruturar-se em 2002, com apoio da Unisol e da CUT. Tem por objetivo organizar uma rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e solidário para dinamizar o desenvolvimento por meio de projetos produtivos. Sua ação baseia-se na mobilização da poupança das populações de baixa renda. Também trabalha para possibilitar o acesso ao crédito dessas populações.
5	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária(UNICAFES)	É uma articulação nacional de entidades de agricultura familiar de Economia Solidária vinculada à CONCRAB, criada em 2005 em Luziânia-GO, mas com sede em Brasília. Propõe a inclusão dos cooperados, articulando iniciativas econômicas que, entre outros elementos, ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, das melhorias de qualidade de vida e da preservação da biodiversidade.
6	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil(Unisol Brasil)	Criada em 2004. Vinculada à CUT, é também uma articulação nacional de Empreendimentos de Economia Solidária(EES). Está presente em 18 estados e conta com cerca de 230 filiados nos setores alimentício, artesanato, metalúrgico, químico, reciclagem, serviços, têxtil e agricultura. Vem desenvolvendo projetos de apoio às atividades destas cooperativas e de fomento de novas.

Quadro 5. Continuação.

B. Representação de entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento.		
7	Agência de Desenvolvimento Solidário(ADS)	Criada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores(CUT). Propõe-se a apoiar a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimento autogestionários como um meio de gerar trabalho e renda para trabalhadores que buscam formas alternativas de inserção social.
8	Cáritas Brasileira	Organismo sócio-pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil(CNBB) criado em 1956 por influência de Dom Hélder Câmara. É parte da rede de atuação da Cáritas Internacional, que atua em mais de 200 países. No Brasil, está presente quase todas as regiões com o propósito de atuar junto aos "excluídos", muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Entre as suas diretrizes institucionais constam: a defesa e a promoção de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; e a construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável.
9	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional(FASE)	Fundada em 1961 no Rio de Janeiro, atua hoje em mais 5 estados(AM, BA, ES, MT, PE). É comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Desde meados dos anos 1980 desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais.
10	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas(IBASE)	Fundado em 1981, com o propósito de democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais do Brasil. Entre seus fundadores consta Herbert de Souza, o Betinho. Teve participação expressiva em lutas da redemocratização, como a reforma agrária, o Movimento pela Ética na Política e a Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. É uma das instituições que participou ativamente da organização do primeiro Fórum Social Mundial, em janeiro de 2001 e faz parte do seu Conselho Internacional.
11	Instituto Maristas de Solidariedade(IMS)	Criado em Belo Horizonte em 1996 pelos Irmãos Maristas, mas com sede atual em Brasília. Apóia a Economia Solidária via apoio direto à grupos produtivos comunitários; capitalização de fundos de microfinanças; promoção e fortalecimento das trocas entre empreendimentos, incluindo a revitalização de feiras livres e pontos fixos de comercialização; e investimento no avanço conceitual através de apoio a eventos e à produção acadêmica.
12	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul(PACS)	Foi criado em 1986 no Rio de Janeiro. Dedica-se ao "desenvolvimento solidário", trabalhando com pesquisa e educação a serviço dos movimentos sociais, entidades eclesiais, governos populares, grupos de produção associada, das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário. Faz parte de vários movimentos e redes nacionais e internacionais, entre elas a Aliança por um Mundo Responsável e Solidário(Aliança 21), por intermédio do Pólo de Socioeconomia Solidária.
13	Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares(Rede ITCPs)	Criada em 1998(9?) com o objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. É formada por 44 incubadoras de várias universidades do país. Mantém encontros nacionais e anuais e atividades regionais.

Quadro 5. Continuação.

14	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho(Unitrabalho)	Criada em 1996, interliga 92 universidades e instituições de ensino superior em todo o Brasil. Desenvolve estudos e pesquisas soobre o mundo do trabalho. Na sua atividade extensionista, assessora empreendimentos de trabalhadores por meio dos núcleos/incubadoras locais.
C. Representação de entidades e redes nacionais mistas		
15	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária(RBSES)	Fundada em 2000, no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária em Mendes-RJ. Sua estratégia compõe objetivos e ações nas áreas de produção, comercialização, consumo, comunicação e crédito. Busca, entre outros elementos, afirmar o trabalho emancipado e a propriedade e a gestão coletiva.
D. Representação de entidades e redes nacionais de gestores públicos		
16	Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária(Rede de Gestores)	Articulação de gestores dos três níveis de governo constituída em 2003. Seu objetivo é favorecer a interlocução e a interação entre gestores para possibilitar a sistematização e a proposição de políticas públicas em comum para o fomento e o desenvolvimento da Economia Solidária.

Fonte: Elaboração própria a partir de NUNES(2009), FBES(2010), CÁRITAS(2010), FASE(2010), IBASE(2010), PACS(2010), ANTEAG(2010), UNITRABALHO(2010), CONCRAB(s/d), ITCP USP(2010), ABONG(2010), UNICAFES(2010).